

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO**

GUSTAVO MOURA DE OLIVEIRA

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA INCLUSÃO PRODUTIVA DE MULHERES DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE CANOAS (RS):
Articulações políticas e efeitos na superação da pobreza**

São Leopoldo

2016

Gustavo Moura de Oliveira

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA INCLUSÃO PRODUTIVA DE MULHERES DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE CANOAS (RS):
Articulações políticas e efeitos na superação da pobreza

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Ciências
Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Universidade do Vale do
Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Adriane Vieira Ferrarini

São Leopoldo

2016

O48e

Oliveira, Gustavo Moura de.

A economia solidária na inclusão produtiva de mulheres do Programa Bolsa Família no Município de Canoas (RS): articulações políticas e efeitos na superação da pobreza / Gustavo Moura de Oliveira. – 2016.

119 f. : il. (algumas color.) ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2016.

“Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriane Vieira Ferrarini”.

1. Economia social – Canoas (RS). 2. Programa Bolsa Família (Brasil). 3. Mulheres – Canoas (RS) – Condições sociais. 4. Pobreza. I. Título.

CDU 334(816.5)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252)

Gustavo Moura de Oliveira

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA INCLUSÃO PRODUTIVA DE MULHERES DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE CANOAS (RS):
articulações políticas e efeitos na superação da pobreza

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Ciências
Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Universidade do Vale do
Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em 09 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Adriane Vieira Ferrarini

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Prof^a. Dr^a. Gleny Terezinha Duro Guimarães

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Dedico este trabalho, especialmente, às mulheres lutadoras que, de seus diferentes lugares que ocupam no cotidiano pesquisado, cumprem um papel fundamental para a superação da pobreza e para a consolidação e fortalecimento da economia solidária como uma outra racionalidade econômica possível, capaz de religar as dimensões econômica e social – e a relação com a natureza – da vida humana.

Dedico também a todos os movimentos de economia solidária; e a todas as populações pobres do mundo, que enfrentam verdadeiras batalhas diárias para simplesmente viver em uma estrutura social e econômica que os impede de ascender para condições dignas e decentes de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao movimento de economia solidária de Canoas, aos empreendimentos econômicos solidários, às entidades do Terceiro Setor e a todas as mulheres que contribuíram para a realização desta pesquisa. Nada teria acontecido se não fosse o acolhimento recebido por vocês.

Agradeço à professora Adriane Vieira Ferrarini pela parceria e companheirismo durante os dois anos do curso de mestrado, desde o primeiro contato, ainda no final do ano de 2013, quando a procurei para solicitar sua orientação, até, em especial, esse último período de intensas trocas de saberes e energias na busca pela finalização de um trabalho sério e sólido frente aos objetivos propostos.

Agradeço à minha família. Ao meu irmão, Felipe, por ser meu exemplo no meio acadêmico e responsável por despertar em mim o desejo de seguir a carreira de professor e pesquisador; E aos meus pais, Regina e Adão, pela base proporcionada, que me possibilitaram chegar até aqui e seguir adiante.

Agradeço à minha querida colega Jéssica Caroline Wallauer pela parceria e companheirismo durante toda a jornada do curso de mestrado; Ao querido amigo e colega Eduardo Enrique Aguilar, do México, pelos importantes dias que passamos juntos durante sua estada no Brasil; E a também querida colega Kellen Cristine Pasqualetto pela parceria e companheirismo durante o ano de 2016.

Por fim, agradeço a todos os professores com que tive o privilégio de conviver durante esses dois anos. Foram muitas disciplinas cursadas e cada uma delas contribuiu à sua maneira para meu crescimento e transformação intelectual; Ao Grupo ECOSOL por me possibilitar vivenciar o cotidiano da pesquisa acadêmica coletiva; E à secretária Maristela Simon, na sua pessoa agradecendo a todo o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNISINOS. Agradeço ainda a esta universidade e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual teria sido impossível cursar o mestrado.

Ah! Mérica

América do Norte:

América rapina.

América da morte:

América Latina.

América do Norte:

América que come.

América de carga:

América que paga.

América do Norte:

América do muito.

América do povo:

América do polvo.

América do Norte:

América do tudo.

América sugada:

América do nada.

América do Norte:

América do padrão.

América do pobre:

América sem pão.

América do Norte:

América patrão.

América Latina:

Começa a dizer

NÃO.

“Félix de Athayde”

RESUMO

Esta dissertação trata da pobreza e de alternativas para sua superação. A pobreza não é uma questão particular, de vontade ou caráter dos sujeitos individuais, mas resultado da distribuição desigual da expansão do capitalismo que se funda na consolidação dos conceitos de *homo economicus* e de economia de mercado. A economia solidária é um fenômeno que se pauta numa perspectiva econômica substantiva e, portanto, contra-hegemônica. O objetivo deste estudo é analisar a economia solidária como possibilidade de superação da pobreza de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), considerando os efeitos multidimensionais da atividade econômica e as estratégias governamentais acionadas pela política de assistência social. A economia solidária passou a fazer parte das estratégias institucionais brasileiras de enfrentamento à pobreza em 2011, com a implementação do Plano Brasil sem Miséria (BSM) pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa realizado no município de Canoas que se valeu de pesquisa bibliográfica e documental, observação e entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistadas nove beneficiárias do PBF, das quais cinco trabalhavam em empreendimentos econômicos solidários, duas mulheres vinculadas a entidades do Terceiro Setor conveniadas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) e duas lideranças do movimento de economia solidária de Canoas. Os resultados evidenciam a inexistência de articulação entre as ações de economia solidária (promovidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico) e de inclusão produtiva promovidas pela assistência social (mesmo quando essas se aproximam dos princípios e práticas econômicas solidárias). A ampla maioria das mulheres apontou melhoras nas condições materiais de vida após a entrada na economia solidária, mas sem obter autonomia financeira. Foram também identificados avanços ligados especialmente à socialização, autoestima e saúde. Contudo, a falta de articulação e diálogo contribuiu para que a economia solidária tenha uma função apenas complementar na superação da pobreza multidimensional de mulheres do PBF e inseridas em ações de inclusão produtiva.

Palavras-chave: Pobreza. Economia Solidária. Inclusão Produtiva. Programa Bolsa Família. Assistência Social.

ABSTRACT

This study looks at poverty problems and alternatives for confronting and overcoming it. Poverty is not a particular issue, resulting from one's desire or character, but a consequence of the unequal distribution of the expansionism of the capitalism which is based on the consolidation of concepts such as *homo economicus* and market economy. This hegemonic view persists until today, although there are alternative ways of analyzing human rationality in its economical dimension. Solidarity economy is a phenomenon that expresses this anti-hegemonic reason in this context. The aim of this study is to analyze solidarity economy as a possibility of overcoming poverty among women who are beneficiary from the so-called Programa Bolsa Família (PBF), taking into consideration the multidimensional effects, economical activities and government strategies triggered by the social assistance policy. Solidarity economy started being part of the Brazilian institutional strategies for confronting poverty in 2011 when Plano Brasil sem Miséria (BSM) was implemented by the Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). This research has a qualitative approach based on a case study in Canoas city, and is divided into three phases: exploratory, in which bibliographical and documental research was done, field research, in which observation strategies and semi-structured interviews were applied, and data analysis and interpretation, in which the focus was content analysis. Nine beneficiaries of the PBF were interviewed, five of whom worked in solidarity economic ventures, two women linked to entities from the Third Sector agreed to the Municipal Department of Social Development (SMDS) and two leaders of the solidarity economy movement of Canoas. The results show that there is no articulation between solidarity economy actions (promoted by the Municipal Department of Economic Development) and productive inclusion promoted by social assistance (even when these approach the principles and economic practices of solidarity). The vast majority of women pointed out improvements in material living conditions after entering the solidarity economy, but without obtaining financial autonomy. Progress has also been identified, especially related to socialization, self-esteem and health. However, the lack of articulation and dialogue contributes to the fact that the solidarity economy has only a complementary role in overcoming the multidimensional poverty of women in the PBF and inserted in productive inclusion actions.

Key-words: Poverty. Solidarity Economy. Productive Inclusion. Bolsa Família Program. Social Assistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Plano Brasil Sem Miséria	51
Figura 2 - Eixo da Inclusão Produtiva no BSM	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Grupos de renda da população brasileira	24
Quadro 2 - Dimensões da Pobreza	29
Quadro 3 - Sistematização do universo pesquisado	68
Quadro 4 - Perfil das entrevistadas do Grupo 2.....	73
Quadro 5 - Desafios para conseguir um trabalho	74
Quadro 6 - Significado do PBF para as mulheres entrevistadas.....	75
Quadro 7 - Significado dos projetos de geração de trabalho e renda	76
Quadro 8 - Concepções sobre a economia solidária (Grupo 2).....	77
Quadro 9 - Desafios e possibilidades para a economia solidária nas políticas de enfrentamento à pobreza - Lideranças da Economia Solidária de Canoas.....	79
Quadro 10 - Cotidiano de trabalho na economia solidária	88
Quadro 11 - Economia solidária e pobreza - Dimensão Econômica (1)	89
Quadro 12 - Economia solidária e pobreza - Dimensão Econômica (2)	90
Quadro 13 - Economia solidária e pobreza - Dimensão Social.....	91
Quadro 14 - Economia solidária e pobreza - Dimensão Política.....	92
Quadro 15 - Economia solidária e pobreza - Dimensão Cultural.....	94
Quadro 16 - Economia solidária e pobreza - Lideranças da Economia Solidária de Canoas...	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da pobreza extrema e da pobreza no Brasil de 1992 a 2012.....	50
--	----

LISTA DE SIGLAS

ABEP	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas
ACESSUAS	Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
BSM	Plano Brasil Sem Miséria
CCPES	Centros de Capacitação e Produção da Economia Solidária
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CRAS	Centros de Referência em Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializada em Assistência Social
ECOSOL	Grupo de pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa
EES	Empreendimento Econômico Solidário
EUA	Estados Unidos da América
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEE/RS	Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPGCS	Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
PPTs	Pontos Populares de Trabalho
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PT	Partido dos Trabalhadores
RS	Rio Grande do Sul
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SMDE	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
SMDS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	MODERNIDADE E CAPITALISMO: DESENVOLVIMENTO E LIMITES.....	17
2.1	O CAPITALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	17
2.2	UM SISTEMA EM CRISE: DESIGUALDADES, POBREZA E NATUREZA	23
3	PARA ALÉM DA ECONOMIA DE MERCADO: CONCEITOS E FENÔMENOS SOCIAIS.....	32
3.1	PLURALIDADE ECONÔMICA: ENTRE O FORMAL E O SUBSTANTIVO	32
3.2	A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UM FENÔMENO SOCIAL.....	39
4	POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA.....	45
4.1	POLÍTICAS SOCIAIS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL...	45
4.2	AS AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA	52
5	INCLUSÃO PRODUTIVA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: DILEMAS E POSSIBILIDADES.....	59
5.1	CONHECENDO O UNIVERSO EMPÍRICO: DADOS GERAIS E METODOLOGIA...	59
5.2	DILEMAS DA RELAÇÃO INCLUSÃO PRODUTIVA E ECONOMIA SOLIDÁRIA	70
6	EFEITOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA SOBRE A SUPERAÇÃO DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL	83
6.1	VIVENDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA: TRAJETÓRIAS E SIGNIFICADOS.....	83
6.2	ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA SUPERAR A POBREZA?	88
6.2.1	E o que dizem as lideranças	95
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
	REFERÊNCIAS	105
	APÊNDICE A - ROTEIRO ENTREVISTAS COM MULHERES DO PBF E SÓCIAS DE EES, SIMULTANEAMENTE	113
	APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTAS COM MULHERES DO PBF NÃO SÓCIAS DE EES	118
	APÊNDICE C - ROTEIRO ENTREVISTAS COM ASSISTENTES SOCIAIS.....	119

1 INTRODUÇÃO

A pobreza não é uma questão particular, de vontade ou caráter dos sujeitos individuais, mas resultado da distribuição desigual do expansionismo do capitalismo que se funda na consolidação dos conceitos de *homo economicus* e de economia de mercado. O capitalismo marca na história um período singular que vem se prolongando até os dias de hoje, tendo tido sua ascensão na Europa ocidental sob a roupagem de capitalismo mercantil, passando pelo período que ficou conhecido como capitalismo industrial e chegando até o seu período atual, pós-industrial.

Parece impossível dissociar as transformações econômicas e sociais resultantes do capitalismo da produção das desigualdades, dos números costumeiramente alarmantes acerca da pobreza, da precarização das condições de trabalho e de vida e da destruição ambiental. Enquanto de um lado, essas transformações pareciam carregar valores progressistas, do outro, a riqueza do mundo ia acumulando-se nas mãos de uma parcela cada vez menor da população, os trabalhadores iam apenas sobrevivendo “nas mãos” dos capitalistas detentores das grandes fábricas e dos meios de produção e a natureza começava a pedir socorro.

Desta forma, pode-se dizer que a desigualdade e a pobreza são realidades globais antigas, consequências de transformações sociais históricas, das quais a passagem do capitalismo mercantil para o industrial aparece como uma delas que contribuiu para que aumentasse consideravelmente o número de populações em condições de pobreza e os índices de desigualdade entre as classes sociais. Mais de dois séculos depois, ao passar da segunda década do século XXI, não se vê no mundo uma reorganização social que possa inverter essa lógica, na qual uma pequena parcela de pessoas no mundo acumula cada vez mais riqueza, enquanto a grande maioria se digladiava pelo que sobra; ao mesmo tempo em que o meio ambiente dá claros sinais de esgotamento.

Esta realidade marcada por um modo de vida hegemônico perdura até a atualidade, mas formas alternativas de analisar a racionalidade humana em sua dimensão econômica – racionalidade que é um dos pilares que sustentam o capitalismo – existem. A economia solidária é um fenômeno que expressa esta razão contra-hegemônica neste contexto, é um conceito amplamente utilizado e disseminado em vários continentes para designar atividades econômicas organizadas segundo princípios de solidariedade, cooperação, sustentabilidade e autogestão. Suas práticas consistem em empreendimentos associativos ou cooperativos, cadeias produtivas, comércio justo, comercialização e consumo coletivos, crédito solidário, apoio comunitário mútuo e clubes de trocas com moeda local, dentre outras.

A realidade mostra, a partir de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), obtidos através do II Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, que as populações pobres do país já experimentam as práticas desta outra forma de se relacionar com a economia, já que 51% dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) contam com uma ou mais sócias que são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e que 23% do total de sócios de EES são atingidos direta ou indiretamente pelo PBF no Brasil. Parecendo estar atento a essa realidade, em 2011 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com a implementação do Plano Brasil sem Miséria (BSM), incorpora a economia solidária nas estratégias institucionais brasileiras de enfrentamento à pobreza, alocando-a como uma das ações de inclusão produtiva – um dos três eixos do plano.

Em meio a todo esse contexto, esta pesquisa tem o objetivo de *analisar a economia solidária como possibilidade de superação da pobreza de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, considerando os efeitos multidimensionais da atividade econômica e as estratégias governamentais acionadas pela política de assistência social*; e a questão que orientou os esforços para alcançá-lo é: *qual a função das ações de inclusão produtiva através da economia solidária na trajetória de vida de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família para a superação da pobreza em perspectiva multidimensional e quais as convergências destas ações com as experiências e a política de economia solidária?*

O conceito de pobreza utilizado neste trabalho é o conceito de pobreza multidimensional, no qual quatro dimensões podem ser listadas: a dimensão econômica – refere-se à ausência de condições de acesso ao trabalho e à geração de renda; a dimensão social – que está ligada à dificuldade de se garantir direitos e de se acessar serviços públicos; a dimensão política – referindo-se a não participação dos indivíduos em processos democráticos, à baixa estima relacionada ao exercício do poder dentro das diversas coletividades e à falta de empoderamento frente à tutela do Estado; e a dimensão cultural – que se refere ao abandono das origens históricas e culturais, à perda de identidade – individual e/ou coletiva –, e a desvalorização ou falta de acesso à rotina artística/cultural.

Se trata de um estudo de caso com abordagem qualitativa, desde uma perspectiva nacional até chegar ao nível municipal/local – no município de Canoas. Foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, em sua fase exploratória, utilizadas as estratégias de observação e entrevistas semiestruturadas para coleta de dados, na fase da pesquisa de campo, e análise de conteúdo, na fase de análise e interpretação dos dados. Foram entrevistadas um total de treze mulheres ligadas ao PBF, à entidades do Terceiro Setor conveniadas à Secretaria

Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) ou ao movimento de economia solidária de Canoas.

Na sequência deste capítulo introdutório, este trabalho está estruturada da seguinte forma: o capítulo 2 apresenta os principais aspectos históricos e conceituais do período que ficou conhecido como modernidade, que teve seu ponto de partida marcado pelo surgimento e consolidação do capitalismo como sistema econômico global. A partir disso, são destacadas algumas consequências consideradas principais desse modelo de organização econômica e social: as desigualdades, a pobreza e a questão ambiental. O capítulo 3 apresenta um outro olhar para a ação humana na economia, iniciando com a distinção das economias formal e substantiva, passando pelo conceito de economia solidária, para chegar, ao final do capítulo, na discussão acerca de qual o papel social desta outra forma de economia.

O capítulo 4 apresenta uma discussão sobre o papel do Estado, através das políticas públicas, frente às desigualdades e a pobreza. Primeiro, apresentam-se os conceitos de políticas públicas e políticas sociais; em seguida descreve-se o histórico das políticas de assistência social no Brasil; e, em terceiro lugar, a seção apresenta as ações de inclusão produtiva no desenho institucional da política de assistência social no Brasil, mostrando algumas possibilidades e dilemas destas ações. Já o capítulo 5 apresenta os dados gerais que envolvem o universo empírico pesquisado. Inicia-se destacando alguns dados do município de Canoas – Rio Grande do Sul (RS), segue-se descrevendo como foi a chegada do autor na realidade da cidade. São apresentados ainda: a questão de pesquisa, os seus objetivos e as opções que foram tomadas durante a pesquisa em relação aos métodos utilizados. Este capítulo apresenta ainda alguns dos dilemas e também possibilidades da relação que há, desde a implementação do BSM pelo governo federal, em 2011, entre as políticas de enfrentamento à pobreza e a política e as experiências de economia solidária, no âmbito do município de Canoas.

No capítulo 6 são apresentados os dados e realizadas as análises e interpretações sobre o significado da economia solidária e seus efeitos à superação da pobreza multidimensional. Por fim, o último capítulo apresenta as principais considerações sobre o estudo em geral, com foco no atingimento ou não dos objetivos propostos e no alcance de uma resposta para a questão principal de pesquisa.

2 MODERNIDADE E CAPITALISMO: DESENVOLVIMENTO E LIMITES

Este capítulo tem como objetivo apresentar os principais aspectos históricos e conceituais do período que ficou conhecido – e que é tratado nas ciências sociais – como modernidade. O ponto de partida da modernidade é marcado pelo surgimento e consolidação do capitalismo como sistema econômico global, em sua dimensão material e subjetiva. A partir disso, serão destacadas algumas consequências consideradas principais desse modelo de organização econômica e social e, por fim, seus limites e sinais de esgotamento que tem feito alguns teóricos da área preocuparem-se com as possibilidades de superação desse sistema.

2.1 O CAPITALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS

O que é modernidade? Pode-se dizer, de forma objetiva, que é um período da história que envolve um estilo ou modo de vida; um modelo de organização social que surgiu na Europa ainda no século XVII e que foi se alastrando pelo mundo todo a partir das colonizações protagonizadas pelos países europeus (GIDDENS, 1991). A modernidade é a expressão epistemológica deste período. Paralelamente a esse conceito de modernidade, encontra-se o capitalismo. O capitalismo marca na história um período singular que vem se prolongando até os dias de hoje, tendo tido sua ascensão na Europa ocidental sob a roupagem de capitalismo mercantil, passando pelo período que ficou conhecido como capitalismo industrial e chegando até o seu período atual, pós-industrial.

O capitalismo mercantil durou desde a passagem das sociedades feudais (ou pré-capitalistas) até o final do século XVIII e ficou marcado pela introdução das moedas como forma intermediária das trocas de mercadorias. Enquanto no período feudal as trocas eram realizadas de forma direta, já desde o capitalismo mercantil as trocas passam a ser realizadas a partir de uma equivalência e essa equivalência é medida pelo preço das mercadorias. Além disso, de acordo com Polanyi (1980 apud FERRARINI, 2008, p. 17), “no período que antecede o capitalismo, a busca pelo lucro era malquista ou desprezada, era considerada pecado ou paixão desintegradora e havia repulsa contra agiotas pela despersonalização das condutas monetárias.”, ou seja, desde sua fase mercantil, o capitalismo apresentou sua diferença fundamental em relação aos sistemas de organização social que o precederam, a acumulação de riqueza.

Como mostra Ferrarini (2008, p. 17), “o capitalismo é o primeiro sistema que tem no econômico o seu princípio central”, até então, não era possível perceber qualquer forma de

determinismo do aspecto econômico, ou seja, das relações sociais necessárias à realização das trocas de bens sobre as demais relações sociais, como as de amizade, parentais ou entre comunidades. Esse determinismo do econômico sobre o social receberá maior destaque, em função dos objetivos desta pesquisa, mais adiante.

O capitalismo mercantil deu lugar ao capitalismo industrial. Essa mudança de roupagem do sistema ficou marcada pela Revolução Industrial, no final do século XVIII. Diferente do que se pode imaginar em uma primeira reflexão sobre o sentido da palavra revolução, que pressupõe luta armada, guerra e inversão da ordem social, a Revolução Industrial mostrou uma outra perspectiva acerca deste conceito, conforme mostra Hobsbawm (1977, p. 45):

Se a transformação rápida, fundamental e qualitativa que se deu por volta da década de 1780 não foi uma revolução, então a palavra não tem qualquer significado prático. [...] Sob qualquer aspecto, este foi provavelmente o mais importante acontecimento na história do mundo, pelo menos desde a invenção da agricultura e das cidades.

Com a Revolução Industrial, modernizaram-se os meios de produção e uma grande transferência da localização da mão-de-obra disponível se fez necessária. As populações rurais rumaram para as cidades vendo no surgimento das grandes fábricas uma possibilidade de melhores condições de vida, enquanto o campo se via cada vez mais esvaziado. Entretanto, as cidades não estavam preparadas para receber um número tão grande de pessoas e o campo sofreu com a falta de mão-de-obra para abastecer as próprias cidades, engendrando um grande paradoxo. A Revolução Industrial poderia ter gerado outras consequências econômicas e sociais se tivesse sido acompanhada por uma “revolução agrícola” (HOBSBAWN, 1977).

O médico John Aikin, de Manchester, descreveu muito bem quais eram as condições – de exploração e opressão – de trabalho e de vida dos trabalhadores durante a passagem do século XVIII para o XIX, período que se caracterizou pelo acelerado crescimento e multiplicação das grandes fábricas e das máquinas:

Um trabalho prolongado e exaustivo, continuado dia após dia, ano após ano, não é pensado para desenvolver as faculdades morais e intelectuais do homem. A rotina monótona de um labor penoso e interminável, no qual o mesmo processo mecânico é incessantemente repetido, assemelha-se ao tormento de Sísifo – o trabalho, como a pedra, recai constantemente sobre o operário. [...] Incapaz dos objetivos que distinguem a sua espécie, mergulha numa indolência sensual, ou deleita-se na libertinagem mais degradante. A sua casa é mal mobiliada, suja, muitas vezes mal arejada, talvez úmida; a alimentação, por falta de previsão e de economia doméstica, é escassa e pouco nutritiva; fica debilitado e hipocondríaco e torna-se uma vítima de dissipação (OWEN, 1976, p. 25).

O século XIX foi marcado por um expansionismo sem precedentes do capitalismo e isso se explica por dois motivos principais, quais sejam: a consolidação do conceito de *homo*

economicus e a ampliação dos mercados. Enquanto o *homo economicus* é um conceito filosófico cunhado por John Stuart Mill, essa ampliação dos mercados se funda no aumento da demanda humana por produtos industrializados, ocasionada pela abertura das fronteiras dos Estados-nação para as trocas transnacionais e pelos movimentos de independência de países antes colonizados, como é o caso de países como Brasil, Chile e Argentina, por exemplo, pra deter-se a países da América Latina.

Na perspectiva do *homo economicus* o agir econômico humano está totalmente desvinculado das demais dimensões da vida, como a dimensão cultural e a social, por exemplo. Esta forma de análise sustenta as primeiras investidas da economia como um campo da ciência que poderia se isolar das demais disciplinas. O *homo economicus* age sempre de forma racional e em busca da maximização do interesse individual, sempre fazendo cálculos acerca da utilidade de suas escolhas, das mais cotidianas as mais complexas (AVILA, 2014).

A ação humana analisada pela perspectiva do *homo economicus* se dá na busca da satisfação plena de seus desejos e esses desejos são alcançados através do acúmulo e disponibilidade de riqueza e da posse de poder, tais elementos possibilitariam o alcance do prazer e o alívio da dor (CORREA, 2012). Há uma controvérsia, porém, esse acúmulo de riqueza e posse de poder, que para o *homo economicus* se trataria de um meio necessário para alcançar um fim, nas sociedades capitalistas, muitas vezes se tornam os fins em si mesmos.

Desta forma, o *homo economicus* encontra na economia de mercado o ambiente propício para se desenvolver, já que na economia de mercado, para tudo ter, basta possuir riqueza e poder. Para Polanyi (2000, p. 89),

uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo auto-regulável. Uma economia desse tipo se origina da expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários.

De acordo com Polanyi (2000), só foi possível que as sociedades passassem a ser orientadas por essa economia de mercado por uma grande ficção que foi constituída pelos seres humanos, no que ele chamou de *a falácia das mercadorias fictícias*. A natureza agora era simplesmente terra e o homem passou a ser visto como o trabalho que poderia executar. E para ampliar o cenário desta ficção, agora a terra e o trabalho estavam à venda como mercadorias. Polanyi (2000) destaca ainda que, com a criação dos juros, o dinheiro deixa a condição de moeda de troca, de intermediário e passa a ser visto como uma mercadoria fim.

Em uma perspectiva de totalidade, ou seja, de visão de mundo como um todo e de toda a humanidade como usuária – e não como possuidora – do Planeta Terra, a natureza aparece

como um bem comum, sem cercas e sem donos. Nesta mesma lógica, o homem seria protagonista de sua própria trajetória e do seu próprio destino, sem que precisasse vender seu trabalho para outros homens que detêm os meios de produção e de transformação da terra – e que também detêm o capital. Daí a argumentação de se tratar de uma grande falácia.

O mercado é o lugar onde o comportamento econômico é regido por leis e contratos. A quantidade e variedade de bens e serviços disponíveis no mercado pode ser ilimitada e os preços ali são definidos pela regra da oferta e demanda (FILHO, 2012). No mercado não há confiança e não há dívida quando realizada uma troca, as trocas obrigatoriamente precisam ser equivalentes. Os vínculos sociais são fracos, quando existem e não havendo vínculos fortes e a presença de confiança entre os agentes envolvidos nas trocas, outro ator social aparece neste cenário.

Essa lógica individualista que inicialmente surge do campo filosófico com o objetivo de explicar a ação humana, logo passa a ser utilizada também por outras áreas da ciência, como na teoria política, por exemplo, na qual esse pensamento que está por trás da economia de mercado assume a roupagem do liberalismo e argumenta que a solução para os problemas sociais estaria na liberdade individual e na soma dos interesses individuais como meio para o interesse coletivo como fim (CORREA, 2012). Para garantir os interesses individuais no jogo de quem mais ganha no mercado, o Estado passa a ser determinante no processo como um todo.

Agora, tendo a racionalidade do *homo economicus* e a economia de mercado como aliados, o capitalismo encontra nos governos orientados pela lógica liberal o seu elemento que faltava para perpetuar-se como um sistema econômico e social hegemônico e de longa duração: o poder do Estado. “Essa composição entre poder político e econômico pode ser considerada como a gênese ou núcleo duro de processos de expansão do capitalismo.” (FERRARINI, 2008, p. 20). Contudo, o papel do Estado era o de deixar fluir o mercado como lugar de trocas, como mostra Polanyi (2000, p. 89):

A formação dos mercados não será inibida por nada, e os rendimentos não poderão ser formados de outra maneira a não ser através das vendas. Não deve existir, ainda, qualquer interferência no ajustamento dos preços às mudanças das condições do mercado - quer sejam preços de bens, trabalho, terra ou dinheiro. Assim, é preciso que existam não apenas mercados para todos os elementos da indústria, como também não deve ser adotada qualquer medida ou política que possa influenciar a ação desses mercados.

Os Estados-nação seguiram os cursos de suas histórias e o século XX inicia com a mesma hegemonia do sistema capitalista percebida no século anterior. Mesmo com os altos e baixos ocasionados pelas duas grandes guerras e com as investidas do projeto socialista neste

contexto, o capitalismo foi se moldando e conseguiu, de diferentes formas, seguir adiante como o sistema de organização econômica e social hegemônico na modernidade. Importa destacar a forma que o sistema ganhou após a II Guerra Mundial, quando precisou dar uma resposta ao socialismo que em vigência na União Soviética e no lado Oriental da Alemanha, dava sinais de ser um sistema com maior igualdade e fundado nos interesses coletivos, ao contrário do capitalismo.

Surgiria o que ficou conhecido como *Welfare State*, ou Estado de bem-estar social. O Estado de bem-estar social foi um momento histórico do capitalismo que alcançou seu auge na Europa até o final da década de 1970 – tendo ainda hoje expressões mundo afora – e que conseguiu, em grande medida, aliar o princípio da liberdade individual com a proteção do Estado para as camadas mais pobres da população. Além da iminente ameaça de alastramento da ideologia e das experiências socialistas, o Estado de bem-estar social também tem origem na mobilização e luta da classe operária. Classe operária, classe trabalhadora ou proletariado, são termos utilizados para referir-se aos trabalhadores nos sistemas capitalistas, marcado pela luta de classes – proletariado *versus* burguesia (capitalistas possuidores dos meios de produção) (MARX; ENGELS, 2003).

Neste ambiente de lutas os trabalhadores sempre se insurgiram, de diferentes maneiras, em busca de condições mais dignas e decentes de trabalho e de vida. Para Silva e Silva (2015, p. 5),

as pressões “de baixo” produzem forte correlação positiva entre os graus da consciência da organização da classe operária, a organização sindical e política dos trabalhadores e a emergência do Welfare State, e provocam uma reação “do alto”, isto é, a mobilização operária provoca mais concorrência entre os setores dominantes que são obrigados a constituir alianças, bem como conduz à maior centralização e autonomia do aparato estatal, propiciando as condições para o desenvolvimento das políticas sociais.

Desta forma, as demandas da classe trabalhadora são introduzidas no Estado, que passa a taxar em um alto índice os cidadãos mais ricos e redistribuir o montante acumulado através dos impostos para os mais pobres, na forma de distribuição direta e também ofertando serviços públicos de qualidade, como saúde, educação, segurança, etc. As maiores expressões do Estado de bem-estar social aconteceram na Europa. Contudo, mesmo com a classe burguesa pagando altos impostos, não havia grandes movimentos contrários a essa prática, já que essa intervenção do Estado se mostrava necessária para garantir que a acumulação de riqueza e poder fosse possível e para transmitir uma ideia de paz social (SILVA E SILVA, 2015).

Entretanto, com o auge do neoliberalismo, orientado por Ronald Reagan e Margaret Thatcher nos Estados Unidos da América (EUA) e na Inglaterra, respectivamente, a partir dos anos 1980, este sistema perdeu forças. Um projeto político-econômico orientado para o individualismo e o consumismo venceu, ali, a face mais solidária e com tons de coletividade, no que foi um experimento de uma sociedade mais justa e igualitária, mesmo sendo o capitalismo o fio condutor das relações econômicas e sociais.

O neoliberalismo é o projeto político que sustenta o capitalismo em tempos de globalização, em sua versão pós-industrial (ou financeira), em um mundo quase sem fronteiras econômicas, culturais e políticas. Para Ianni (1998), o período que caracteriza a globalização tem início com a abertura da década de 1980 e inaugura uma nova necessidade de análise das sociedades: não se trata mais de uma análise de Estados-nação, de nacionalidades como categoria fim. A partir do momento que sujeitos e coletivos de diferentes partes do mundo interagem, continuamente, entre si, tanto a cultura, como a política, a economia, as tradições e costumes sofrem interferências. Se antes apenas as relações econômicas alcançavam níveis mundiais, agora o momento era outro. Cox (1994, p. 48 apud IANNI, 1998, p. 4) destaca a dimensão econômica na globalização:

A economia global é o sistema gerado pela globalização da produção e das finanças. A produção global beneficia-se das divisões territoriais da economia internacional, jogando com as diferentes jurisdições territoriais, de modo a reduzir custos, economizar impostos, evitar regulamentos antipoluição e controles sobre o trabalho, bem como obtendo garantias de políticas de estabilidade e favores.

Sobre a globalização, a própria história do sistema capitalista mundial é a história dela (FERRARINI, 2008), na qual são inúmeras as experiências positivas encontradas mundo afora. Pode-se citar, mesmo que com algum receio de errar, o desenvolvimento tecnológico e os avanços na área da medicina como pontos fortes proporcionados pelo avanço da globalização e do capitalismo em versão global. Por outro lado, esse mesmo sistema que desenvolve tecnologia e curas para doenças antes terminais, produz as desigualdades sociais e a pobreza para grande parte das populações do mundo. As bases fundamentais para a perpetuação e promoção do capitalismo no mundo, em nada estão relacionadas com as características de uma sociedade mais justa e igualitária.

As promessas não cumpridas da modernidade, da ciência e do capitalismo são elementos que configuram a questão social contemporânea no mundo globalizado. Por um lado, tais promessas traduzem paradoxos: avanço tecnológico e aumento da pobreza; constituição legal de direitos e impossibilidade prática de garanti-los. Por outro lado, a questão social também engloba formas de resistência e de experimentações locais de práticas, conhecimento e valores contra-hegemônicos (FERRARINI, 2008, p. 59).

Acúmulo de riqueza/bolsões de pobreza, individualismo, desconfiança, meritocracia, consumismo exacerbado, destruição ambiental, preconceitos das mais variadas ordens, justiça parcial e exploração do trabalho humano, são algumas das consequências produzidas pelo capitalismo até chegar à contemporaneidade. Em contrapartida, distribuição horizontal/igualdade econômica, coletividade, confiança, oportunidades iguais, consumo racional, sustentabilidade ambiental, reconhecimento às diferenças, justiça social e trabalho digno são, respectivamente, características que, por seu caráter contra-hegemônico, poderiam resultar na transformação das relações de uma sociedade.

Das consequências do capitalismo e da modernidade na contemporaneidade, três contribuem de forma substancial para que se acredite que se trata de um sistema e de um modo de vida que chegaram aos seus limites, ao seus momentos de caos e crises, quais sejam: desigualdades, pobreza e destruição ambiental.

2.2 UM SISTEMA EM CRISE: DESIGUALDADES, POBREZA E NATUREZA

Parece impossível dissociar as transformações econômicas e sociais resultantes do capitalismo da produção das desigualdades, dos números costumeiramente alarmantes acerca da pobreza, da precarização das condições de trabalho e de vida e da destruição ambiental. Considera-se aqui o capitalismo como um sistema em crise no sentido de seu esgotamento, ou seja, um sistema que não poderá se sustentar pelos problemas supracitados que causa. Desta forma, não se pretende utilizar o termo “crise” para fazer referência às crises econômicas e sociais geradas no interior do capitalismo; suas crises são cíclicas e necessárias para sua manutenção.

Para ilustrar o problema das desigualdades, recorre-se a alguns dados da América Latina. De acordo com Mendonça (2009), na Colômbia, Chile e México a situação quase não se altera, naqueles países os 10% mais ricos recebem, em média, mais de 40% da renda total e, respectivamente, 3,4%, 3,1% e 2.7% dos mais pobres recebem 20% da riqueza total. Já nos países da América Central, na Argentina e Uruguai o percentual de participação dos mais pobres na renda total fica em torno de 4%. Além disso, é possível diagnosticar a existência de desigualdade no acesso aos serviços básicos nestes países, como saúde, educação, saneamento, etc. (MENDONÇA, 2009).

Em comparação com outras partes do mundo, de acordo com o documento *Série Melhores Políticas* (OCDE, 2014), a desigualdade na América Latina (medida pelo Índice de

Gini¹⁾ permanece 65% mais elevada que a dos países de alta renda, 36% superior à dos países do leste asiático e 18% superior à da África subsaariana.

O Brasil, por sua vez, segue esse mesmo movimento mundial e é, historicamente, um país desigual. Basta ater-se às diferentes etapas de sua evolução econômica e social para aferir essa conclusão: 1) período de colonização; 2) trabalho escravo; 3) adesão ao capitalismo e ao neoliberalismo (QUIJANO, 2005). São períodos históricos que remetem a desigualdades tanto materiais como imateriais, a rigor, marcadas por dicotomias: empregados e empregadores, pobreza e riqueza, brancos e negros, homens e mulheres, etc. As desigualdades estão dadas tanto interiormente nos países mundo afora, como na comparação entre países. Com a pobreza não é diferente, ela pode ser medida entre uma mesma população ou entre as populações de diferentes nações.

O Quadro 1 mostra a desigualdade através das diferentes faixas de renda familiar, sendo oito recortes para a Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal (SAE) e sete para a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP).

Quadro 1 - Grupos de renda da população brasileira

Secretaria de Assuntos Estratégicos		Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas	
Grupo	Renda média familiar	Grupo	Renda média familiar
Extremamente pobre	Até R\$ 324	1	R\$ 854
Pobre, mas não extremamente pobre	Até R\$ 648	2	R\$ 1.113
Vulnerável	Até R\$ 1.164	3	R\$ 1.484
Baixa classe média	Até R\$ 1.764	4	R\$ 2.674
Média classe média	Até R\$ 2.564	5	R\$ 4.681
Alta classe média	Até R\$ 4.076	6	R\$ 9.897
Baixa classe alta	Até R\$ 9.920	7	R\$ 17.434
Alta classe alta	Acima de R\$ 9.920	---	

Fonte: Elaborado pelo autor (*Portal de Notícias GI*).

A ABEP, no documento Critérios de classificação econômica Brasil 2014, traz a distribuição populacional das diferentes classes, considerando nove grandes centros urbanos.

¹ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

De acordo com este documento, o Grupo 7, onde estão as famílias mais ricas, representa apenas 0,5% da população destes grandes centros. Na Grande Porto Alegre este percentual varia para 0,8% do total populacional. Considerando o outro extremo, das famílias mais pobres, representado no Quadro 1 pelo Grupo 1, nos nove grandes centros, o percentual é de 13,6%.

Esse diagnóstico de grande desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres é confirmada por Medeiros, Souza e Castro (2012), ao analisarem dados da Declaração do Imposto de Renda no Brasil. De acordo com estes autores, os 0,1% mais ricos do Brasil receberam, em média, no ano de 2012, mais de 2,3 milhões de reais, enquanto os 5% mais ricos, também em média, e no mesmo período, receberam cerca de 197 mil reais. O que se percebe, mesmo voltando-se à diferença entre os 0,1% e os 5% mais ricos, é uma grande distância entre os totais de renda per capita, porém, ao se comparar com uma família que recebeu, por exemplo, dois salários mínimos por mês², em 2012.

É preciso considerar que nem mesmo nas experiências onde o capitalismo assumiu um formato menos explorador, entregando aos cidadãos direitos sociais e serviços públicos de qualidade, nos chamados Estados de bem-estar social, as desigualdades foram superadas e se faz necessário investigar os reais objetivos deste modelo, como aponta Bauman (2013, p. 34-36):

Na verdade, o Estado do bem-estar (social) dificilmente surgiria se os donos de fábrica não tivessem considerado a proteção de um “exército de reserva de mão de obra” (manter os reservistas em boa forma para o caso de serem chamados de volta ao serviço ativo) um investimento. [...] Um Estado é “social” quando promove o princípio da comunalidade endossada, do seguro coletivo contra o infortúnio individual e suas consequências. É esse princípio – declarado, posto em operação e em cujo funcionamento se acredita – que ergue a “sociedade imaginada” até o nível de uma “totalidade autêntica” – uma comunidade tangível, percebida e vivida -, e portanto substitui (para empregar os termos de John Dunn) a “regra do egoísmo”, que gera desconfiança e suspeita, pela “regra da igualdade”, que inspira confiança e solidariedade.

A contribuição de Bauman (2013) faz com que a reflexão acerca das consequências geradas pelo capitalismo nesta versão menos cruel seja posta à prova, uma vez que, conforme citado por ele, mesmo nos sistemas capitalistas já experimentados nos Estados de bem-estar social, o que o autor chamou de a regra do egoísmo não foi capaz de ser substituída pela regra da igualdade. Em outras palavras, não se tem provas históricas que apontem para um sistema capitalista que tenha sido capaz de operar sem desigualdades e injustiças sociais.

² Em 2012 o salário mínimo do Brasil era de R\$ 622,00. Dois salários mínimos por mês (R\$ 1.244,00) representavam R\$ 14.928,00 por ano. Ou seja, uma família com renda de dois salários mínimos por mês, acumula apenas cerca de 7,5% se comparado aos 5% mais ricos.

As desigualdades transcendem a questão econômica, de poder aquisitivo e acumulação de capital. As desigualdades são também imateriais, como optou-se por tratar neste texto, ao referir-se às questões culturais. Porém, a lógica do *homo economicus* e o pensamento político liberal – e o neoliberal – tende a fazer com que o senso comum dê conta de naturalizar tais desigualdades apenas como materiais,

senão, vejamos. A crença fundamental do economicismo é a percepção da sociedade como sendo composta por um conjunto de *homo economicus*, ou seja, agentes racionais que calculam suas chances relativas na luta social por recursos escassos, com as mesmas disposições de comportamento e as mesmas capacidades de disciplina, autocontrole e autorresponsabilidade. Nessa visão distorcida do mundo, o marginalizado social é percebido como se fosse alguém com as mesmas capacidades e disposições de comportamento do indivíduo da classe média. Por conta disso, o miserável e sua miséria são sempre percebidos como contingentes e fortuitos, um mero acaso do destino, sendo a sua situação de absoluta privação facilmente reversível, bastando para isso uma ajuda passageira e tópica do Estado para que ele possa “andar com as próprias pernas” (SOUZA, 2009, p. 17).

Desta forma, conforme aponta Souza (2009), cria-se um “pensamento comum” de que todos os sujeitos têm as mesmas oportunidades como ponto de partida, restando apenas a eles mesmos decidir seu futuro e suas condições de vida. O que não está posto ainda, até aqui, é que as desigualdades imateriais podem maximizar as materiais e vice-versa, fazendo com que no Brasil a pobreza pareça um problema natural que não cabe ao Estado solucionar. Essa falsa naturalização da pobreza acaba alimentando o imaginário social com o diagnóstico de que a pobreza está ligada ao caráter e ao esforço individual e não a um problema estrutural. A seguir, conceitua-se os diferentes tipos de desigualdades aqui abordadas.

As desigualdades materiais são as que mais aparecem aos olhos da população em geral e diferentes formas são empregadas para se medi-la. No Brasil, por exemplo, é possível se medir a desigualdade material por, pelo menos, dois métodos distintos. Em primeiro lugar, as diferentes classes sociais são enquadradas por institutos de pesquisa como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além da SAE e da ABEP. Em segundo lugar, pode-se consultar e trabalhar com os dados da Declaração do Imposto de Renda no Brasil (MEDEIROS; SOUZA; CASTRO, 2012).

Cattani e Oliveira (2012, p. 17) consideram que, ao se medir a desigualdade de renda entre as populações, o que se percebe é alarmante:

Considerando-se o “polo pobreza”, existe uma infinidade de situações que comprovam a permanência, se não o aumento, de bolsões de miséria, de condições degradadas da existência humana. Milhões de indivíduos no mundo todo são afetados pelo flagelo da miséria e incontáveis estatísticas oficiais e estudos científicos atestam a existência de desigualdades comparáveis às piores condições humanas do passado pré-capitalista. Alberto Bialakowsky (2007), um dos mais

eminentes sociólogos da América Latina, se refere mesmo a existência de populações extermináveis, submetidas a um holocausto permanente.

Conforme já citado anteriormente, as desigualdades imateriais existem e não merecem menos atenção do que as materiais, pelo contrário, ambas estão imbricadas onde uma contribui para a maximização da outra e vice-versa. Para Veronese (2009a, p. 4), “o modo como a dominação econômica, política e cultural produz e reproduz as desigualdades se traduz em hierarquias entre os tipos de conhecimento e de prática social exercidos entre os atores”, o que evidencia a influência dos diferentes tipos de desigualdade sobre a vida dos sujeitos.

Os pobres não só são excluídos do sistema bancário, mas também dos espaços educativos, midiáticos e informacionais, das oportunidades de trabalho digno e bem remunerado, dos espaços decisórios e da possibilidade de se auto-representar de forma positiva. Suas subjetividades, modo de ver o mundo, maneira de viver, senso estético, são descartados como alternativas não creíveis e não desejáveis de vida (VERONESE, 2009a, p. 4).

A partir da contribuição da autora, o que se constata é que, realmente, as desigualdades estão para além da questão econômica, aparecendo também em áreas como o acesso a cultura, a participação nos espaços públicos, acesso a educação de qualidade, etc. Souza (2009, p. 19-21) aponta que, o que ele chama de “herança imaterial” acaba por reproduzir ainda mais as diferenças materiais, como ele mesmo mostra:

É a herança imaterial, mesmo nesses casos de frações de classes em que a riqueza material é o fundamento de todo privilégio, na verdade, que vai permitir casamentos vantajosos, amizades duradouras e acesso a relações sociais privilegiadas que irão permitir a reprodução ampliada do próprio capital material. [...] Essa herança da classe média, imaterial por excelência, é completamente invisível para a visão economicista dominante do mundo. Tanto que a visão economicista “universaliza” os pressupostos da classe média para todas as “classes inferiores”, como se as condições de vida dessas classes fossem as mesmas. [...] O processo de modernização brasileiro constitui não apenas as novas classes sociais modernas que se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação.

De acordo com a contribuição de Souza (2009), se supõe que as relações sociais provocam produção e reprodução das desigualdades imateriais que, à medida que se maximizam, se imbricam nas questões econômicas (materiais) podendo, da mesma forma, maximizá-las engendrando um cenário de difícil superação. Em outras palavras, os ricos possuem relações culturais e privilégios, por exemplo, que proporcionam um ponto de partida muito mais vantajoso que os das populações em situação de pobreza.

Mas o que é pobreza? “Ao longo da história, diferentes conceitos, sentidos e significados têm sido atribuídos à pobreza, aos quais correspondem determinadas formas de intervenção social (FERRARINI, 2011). A autora alerta ainda que ideias individualizantes e patologizantes dominaram por séculos o pensamento coletivo, ideias que consideravam a pobreza como problema ligado ao caráter e às idiossincrasias dos sujeitos, ao invés de consequências históricas de transformações sociais.

A pobreza é resultado da herança histórica da relação desigual do modo de produção capitalista, somada à fragilização e fragmentação das políticas públicas e da hegemonia do capitalismo e mercados financeiros. Há consenso na atualidade de que a pobreza não se restringe à sua dimensão econômica (material); ela é também social, cultural e política (imaterial), caracterizada pela baixa escolaridade, falta ou precário acesso a serviços e direitos, exclusão social, baixa autoestima e condições desumanas de vida, que conduzem ao alijamento do exercício de direitos fundamentais (FERRARINI, 2013).

De acordo com o primeiro relatório de acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2016, a proporção da população mundial vivendo abaixo da pobreza extrema caiu para mais da metade entre 2002 e 2012. A proporção de crianças sofrendo de nanismo com menos de 5 anos caiu de 33% em 2000 para 24% em 2014. No entanto, apesar de a pobreza ter sido reduzida, uma em cada oito pessoas estavam vivendo na extrema pobreza em 2012. A estimativa é de que 5,9 milhões de crianças com menos de 5 anos morreram em 2015, a maior parte por causas evitáveis, e 216 mulheres morreram no parto a cada 100 mil nascimentos. Em 2013, 59 milhões de crianças em idade escolar estavam fora da escola e 26% das mulheres com idade entre 20 e 24 anos se casaram antes de completar 18 anos. Em 2015, estimava-se que 663 milhões de pessoas ainda usavam fontes de água insegura. Em 2012, 1,1 bilhão de pessoas ainda estavam sem acesso a esse serviço essencial.

Quanto à América Latina:

O crescimento econômico na América Latina não produz nenhuma alteração significativa do nível de pobreza absoluta, nos baixos níveis de escolaridade e no acesso à saúde. Ao longo de sua história, o continente vivencia crises recorrentes e pobreza crescente, mesmo em épocas de crescimento econômico, sem que a aliança entre as classes mais privilegiadas e o apoio que estas detêm se abale (MENDONÇA, 2009, p. 88).

De acordo com informações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), para o ano de 2015 a pobreza aumentou entre os latino-americanos, atingindo 175 milhões de pessoas – 29,2% da população total da região. Deste total de

populações em situação de pobreza, 75 milhões seriam indivíduos vivendo em situação de indigência. Os números anteriores eram de 2014: 168 milhões de habitantes considerados pobres, dos quais, 70 milhões de indigentes.

No Brasil, é possível enquadrar a população como pobres e extremamente pobres a partir de uma perspectiva institucional, através do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e do PBF. O PBF está dividido em duas faixas, a primeira atende qualquer família que perceba renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa, enquanto a segunda atende as famílias que tenham renda entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 mensais per capita, desde que tenham em sua composição gestantes, crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Estas faixas enquadram as famílias como extremamente pobres e pobres, respectivamente.

Conceitualmente, opta-se pela definição de Hagenaars e De Vos (1988) de pobreza. Os autores afirmam que todas as definições de pobreza estão enquadradas em uma das três categorias listadas abaixo:

- a) pobreza é ter menos do que um mínimo objetivamente definido (pobreza absoluta);
- b) pobreza é ter menos do que outros na sociedade (pobreza relativa);
- c) pobreza é sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante (pobreza subjetiva).

A partir da definição dos autores, pode-se dizer, então, que todas as populações em situação de pobreza se encontram em uma ou mais das categorias listadas por eles. A pobreza absoluta refere-se às populações que vivem abaixo de uma linha objetivamente definida. Essa definição pode ser feita por um país ou por uma organização internacional, por exemplo. A pobreza relativa refere-se as populações que se encontram abaixo de outras populações quando comparadas. Comparação entre cidades, países, localidades, continentes, etc. Por fim, a pobreza subjetiva se refere as populações que subjetivamente não se percebem capazes de seguir em frente, de lutar pela superação da condição de pobreza em que se encontram.

Assim como não se considera aqui a desigualdade apenas pelo seu viés economicista, com a pobreza não é diferente. Entende-se que a pobreza está para além da perspectiva unicamente econômica. Mais três dimensões são consideradas na compreensão que importa para este trabalho, a saber: a dimensão social, a cultural e a política.

Quadro 2 - Dimensões da Pobreza

Dimensão	Características
Econômica	Precriedade e falta de acesso a meios de subsistência (trabalho e renda).
Social	Falta de acesso às políticas e serviços;

	Fragilização de laços sociais e de pertencimento.
Política	Desconhecimento dos direitos; Limitação de exercício do poder; Falta de articulação / mobilização de forças populares; Tutela / dependência do Estado; <i>Déficit</i> de participação cidadã.
Cultural	Desconhecimento de suas origens e história; Desvalorização de culturas locais; Fragilização ou perda de identidade cultural; Imposição de uma cultura de massa.

Fonte: Ferrarini (2011, p. 56).

Através da análise do Quadro 2, de Ferrarini (2011), fica mais fácil compreender quais os elementos importantes para que, posteriormente, se possa realizar inferências da realidade empírica a partir da teoria. A dimensão econômica – normalmente generalizada como a única dimensão possível de se medir – se refere à ausência de condições de acesso ao trabalho e à geração de renda. A dimensão social está ligada à dificuldade de se garantir direitos e de se acessar serviços públicos – básicos ou não. Já a dimensão política, se refere a não participação dos indivíduos em processos democráticos – locais ou em maior escala –, a baixa estima relacionada ao exercício do poder dentro das diversas coletividades e a falta de empoderamento frente à tutela do Estado. Finalmente, a dimensão cultural se refere ao abandono das origens históricas e culturais, a perda de identidade – individual e/ou coletiva –, e a desvalorização ou falta de acesso à rotina artística/cultural.

Os problemas sociais não podem ser compreendidos sem a dimensão ambiental, já que a vida humana encontra-se ameaçada, além de serem as populações pobres as mais vulneráveis também aos efeitos da degradação ambiental. A natureza já não suporta mais o modelo de desenvolvimento e crescimento operados na modernidade pelo sistema capitalista. Os princípios que sustentam o capitalismo ao longo da história conflitam diretamente com a questão ambiental. A natureza, ao deixar de ser vista como um lugar a se ocupar por todos os povos do mundo e passar a condição de terra à venda e matéria-prima para grande parte da produção industrial, começa (aceleradamente) a sentir as consequências destrutivas.

Basta ter bom senso para compreender que o Planeta Terra, no qual os recursos são finitos, a competição desenfreada atrás do acúmulo de riqueza não seria possível para sempre, uma vez que essa competição é sustentada pelo desenvolvimento econômico e tecnológico

que explora e polui a natureza (DOWBOR, 2012). Esse modelo de desenvolvimento foi se naturalizando no decorrer da modernidade e,

nas últimas décadas, quase todos os países do mundo considerados não desenvolvidos buscaram o desenvolvimento. [...] Desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento local, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável, eco-desenvolvimento, desenvolvimento em escala humana, desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento com equidade de gênero, codesenvolvimento... Desenvolvimento, em resumo. O conceito de “desenvolvimento”, como toda crença, nunca foi questionado, mas simplesmente redefinido (ACOSTA, 2012, p. 199).

Buscou-se adaptações para o termo “desenvolvimento”, mas, por muito tempo, não se questionou a gênese por de trás do termo, seu pano de fundo e, desta forma, também não se agiu proativamente para pensar nas suas consequências, sequer em alternativas a esse modelo naturalizado. Inclusive, historicamente, os países considerados subdesenvolvidos estiveram sempre correndo atrás de ascender desta condição para a de país desenvolvido, em um cenário no qual os países desenvolvidos, para manter tal condição, exploram e destroem diariamente a natureza daqueles subdesenvolvidos.

Além desta busca incansável pelo desenvolvimento, também se busca crescimento e os dois conceitos, inclusive, se confundem, por terem sentidos iguais em perspectiva prática. Para dar conta disso, basta considerar o conceito de sociedade de crescimento para Latouche (2006, p. 3):

A sociedade de crescimento pode, pois, ser definida como uma sociedade dominada por uma economia de crescimento e que tende a deixar-se absorver por esta. O crescimento pelo crescimento torna-se, assim, o objetivo primordial da vida, se não o único. Tal sociedade não é sustentável por que vai de encontro aos limites da biosfera.

Neste contexto em que se começa a refletir acerca dos limites da natureza enquanto objeto de exploração e destruição e em que a desigualdade – em sua dupla face – e a pobreza multidimensional se manifestam pelo mundo inteiro, adiciona-se a discussão protagonizada por Karl Polanyi, que possibilita uma reflexão sobre uma possível mudança de racionalidade acerca da questão econômica. Desta forma, o próximo capítulo é dedicado a compreender a racionalidade que sustenta o fenômeno da economia solidária, além de discutir esse fenômeno em si mesmo e sua relação com a pobreza.

3 PARA ALÉM DA ECONOMIA DE MERCADO: CONCEITOS E FENÔMENOS SOCIAIS

O objetivo deste capítulo é apresentar outro olhar para a ação humana na economia. Aceitar apenas o conceito de *homo economicus* na busca por uma compreensão da racionalidade humana relacionada às trocas de bens e serviços é deixar escapar toda uma outra razão que se expressa diariamente através das experiências da economia social e solidária ao redor do mundo. Inicia-se a seção com a distinção das economias formal e substantiva, passando pelos conceitos de dádiva, de economia plural e de economia solidária, para chegar, ao final, à discussão acerca de qual o papel social desta outra forma de economia.

3.1 PLURALIDADE ECONÔMICA: ENTRE O FORMAL E O SUBSTANTIVO

Karl Polanyi é o principal autor da teoria econômica a criticar a visão que fragmenta a dimensão econômica das demais dimensões da vida humana, a criticar a ação humana econômica como uma ação totalmente desvinculada da natureza e das relações sociais. Se toda troca só é capaz de se realizar considerando apenas a dimensão econômica, que maximiza o interesse individual, então como explicar as trocas praticadas pelas sociedades do período feudal e pelas comunidades autóctones da América Latina, não influenciadas pelo *homo economicus* e pela lógica do mercado?

A racionalidade que sustenta as trocas praticadas na economia de mercado é a razão que está por trás da economia formal, ou seja, “apenas é aplicável ao estudo das modernas economias capitalistas, em que os mercados formadores de preços desempenham um papel fulcral.”. Na economia formal o agir econômico estaria ligado a um “comportamento humano maximizador traduzido na afetação de recursos escassos a fins alternativos, isto é, a ‘economização’” (MACHADO, 2012, p. 166-167). A economia formal é o pensamento dominante na ciência econômica.

A ciência econômica formal reporta-se ao chamado postulado da escassez. Requer, em primeiro lugar, uma insuficiência dos meios e, em segundo, que a escolha seja induzida por essa insuficiência (...) Para que a insuficiência induza a escolha, é necessário que exista mais do que um uso para os meios, assim como uma hierarquização (*grading*) dos meios, isto é, ao menos dois meios ordenados em sequência preferencial (POLANYI, 1968a, p. 143 apud MACHADO, 2012, p. 175)

Pode-se dizer ainda que a economia formal é a dimensão conceitual da economia de mercado. Essa naturalidade em se ver a economia formal como sinônimo de economia foi alcançada porque a história da Europa passou a ser a história do mundo com a modernidade.

Por muito tempo qualquer outro modelo de organização social que fugisse aos padrões moderno-europeus era considerado como primitivo, arcaico, sem valor, etc.

Entretanto, a razão econômica formal não é capaz de explicar o agir econômico percebidos naquelas sociedades, ou seja, as trocas realizadas nelas. Para compreender a racionalidade que orientava tais ações, Polanyi (1968a; 1977b apud MACHADO, 2012, p. 172) chegou ao conceito de economia substantiva ao estudar o conceito de economia em Aristóteles (350 a.C.).

O significado substantivo deriva da dependência do homem relativamente à Natureza e a seus congêneres para assegurar a sobrevivência, ou seja, refere-se ao intercâmbio com seu ambiente natural e social mediante o qual lhe são fornecidos os elementos materiais necessários para a satisfação das próprias necessidades, conforme Polanyi (1968a). Aponta para o fato elementar de que os seres humanos, tais como todos os outros seres vivos, não podem existir por qualquer período de tempo sem um ambiente físico que os sustenha (POLANYI, 1977b).

É nesta perspectiva substantiva de ver a ação humana, seja nas sociedades dos períodos pré-capitalistas, seja nas comunidades autóctones da América Latina na atualidade, ou nas sociedades consideradas primitivas no início do século XX, por não se enquadrarem no padrão da economia de mercado, que Polanyi (2000) busca reintegrar as dimensões da vida humana e desenvolve outros três conceitos de economia: a *domesticidade*, a *redistribuição* e a *reciprocidade* – conceitos que serão aprofundados mais adiante.

Antes, para compreender o que está por trás das lógicas que fogem ao pensamento dominante de que todas as trocas são as trocas realizadas na economia de mercado, recorre-se a outros dois importantes autores: Jacques Godbout e Marcel Mauss. Um serviço realizado em um automóvel por um profissional reconhecido na sua área de atuação, com preço de mercado estimado em R\$ 1.300,00. Não há contrato e não há previsão de pagamento. Do que se trata? Confiança? Pena? Empatia? Voluntarismo? Dádiva. Há dádiva na sociedade de mercado.

Marcel Mauss e Jacques Godbout, em parte de suas obras, tratam da dádiva como um sistema de trocas. Enquanto o primeiro se debruçou em etnografias de antropólogos renomados e reconhecidos por suas expedições e desbravamentos em busca de sociedades arcaicas, como Bronisław Malinowski, o segundo – com influências do primeiro – deixa claro um esforço em investigar e analisar o que há de dádiva nas sociedades modernas.

Foi nas sociedades arcaicas que Mauss (2003) encontrou e sistematizou teoricamente o que chamou de *Sistema da Dádiva*, qual seja: dar, receber e retribuir. Godbout (1999) investigou com cuidado o que há de dádiva na modernidade, nas sociedades que tem o mercado como forma de agir econômico dominante.

Mauss (2003, p. 187) destacou que se tratava de um esforço antigo:

Há anos nossa atenção dirige-se ao mesmo tempo para o regime do direito contratual e para o sistema das prestações econômicas entre as diversas seções ou subgrupos de que se compõem as sociedades ditas primitivas, e também as que poderíamos chamar arcaicas. Existe aí um enorme conjunto de fatos. E fatos que são muito complexos. Neles, tudo se mistura, tudo o que constitui a vida propriamente social das sociedades que precederam as nossas – até às da proto-história. Nesses fenômenos sociais "totais", como nos propomos chamá-los, exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo –; econômicas – estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição –; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam.

Neste importante trecho retirado da primeira seção de seu texto “Ensaio Sobre a Dádiva”, publicado no livro “Sociologia e Antropologia”, Mauss (2003) ajuda a abrir o leque de percepções sobre os modelos de sociedades e de relações sociais e econômicas que precederam as sociedades modernas. Existiam, naquelas sociedades, instituições e estruturas não menos complexas que as das sociedades modernas. Contudo, como sugere Mauss (2003), tratavam-se de fenômenos sociais totais, onde não havia um distanciamento hierárquico perceptível entre um campo (estrutura; instituição) e os demais.

Mauss (2003, p. 188) buscou compreender o que estava no interior dessas sociedades, qual era a razão de ser destas trocas que em nada se assemelhavam às trocas realizadas no mercado, “o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e no entanto obrigatório e interessado, dessas prestações.”. Prestações no sentido de troca de bens e serviços, onde se dá, se recebe e se retribui de um coletivo aos outros de forma livre e ao mesmo tempo obrigatória. Foi essa clara contradição e também o caráter imbricado da economia nas demais estruturas sociais que chamaram a atenção do autor para aquelas sociedades.

Para que Mauss (2003) pudesse produzir análises e teorias livres dos padrões analíticos e das orientações normativas das sociedades de sua época, precisou se desarmar de tais modelos mentais, sob o risco de deixar passar despercebidas as especificidades e até mesmo a complexidade que ele encontraria nas sociedades arcaicas que estudou. Ou seja, se Mauss (2003) adentrasse em sua pesquisa sustentado pela razão do *homo economicus*, por exemplo, correria o risco de reproduzir o pensamento dominante na modernidade. Era preciso ir além, buscar na pluralidade de ações e de relações humanas as explicações para os fatos sociais e econômicos presentes naquelas sociedades. Mauss (2003, p. 190) percebeu que

nas economias e nos direitos que precederam os nossos, nunca se constata, por assim dizer, simples trocas de bens, de riquezas e de produtos num mercado estabelecido entre os indivíduos. Em primeiro lugar, não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais: clãs, tribos, famílias, que se enfrentam e se opõem

seja em grupos frente a frente num terreno, seja por intermédio de seus chefes, seja ainda dessas duas maneiras ao mesmo tempo. Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente.

Ora, se não estava no modelo de mercado experienciado na modernidade o centro das relações humanas, algum outro sentido precisava ser compreendido. O que motiva esses coletivos a trocarem bens e serviços, se não a simples busca pela maximização do interesse individual? O que está por trás da motivação e disposição em participar e não deixar esses ciclos de dar, receber e retribuir? Mauss (2003) chamou de Sistema da Dádiva.

Esse sistema se expressava de diferentes formas em cada sociedade estudada, mas sua gênese não alterava. Em comunidades tribais da América do Norte o sistema ficou conhecido como *potlatch*, mas o autor destaca que as populações Melanésias foram as que melhor conservaram e desenvolveram o sistema, que naquela região ficou conhecido como *kula*. Enquanto o *potlatch* era o sistema de trocas livres e obrigatórias dentro de um coletivo, de uma tribo específica, o *kula* era um sistema intertribal ainda mais complexo. Tanto no *potlatch* como o *kula*, não se esperava receber algo em troca do que se dava, pelo menos no mesmo momento, ou seja, as trocas de bens e serviços eram bastante diferentes do que se vê como prática dominante nas relações econômicas das sociedades capitalistas.

Essa prática de dar, receber e retribuir de forma livre e desinteressada, mas, ao mesmo tempo, obrigatória, só era possível porque, justamente e diferente das sociedades consideradas desenvolvidas, haviam vínculos fortes, as trocas não eram simples trocas, mas sim trocas carregadas de rituais, cerimônias, de saudações aos povos ancestrais, era a economia imbricada ao sistema social e a natureza e não sistemas fragmentados, era a vida em uma forma de plenitude.

Godbout (1999), em grande medida influenciado pela obra de Marcel Mauss, se dispôs ao esforço de investigar nas sociedades modernas e, pelos caminhos que propõem esse desafio, nos mercados, o que há de dádiva – ou se há um sistema de dádivas – nestas sociedades em que tanto teoricamente no campo da economia como nas suas expressões empíricas, são norteadas pela hegemonia do mercado e da lógica do interesse individual. Para o pensamento dominante: a dádiva era coisa das sociedades arcaicas, o homem moderno é frio e calculista, preocupa-se apenas com a utilidade e maximização dos bens materiais, o homem moderno é realista e só.

O intento de Jacques Godbout em “O Espírito da Dádiva” é desconstruir as afirmações destacadas acima ou, pelo menos, evidenciar e lançar luz a outras formas de pensar e de ver o mundo e a vida, para além do pensamento moderno centrado no mercado como principal lugar de trocas, lugar esse sem vínculo, sem dívida, sem sentimento e sem relação social. Lugar frio, calculista e maximizador de ganhos e interesses individuais, mas não um lugar único e homogêneo, por mais que possa parecer.

Parece tarefa fácil desacreditar a dádiva e invisibilizá-la, é como se para toda ação humana que gera uma reação e assim sucessivamente, exista uma explicação que desacredite a existência de dádiva em sociedades regidas por contratos sociais. Contratos sociais são o grau máximo de falta de confiança no outro, contratos e confiança são conceitos diametralmente antagônicos. Godbout (1999, p. 13) contribui para esta reflexão e questiona:

“Eu acabo de oferecer-lhe um aperitivo. Você me diz: tudo bem, mas então eu pago o vinho. Porque essa contrapartida? [...]” A magia da dádiva não funciona a não ser que as regras permaneçam não formuladas. Assim que são enunciadas, a carruagem volta a transformar-se em abóbora, o rei fica nu e a dádiva vira equivalência. Assim também, após alguns instantes de silêncio e de reflexão, nosso interlocutor se recupera e retruca: “Mas, justamente, não é uma dádiva, pois eu vou pagar o vinho.” Ao que podemos responder: “Mas será isso na verdade a mesma coisa que se tivéssemos dividido as contas do aperitivo e do vinho, mesmo supondo que, pecuniariamente, o balanço seja o mesmo? E se for a mesma coisa, por que complicar a vida dessa maneira?”

Para o *homo economicus* sempre deverá existir equivalência nas trocas. Contudo, na prática, em muitas experiências, se vê justamente o contrário. Um exemplo simples é o das trocas econômicas entre pais e filhos. Mesmo sendo a realidade de alguns jovens, o que seria da juventude se tivessem de retribuir de forma equivalente todas as prestações recebidas de seus pais? A dádiva, a rigor, estará amparada por trocas desiguais se considerado o valor monetário das prestações, o que até pode parecer uma injustiça: então, existe um ganhador e um perdedor, um explorado e um explorador? Se visto pela ótica da economia de mercado, sim (GODBOUT, 1999).

Além ou aquém dos momentos abstratos do egoísmo e do altruísmo, da antítese fixada entre um momento considerado real do interesse material calculado e um momento considerado ideal porém inacessível do desinteresse radical, é preciso pensar na dádiva não como uma série de atos unilaterais e descontínuos, mas como relação. Mais ainda que o capital segundo Marx, a dádiva não é uma coisa, mas uma relação social. Ela é mesmo a relação social por excelência, relação mais temível do que seria desejável. A ideia de que a dádiva seria sempre interessada e a ideia de que ela deveria ser sempre gratuita tem em comum o fato de dar uma visão asséptica da dádiva, bem como de impedir a compreensão de que se ela é a tal ponto conjurada e negada pelos modernos, é porque ela é perigosa (GODBOUT, 1999, p. 16).

Reconhecer a complexidade da vida humana faz parte das premissas necessárias para se compreender o que os teóricos que estudam a dádiva buscam tornar visível. Pensar que não

há nada além dos bens materiais e das relações econômicas formais e de poder pode até ser uma certeza da ciência moderna, mas retira da subjetividade humana qualquer sentido para além da maximização do interesse individual. Aceitar os fenômenos sociais como totais, perceber a vinculação dos laços sociais com as relações econômicas importa para se ir além da ideia de que as trocas de bens materiais no ambiente mercantil são ações fragmentadas e independentes da vida humana.

Essa lógica da maximização do interesse individual é uma especificidade do mercado e a vida humana está sustentada antes das relações de mercado, nas relações pessoais. Entretanto, na modernidade, as relações pessoais (humanas; sociais) são invisibilizadas pelo mercado. Mas há dádiva no mercado e também no Estado, afinal, há vida humana no mercado e no Estado e “é evidente que ninguém vive principalmente do mercado e do Estado, no mercado ou no Estado. Mercado e Estado representam os locais daquilo que se pode chamar de *sociabilidade secundária*” (GODBOUT, 1999, p. 23). Como *sociabilidade primária* pode-se entender as relações sociais percebidas em locais como a família, a vizinhança, as amizades, ou seja, as relações pessoa a pessoa e não pessoa *versus* instituições abstratas.

Se a dádiva é percebida como um ciclo e não como um ato isolado, como um ciclo que se analisa em três momentos, dar, receber e retribuir, então vemos claramente onde peca o utilitarismo científico dominante: ele isola abstratamente o único momento do receber e coloca os indivíduos como movidos pela única tentativa do recebimento, deixando assim incompreensíveis tanto a dádiva quanto a sua retribuição, tanto o momento da criação e do empreendimento quanto o da obrigação e da dádiva (GODBOUT, 1999, p. 28).

As contribuições de Mauss (2003) e Godbout (1999) vão deixando cada vez mais evidente que o sistema da dádiva em nada se relaciona com a lógica da economia de mercado, se trata de outra racionalidade, outras variáveis e elementos em jogo. Mas se a economia de mercado não é o único comportamento econômico, quais são, então, as outras formas de economia? “O mercado não é o único princípio de comportamento econômico, e três outras formas de integração caracterizam a produção e a circulação de bens e serviços em uma sociedade: a administração doméstica, a reciprocidade e a redistribuição” (FILHO, 2012, p. 82).

É a partir destas outras três formas de agir econômico que Polanyi (2000) tenta fugir da falácia economicista, ou seja, da naturalização da economia de mercado como a única forma de economia possível; real. Sobre a domesticidade:

A administração doméstica refere-se à autoprodução, ou seja, à produção para consumo ou uso próprio, ou para os membros do seu grupo, e constitui uma característica, por exemplo, das famílias, que visam satisfazer os interesses de um grupo determinado de indivíduos (POLANYI, 1983 apud FILHO, 2012, p. 83). Assim como a reciprocidade, a administração doméstica também se exprime

geralmente em uma economia não monetária (LAVILLE, 2007 apud FILHO, 2012, p. 83).

Como mostra Filho (2012), a economia doméstica, ou domesticidade, é uma forma de agir econômico bastante limitada, estendendo-se apenas ao círculo familiar ou a pequenos grupos de pessoas. A produção de bens e serviços atende somente o grupo em questão e só há imbricamento desta forma de agir econômico com algum dos outros três em caso de sobras não programadas.

A redistribuição, terceira forma de comportamento econômico aqui apresentada, é uma forma de agir que considera e respeita uma hierarquia de poder, uma autoridade (FILHO, 2012). Esse poder é muito comumente representado pelo Estado nas sociedades modernas.

A redistribuição é o princípio pelo qual a produção de bens e serviços é entregue a uma autoridade que tem a responsabilidade de distribuí-los, e que é normalmente representada pelo Estado, que se situa assim no centro da economia. Quando a economia é regida pelo princípio da redistribuição, trata-se de uma economia não mercantil, na qual a redistribuição é organizada sob a tutela do Estado, mobilizada assim para garantir os direitos dos cidadãos (por exemplo, segurança social, previdência, assistência social), a prestação de serviços públicos, entre outras atividades (EVERS; LAVILLE, 2004 apud FILHO, 2012, p. 83).

Assim como no caso da domesticidade, a redistribuição não é orientada pela lógica da maximização dos interesses individuais, fosse assim, os bens materiais não seriam destinados a uma autoridade central antes de serem redistribuídos a todos. Em sociedades arcaicas era comum que todas as pessoas ou grupos destinassem parte de suas produções de alimentos para a autoridade da tribo, para que esses alimentos fossem posteriormente redistribuídos pelo líder tribal conforme a necessidade (POLANYI, 2000).

Por fim, a última forma de agir econômico é a reciprocidade. Para Filho (2012, p. 83),

A reciprocidade consiste em uma relação entre pessoas sustentada por uma lógica de doação e “contra-doação”, ela se refere ao fluxo de bens e serviços entre indivíduos e grupos que estão dispostos a estabelecer uma relação social, sendo que os laços sociais são mais importantes do que os bens ou serviços trocados. Juntamente com o princípio da administração pública, a reciprocidade constitui o mecanismo de base de uma economia não-monetária.

A reciprocidade é um comportamento econômico gerador de vínculos sociais, onde há dívida entre as pessoas que trocam e existe dívida porque não há equivalência entre os bens e serviços trocados. Essa falta de equivalência não surpreende, já que mesmo se tratando de bens com valores monetários definidos pelo mercado, quem dá e quem recebe não seguem a lógica do esforço mínimo e do interesse individual.

O lugar de trocas onde se percebe a reciprocidade é um lugar em que se relacionam indivíduos e/ou grupos. Aqui a confiança substitui as leis e os contratos e quem dá não espera

receber de volta. Nesta forma de agir econômico é fácil de se encontrar características de voluntarismo, de solidariedade e de cooperação (FILHO, 2012). Também de forma antagônica a lógica do mercado, o agir econômico da reciprocidade é muito parecido em sua razão de ser, com o sistema da dádiva.

Polanyi (2000) chegou até as definições dos diferentes comportamentos econômicos ao estudar as transformações históricas que entregaram ao mercado o protagonismo do agir econômico. Contudo, assim como o autor, se aceita aqui esse protagonismo, mas incorpora-se a ele as demais formas de agir para se poder analisar o fenômeno da economia solidária. Inclusive, as relações econômicas e sociais percebidas neste fenômeno apresentam um caráter híbrido, já que perpassam pelas quatro formas de agir econômico que compõem o quadro do pensamento econômico plural. As diferentes lógicas econômicas acontecem paralelamente, fragmentadas ou imbricadas e se influenciam entre si.

3.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UM FENÔMENO SOCIAL

A economia solidária é um conceito amplamente utilizado e disseminado em vários continentes para designar atividades econômicas organizadas segundo princípios de solidariedade, cooperação, sustentabilidade e autogestão em contraste ao individualismo utilitarista que é característica do comportamento econômico de mercado. Suas práticas consistem em empreendimentos associativos ou cooperativos, cadeias produtivas, comércio justo, comercialização e consumo coletivos, crédito solidário, apoio comunitário mútuo e clubes de trocas com moeda local, dentre outras (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Entre os valores fundamentais das experiências de economia solidária, a partir de práticas baseadas em autogestão, estão: democracia; participação; igualitarismo; cooperação; viabilidade; responsabilidade social; e desenvolvimento humano (GAIGER, 2003). Ao que, Asseburg e Ogando (2006), ainda adicionam a solidariedade. Sobre a dimensão trabalho, ao se listar tais características, é possível se imaginar que ele é para os indivíduos que ali estão, um trabalho mais digno e gratificante do que o trabalho naturalizado pelo sistema capitalista, fazendo com que os sujeitos envolvidos neste movimento transcendam a lógica de mercado, calcada no individualismo e na competição, com vistas a um projeto de autonomia econômica e social. Asseburg e Gaiger (2007, p. 509-510) contribuem relatando que

A valorização do protagonismo dos atores econômicos como um elemento estratégico para o seu êxito é correntemente aplicada àqueles segmentos patronais que empregam os trabalhadores. Quando estes resolvem prescindir de patrões e empregar por sua conta seus recursos produtivos, direcionando para esse fim o seu fundo de trabalho comum (Coraggio, 1999:142-145), o que sucede? Quando

algumas das rédeas da sua vida econômica passam às suas mãos, os trabalhadores reproduzem ou reduzem as desigualdades?

A pergunta trazida pelos autores não é de fácil resposta, porém, a busca por esta resposta talvez apareça como um importante elemento para sustentar a realização e aplicação deste trabalho. Não se explicaria todo o esforço aqui empreendido, se não para iluminar as experimentações em que o próprio Estado contribui de maneira a dar as rédeas das trajetórias de vida aos próprios trabalhadores, considerando que entre as características da economia solidária estão a participação, a democracia e cooperação.

Importa dizer que a economia solidária se expressa de diferentes formas na realidade social, podendo-se destacar, pelo menos, três delas. A primeira: como outra forma de relação de trabalho que tem no associativismo uma de suas principais características, na qual não há a distinção patrão/trabalhador e na qual os meios de produção pertencem a todos os trabalhadores, as sobras são repartidas entre todos, etc., fazendo com que os EES assumam uma característica própria em um movimento contra-hegemônico se comparados com as empresas capitalistas. Em segundo lugar, se trata de um movimento social que busca alcançar suas demandas através do embate e do diálogo com o Estado e a sociedade, tendo conquistado no Brasil, por exemplo, avanços para o fortalecimento das experiências de trabalho e do movimento em si. Em terceiro, está a perspectiva institucional da economia solidária, que a partir do início do século XXI passa a aparecer no desenho institucional das políticas brasileiras como um setor específico e dentro de políticas transversais.

Analisando-se ao longo da história as lutas e conquistas de direitos dos trabalhadores, se percebe que sempre há uma lógica semelhante. A Revolução Industrial era iminente e o primeiro grande auge do capitalismo industrial se avizinhava. A exploração e dominação do trabalho, além do aumento da desigualdade social, foram uma espécie de estopim para o aparecimento dos precursores do cooperativismo e da economia solidária.

Percebendo que o cenário não era nada favorável para os trabalhadores, alguns atores sociais de grande importância para aquela época – final do século XVIII, início do XIX – começam a propor formas alternativas de trabalho, ou melhor, uma outra forma de pensar a economia. Deixavam de lado o modelo de economia dominante, maximizado pelo capitalismo industrial e pelo surgimento e ampliação dos mercados, para testar experiências pautadas no que viria a se consolidar como a economia cooperativa e a economia solidária.

Mais de dois séculos depois, ao passar da segunda década do século XXI, percebe-se que o legado destes atores sociais produziu um grande número de experiências de trabalho e economia sustentados por princípios e valores que em muito se aproximam da racionalidade

econômica plural. O cooperativismo em si é prova disso, mas também um amplo leque de outras relações de trabalho associativo, conceitualmente conhecidos como economia solidária, provam o mesmo.

Contudo, de lá para cá, por muitas transformações passaram as relações de trabalho e de dominação, porém, a lógica se mantém até então: detenção dos meios de produção e acúmulo da riqueza por parte da classe burguesa; precarização das condições de trabalho à classe trabalhadora; organização e luta dos trabalhadores por mais direitos; e, por fim, a conquista de direitos que amenizam a relação burgueses *versus* trabalhadores, mas que não invertem a posição de classes e sequer as coloca em nível de igualdade.

Como se sabe, a história do mundo, das sociedades e da humanidade não resume-se à história centrada na evolução da Europa, ainda que se reconheça toda a centralidade orientada àquele continente e, em certa medida, aos EUA. Por isso, entende-se como importante apontar que na América Latina, muito antes mesmo das próprias colonizações, já se experienciavam práticas de sociabilidades muito distintas das europeias que resultaram no capitalismo global que se vê hoje. As experiências ancestrais milenares dos povos autóctones das Américas em muito se aproximam das investidas dos precursores europeus e das primeiras mostras de cooperativismo na Europa (ACOSTA, 2012).

Já em uma perspectiva de luta política e de afirmação frente aos desafios enfrentados por esses povos, no desenrolar do século XXI, e do expansionismo do modelo de desenvolvimento europeu e do capitalismo, no início dos anos 1990 aparecem o *Buen Vivir*, no Equador, e o *Vivir Bien*, na Bolívia (FUSCALDO; URQUIDI, 2015). Ambos são movimentos protagonizados por comunidades indígenas que se sustentam na busca por uma vida distanciada dos parâmetros que mais importam à modernidade e ao crescimento econômico: o individualismo, a busca de lucro, a relação custo-benefício como axiomática social, a utilização da natureza, a relação estratégica entre seres humanos, a mercantilização total de todas as esferas da vida humana, a violência inerente ao egoísmo do consumidor, etc. O *buen vivir* (ou *vivir bien*) expressa uma relação diferente entre os seres humanos e com seu entorno social e natural (SILVEIRA, 2011).

No Brasil, a economia solidária surge com certa intensidade a partir da década de 1970. No país, foram ações como as praticadas pela Cáritas³ que contribuíram para a economia solidária se organizar enquanto movimento social e resistir durante as duas décadas seguintes, 1980 e 1990. A economia solidária encontra-se, hoje, institucionalizada no Brasil.

³ A Cáritas é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Trata-se de um órgão social da Igreja Católica.

Após comprometimento do presidente Lula, ainda em 2002, durante sua campanha que acabaria vitoriosa, em 2003 cria-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), ambos ligados ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e que a partir dali começam a propor políticas públicas de promoção e difusão do movimento (GAIGER, 2014). Além disso, também em 2003, após a III Plenária Brasileira de Economia Solidária, é criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Importa também destacar que as experiências e práticas de economia solidária, a partir de suas diferentes expressões, são um campo profundamente contraditório e em constante movimento. Asseburg e Gaiger (2007) perguntam se o caráter emancipatório – no qual os trabalhadores tomam as rédeas de suas trajetórias de vida em relação ao trabalho – da economia solidária reduzem ou reproduzem as desigualdades. Entende-se que a economia solidária reúne em suas experiências todas as características contra-hegemônicas já destacadas. Contudo, entende-se também que não se trata de uma questão homogênea em seu interior. Como a economia solidária opera paralelamente ao sistema capitalista e ao mercado, em muitas experiências se percebem práticas que remetem ao *homo economicus* e ao modo de vida modernos, que maximizam o interesse individual, que produzem poder e hierarquia e que apresentam desigualdade de gênero, de classe e de etnia.

Há um certo consenso de que a economia solidária contribui em alguma medida para a superação da pobreza produzida pelo capitalismo. Apesar disso, por um lado há os pesquisadores que não fazem essa relativização de forma direta, preferindo destacar as potencialidades da economia solidária como um projeto de sociedade com fundamentos político-ideológicos bem definidos que intentam engendrar as condições necessárias para a superação do sistema capitalista. Para esta linha de pensamento, não há que se determinar a economia solidária como um lugar a ser ocupado pelas populações pobres para ascender desta condição.

Para Oliveira (2005), por exemplo, a economia solidária tenderia a se consolidar como um outro modo de produção, diferente do capitalista, se amplamente difundida e praticada nas sociedades. Para a autora, em razão das características comprovadamente antagônicas se comparadas com as capitalistas, isso seria possível. Ainda de acordo com Oliveira (2005, p. 6), pode-se dizer que na economia solidária “não se produzem duas classes distintas, mas uma única classe de trabalhadores que são igualmente possuidores de capital nos empreendimentos, onde não há patrões nem empregados, e onde não se “vende” a força de trabalho.”. Não se trataria de lugar desta ou daquela classe, ou de ricos e pobres, se trata de

lugar onde as relações sociais e de trabalho não reproduzem essas dualidades, ou não deveriam reproduzir.

A economia solidária é ou poderá ser **mais do que uma resposta** à capacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: **uma alternativa superior ao capitalismo** (SINGER, 2002, p. 114, grifos do autor).

Singer (2002) avança no pensamento de Oliveira (2005) ao afirmar que a economia solidária pode ser uma alternativa ao capitalismo, e não apenas uma experiência funcional ao mesmo. Entretanto, não se tem provas no mundo de sociedades que organizem suas relações de trabalho exclusivamente baseado nos princípios da economia solidária. Todavia, se consideradas as contribuições teóricas já compartilhadas que, entre outras conclusões, definem que na economia solidária não há a acumulação do lucro e de poder por parte de um único indivíduo e na qual as relações de trocas transcendem a lógica da economia de mercado, presume-se que em longo prazo tanto a desigualdade como a pobreza poderiam ser reduzidas.

Coraggio (2002) faz uma discussão mais central ao não relacionar o fenômeno da economia solidária com a superação da pobreza e por não apontá-lo como projeto de superação do capitalismo. Este autor observa que a economia social ou solidária é social, pelo fato de fundar-se nos vínculos sociais e não somente em utilidades econômicas, gera valores de uso para satisfazer necessidades dos próprios associados ou de suas famílias e comunidades, geralmente de mesma origem geográfica, grupo étnico, social ou cultural, e não está orientada para o lucro e acumulação de capital a qualquer custo. Ou seja, Coraggio (2002) prefere destacar os valores produzidos nas experiências de economia solidária como superiores ao reducionismo ao econômico, unicamente.

Do outro lado, estão os que relacionam a economia solidária e a pobreza e veem essa relação como uma alternativa imediata ao capitalismo, ou seja, que pode operar paralelamente ao sistema e que pode contribuir para o enfrentamento da pobreza produzida por ele. Se sabe que a economia tradicional é dominante, mesmo quando em alta, não acolhe todos os cidadãos, possibilitando que indivíduos e famílias desloquem-se de situações de pobreza para níveis de vida mais dignos, então, outras formas aparecem como alternativa para esta questão. Veronese (2009b, p. 4) trata desta “segunda via”:

O caráter contraditório das relações sociais na contemporaneidade abre espaços para que distintos atores sociais busquem oportunidades para o encaminhamento de suas demandas, incluindo aqueles que se veem sem possibilidades de inclusão digna no mercado de trabalho predominantemente capitalista. Diante dessa realidade, o trabalho associativo e cooperativo parece ser uma das respostas viáveis, em termos de condições e meios de trabalho, ao considerar-se o empobrecimento das populações e a falta de oferta de emprego.

Pensamento já consolidado e amplamente testado por pesquisas empíricas é o de que, como aponta Santos (2002), populações em situação de pobreza buscam, mesmo que para manter condições subumanas de vida, encontrar alternativas ao sistema capitalista. Posto isso, pergunta-se: será, mesmo, a economia solidária uma forma de enfrentamento à pobreza no Brasil?

Asseburg e Gaiger (2007) afirmam que os espaços criados pela economia solidária são capazes de gerar valor e mudança produzidos pelo próprio sujeito e para o próprio sujeito. Ele se percebe como protagonista da sua história, alcançando melhorias econômicas, criando novos vínculos sociais, participando politicamente das decisões internas e externas aos EES e praticando mais cidadania na busca por direitos básicos as vezes negados por falta de informação e formação. Os autores destacam que, assim como as “limitações do crescimento econômico como instrumento eficaz de redução da pobreza e das desigualdades, ao lado da insuficiência das políticas compensatórias, os empreendimentos solidários de geração de trabalho e renda merecem atenção.” (ASSEBURG; GAIGER, 2007, p. 509).

As promessas não cumpridas pela modernidade levam a crer que não se deve ter a atenção orientada para essa ou aquela alternativa, levam a pensar que qualquer que seja o dualismo, nele sempre estará incrustado a ideia de certo ou errado, de bom ou ruim, de válido ou inválido, etc. A revisão de literatura feita acerca da relação economia solidária e pobreza dá pistas de que se tratam de experiências que de alguma forma contribuem ao enfrentamento da pobreza, mas que também podem ser tratadas como alternativa de potencial à superação ao capitalismo. Em meio a esse debate, uma coisa é certa: esse fenômeno tem sido capaz de resignificar o conceito de economia no cotidiano das pessoas. É claro que importa muito o dinheiro para a subsistência dos trabalhadores da economia solidária e para que seja possível o crescimento deste movimento, mas também importam as relações sociais ligadas por vínculos fortes, que são fundamentais para o fortalecimento dos sujeitos e das coletividades.

O presente capítulo buscou ampliar as formas de se ver a economia, tirando da tradicional forma de produção e de troca sustentada pelo comportamento econômico de mercado, o foco das relações econômicas e sociais para, a partir disso, desenvolver uma reflexão acerca do conceito e das origens da economia solidária; e de sua relação com o combate e superação da pobreza. Acerca do problema da pobreza, o Estado tem papel central na busca por alternativas. É a partir das políticas públicas que o Estado é capaz de combater a pobreza e, como se verá no próximo capítulo, no Brasil a economia solidária é um fenômeno social que aparece na estrutura institucional como política para o combate a pobreza.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA

Este capítulo pretende apresentar uma discussão sobre o papel do Estado, através das políticas públicas, frente às desigualdades e à pobreza. Para tanto, três são os objetivos. Em primeiro lugar, pretende-se apresentar os conceitos de políticas públicas e políticas sociais. As políticas sociais importam na medida que são elas parte dos mecanismos que o Estado lança mão para combater a pobreza. Em seguida, se pretende apresentar o histórico das políticas de assistência social no Brasil, com enfoque no enfrentamento da pobreza e redução das desigualdades. E, em terceiro lugar, o objetivo é mostrar, especificamente, como as ações de inclusão produtiva aparecem na política de assistência social com destaque à economia solidária como uma das estratégias destas ações.

4.1 POLÍTICAS SOCIAIS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

As políticas públicas aparecem como uma ferramenta do Estado para enfrentar os problemas sociais e objetivar os avanços necessários para proporcionar uma vida digna aos cidadãos. São consideradas políticas públicas todas as ações de um governo que objetive avanços sociais ou econômicos. Estas políticas podem aparecer como ações de governo, através de programas, planos e pactos, por exemplo, que podem durar apenas o período de um mandato (quatro anos, no Brasil). Estas mesmas ações, quando incorporadas pelo Estado por meio de leis, assumem uma característica longitudinal, ou seja, resistem às transições de governos. As políticas públicas surgem com os Estados modernos, mas, de acordo com Souza (2006, p. 2), na

América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população.

Ou seja, até mesmo por tratar-se de “jovens” democracias, ainda é preciso grande avanço neste campo na América Latina. Entretanto, o que estão postos são os desafios e enfrentamentos necessários. As desigualdades e a pobreza, sem dúvidas, aparecem como problemas a serem solucionados. Se o que se vive no Brasil, por exemplo, é um Estado democrático e é o Estado o detentor destas ferramentas (as políticas públicas), é preciso entender o papel do Estado enquanto propositor destas políticas. Neste sentido, busca-se uma contribuição em Souza (2006, p. 4):

Não se defende aqui que o Estado reflete tão somente as pressões dos grupos de interesse, como diria a versão mais simplificada do pluralismo. Também não se defende que o Estado opta sempre por políticas definidas exclusivamente por aqueles que estão no poder, como nas versões também simplificadas do elitismo, nem que servem apenas aos interesses de determinadas classes sociais, como diriam as concepções estruturalistas e funcionalistas do Estado. No processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma "autonomia relativa do Estado", o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas.

Desta forma, de acordo com o que Souza (2006) traz como contribuição para o tema, é a partir da interação da sociedade civil, organizada ou não como movimentos sociais, com o Estado e do tensionamento que aquela provoca neste Estado, a fim de alcançar suas demandas, que se percebe uma certa autonomia daquele. Em outras palavras, por mais que uma política pública seja demandada pela sociedade, é o Estado (ou os governos) que tem a autonomia e o poder de implementação dela. “Sabemos que a desigualdade não é um fato natural, mas sim uma construção social. Ela depende de circunstâncias e é, em grande parte, o resultado das escolhas políticas feitas ao longo da história de cada sociedade” (SCALON, 2011, p. 50), desta forma,

Discutir como os problemas são conceituados no processo de formulação de políticas e as maneiras pelas quais as alternativas são apresentadas e selecionadas são questões fundamentais para a compreensão da dinâmica da ação estatal. Focalizar a formação da agenda de um governo, compreender como questões se tornam relevantes num determinado momento, mobilizando esforços e recursos, são também questões importantes, porém, ainda pouco exploradas pela produção acadêmica em ciências sociais no Brasil (CAPELLA, 2007, p. 45).

Considerando, assim, as desigualdades e a pobreza como o resultado histórico de escolhas e decisões políticas, se supõe que o Estado deveria se utilizar de sua autonomia frente às decisões de importância social para produzir diagnósticos, pensar e propor políticas públicas que deem conta do problema das desigualdades e da pobreza. Cabe destacar, ainda, que as políticas públicas tem se mostrado cada vez mais como um tema caro ao Estado e também aos pesquisadores do campo das ciências sociais, que a partir do aprofundamento de seus estudos nesta área, podem contribuir para a ampliação e difusão de alternativas mais efetivas de redução das desigualdades e enfrentamento e superação da pobreza.

É neste contexto, de junção de esforços da sociedade civil em suas diferentes dimensões (atores individuais, movimentos sociais, sindicatos, associações, etc.) e do Estado, que aparecem as políticas sociais, como forma de enfrentamento e combate às desigualdades e à pobreza. Historicamente, pode-se citar a Lei dos Pobres na Inglaterra, de 1601, como um importante marco para que, dois séculos depois, com o alcance mundial dos Estados modernos, as primeiras políticas voltadas ao enfrentamento da pobreza se difundissem mundo

afora. Mais tarde, já no século XX, com as experiências dos Estados de bem-estar social, principalmente na Europa, as políticas sociais ganham ainda mais forças e importância, seja na prática (para os governos e a sociedade civil), seja em relação ao substancial aumento do interesse por parte de pesquisadores em investigar tanto as formas de implementação destas políticas, como os impactos delas nas vidas das populações que delas se beneficiavam (PEREIRA, 2016).

Para Pereira (2016), definir o conceito de política social pode não ser tão simples quanto parece, é preciso cuidado para evitar confusões. Para a autora, política social é um conceito multidisciplinar em sua gênese, já que envolve saberes oriundos de diversas áreas do conhecimento no campo das ciências humanas, como sociologia, ciência política, filosofia e história, por exemplo. Além disso, outras disciplinas como a economia e a administração pública produzem conhecimento e importam para as políticas sociais.

De acordo com Pereira (2016, p. 204),

a política social é entendida como ação do Estado, gerida pelos governos, para atender às demandas e necessidades coletivas. Constitui um produto institucional que provê benefícios e serviços sociais, financiados pelo Estado e regulados administrativamente. Diferencia-se da política econômica por visar à coesão social e à melhoria das condições de vida de indivíduos e grupos; e divide-se em setores também classificados como sociais: saúde, educação, habitação, previdência, assistência social, emprego, dentre outros. [...] É por meio desses serviços que a política social presta atendimentos – que podem ser universais ou seletivos, dependendo do regime de bem-estar em vigência – nos seus diferentes setores e nos três níveis de governo.

As políticas sociais são as políticas públicas preocupadas em garantir uma vida digna para sujeitos e coletividades, a partir de áreas como saúde e assistência social, por exemplo. A autora destaca a distância entre a política social e a política econômica. Entretanto, é importante que, em uma análise ampliada, se considere a transversalidade necessária para que tanto as políticas sociais como a econômica alcancem a eficácia esperada. Em uma perspectiva de pobreza multidimensional, é importante que se busque a superação da fragmentação das diferentes políticas públicas, uma vez que as diferentes dimensões da pobreza envolvem não só questões econômicas, de saúde ou de educação, mas um complexo conjunto de variáveis que transitam entre os polos social e econômico.

Ferrarini (2008, p. 60) destaca que “se os problemas são interdimensionais, as alternativas de superação efetiva e sustentável também precisam sê-lo”. É nesta perspectiva que as políticas sociais precisam ser pensadas, propostas e implementadas. Trata-se de um grande desafio para a gestão pública conseguir implementar políticas intersetoriais, mas, ao mesmo tempo, se trata de uma emergência. As políticas de assistência social, por exemplo,

transferem renda para as populações pobres e extremamente pobres; porém, sozinhas, não conseguem proporcionar a emancipação dos sujeitos. Sem que as políticas voltadas ao desenvolvimento econômico e de geração de trabalho e renda interajam com as políticas sociais, as chances de êxito de ambas as políticas fica diametralmente comprometidas (FERRARINI, 2008).

Importa destacar, antes de falar das políticas de assistência social em contexto brasileiro, que as políticas sociais, ainda que protagonizadas pelos Estados, são políticas que apresentam uma linha muito tênue entre o próprio Estado e a sociedade civil. Primeiro, porque são políticas voltadas especificamente para sujeitos e coletividades que “sentem na pele” os avanços ou retrocessos destas políticas. E, segundo, porque justamente por se tratarem de políticas que influenciam diretamente na vida das pessoas, em geral, são políticas conquistadas através de muita pressão da sociedade civil no Estado. A própria Constituição Federal de 1988 é prova disso, muitas das políticas sociais que se tem no Brasil hoje, foram conquistas de grande tensão entre a sociedade civil e o Estado, que naquele momento passava pelo turbulento e progressista momento de redemocratização.

As lutas contra a pobreza no Brasil caracterizaram-se, historicamente, por ações de caráter assistencialista, paternalista e eleitoreiro. A política de assistência no Brasil, até fins dos anos 1980, era marcada pelas ações das “primeiras damas”, através de ações beneficentes, pontuais e fragmentadas, fortemente ancoradas na prática da caridade. Alterar essa cultura assistencialista, centrada também em práticas clientelistas, para uma visão de direitos e de cidadania demandou tempo e muito esforço de construção institucional.

A Constituição Federal de 1988 representou o marco inicial para uma mudança de paradigma na proteção social. Em primeiro lugar, ficou estabelecido no artigo 6º que “são direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados”. Em segundo lugar, a assistência social deixou de ter o viés caritativo, passando a ser considerada como direito de todo cidadão que dela necessitar. Em terceiro lugar, o Estado passa a ser compreendido como responsável direto pelo financiamento e gestão das políticas sociais, na perspectiva de cooperação entre as instâncias federal, estaduais e municipais.

Aliada a essa nova perspectiva de se ver a questão da proteção e assistência social no Brasil, os últimos dez anos são prova de uma redução substancial da pobreza no país. Essa redução é fruto de grande esforço dos últimos governos brasileiros e está diretamente ligada a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, em 2003, representado inicialmente

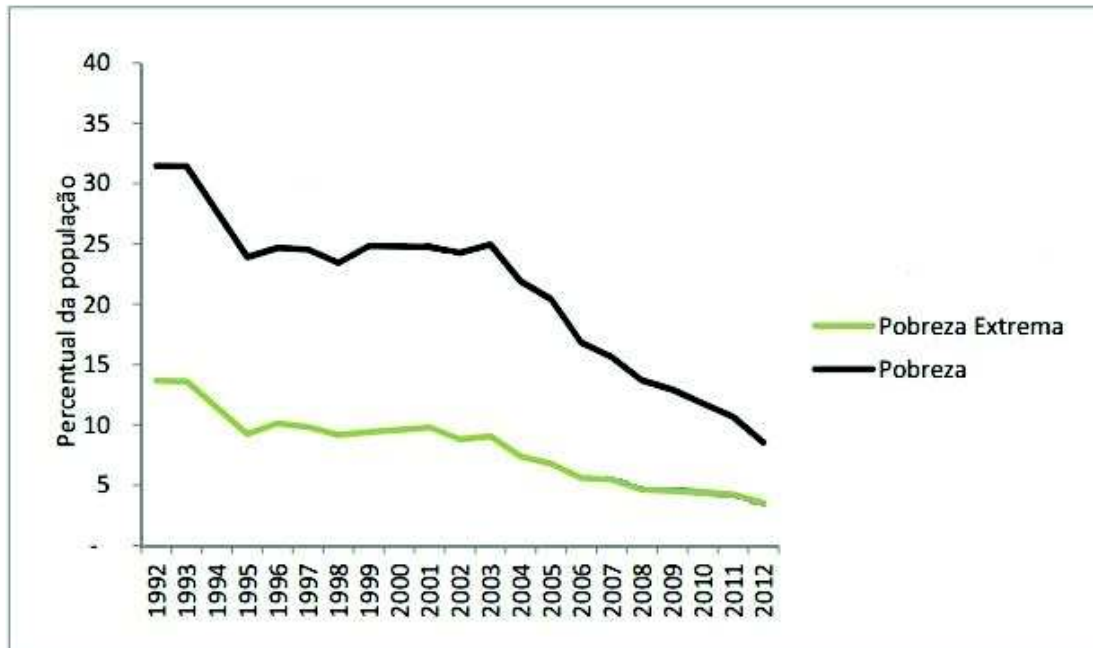
pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e posteriormente pela presidente Dilma Rousseff. Trata-se de políticas e ações protagonizadas pelo MDS. Ainda que maximizadas pelos governos do PT, já em 1993, sob o governo de Itamar Franco, foi aprovada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que previa o atendimento às necessidades básicas de todos os cidadãos brasileiros sem a necessidade de contrapartida. A LOAS foi consequência de esforços tanto do Estado como da sociedade civil (BRASIL, 1993).

Mais de 10 anos depois, em 2004, foi proposta e aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), política que já era prevista desde 1993 nos artigos 18 e 19 da LOAS mas que, apesar disso, não havia sido levada adiante (BRASIL, 2004). Com a PNAS em vigência, no ano seguinte, 2005, como um dos resultados da IV Conferência Nacional de Assistência Social, surge o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS nasce com o objetivo geral de universalizar a assistência social no Brasil, tendo como objetivos específicos, entre outros, os seguintes: proporcionar um sistema descentralizado e participativo da assistência social na perspectiva da universalidade e qualidade dos resultados; redesenhar o papel e a escala da organização dos serviços e da rede socioassistencial pública e privada; criar diretrizes para a operação da Política: níveis de gestão, níveis de complexidade e outros: matricialidade sócio familiar e territorialização; propor um modelo democrático e descentralizado de gestão, organizado segundo a capacidade dos municípios; ser capaz de gerar transversalidade e de integrar as políticas sociais (BRASIL, 2005).

O SUAS é gerido nacionalmente pelo MDS e operacionalizado de forma territorial através dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). O CRAS é um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços da assistência social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. A partir do adequado conhecimento do território, o CRAS promove a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas. Assim, possibilita o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, se tornando uma referência para a população local e para os serviços setoriais (BRASIL, 2015).

Após esse notável avanço qualitativo e quantitativo percebido com a implementação do SUAS, que alterou de forma radical o sentido e o alcance da proteção social no país, rompe-se com a tradição clientelista e com o viés filantrópico da política, inaugurando a perspectiva dos direitos sociais nesse campo. Contudo, após mais de uma década depois destas mudanças profundas e de comprovados avanços em direção a erradicação da pobreza, ainda se encontram grandes desafios para sua implementação.

Gráfico 1 - Evolução da pobreza extrema e da pobreza no Brasil de 1992 a 2012



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a partir dos microdados das Pnads de 1992 a 2012 (IPEA, 2013).

Notas: Exclusive áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins). Valores de 1994, 2000 e 2010 obtidos por interpolação linear.

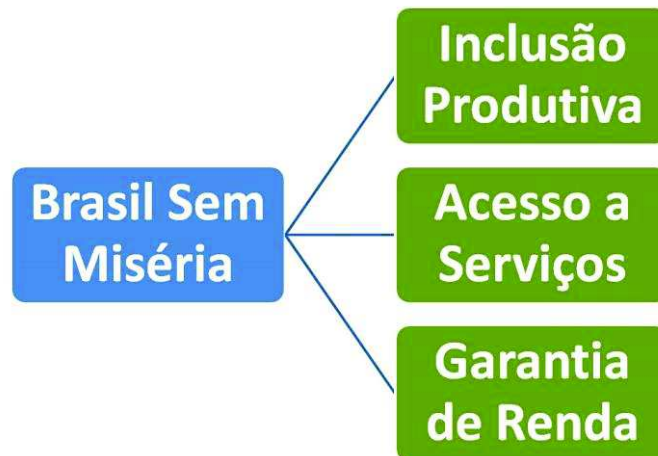
De acordo com as informações do Gráfico 1, é possível perceber que a pobreza no Brasil caiu de forma representativa e quase linear a partir do ano de 2003. Pressupõe-se, com isso, que a implementação da PNAS e a criação do SUAS apresentaram, em curto prazo, resultados positivos para o país⁴. A pobreza extrema manteve-se, em grande medida, regular de 1995 até 2003, quando se percebe um declínio contínuo até 2012. Considerando os extremos do gráfico apresentado, no que se refere ao período de tempo que ele compreende, é possível verificar que a pobreza extrema caiu de 13,7% (1992) para 3,6% (2012), enquanto em relação a pobreza, a queda foi de 31,5% (1992) para 8,5% (2012). Importa ainda apontar que o “objetivo de desenvolvimento do milênio para 2015”, que indicava a meta de no máximo 11% da população abaixo da linha da extrema pobreza até 2015, foi atingido quase 10 anos antes, em 2006 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: SAE, 2011).

Outro avanço significativo – e que por isso merece destaque no sentido da superação da pobreza no Brasil – é o BSM. O BSM foi inaugurado em 2011 e não deve ser visto apenas pelo seu aspecto de geração de renda primária ou da redistribuição de renda; o plano foi criado para atender demandas para além do olhar economicista. “Segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso a água e energia elétrica, moradia, qualificação

⁴ Destaca-se que momento econômico do país, que era de crescimento, pode ter contribuído, juntamente com as políticas citadas, para a redução da pobreza extrema do país no período analisado.

profissional e melhora da inserção no mundo do trabalho são algumas das dimensões em que a pobreza se manifesta” (BRASIL, 2011) e por isso o plano prevê ações em todas essas áreas. Estas ações visam atender a pobreza em sua perspectiva multidimensional e são tão essenciais quanto as que visam atender o problema da falta de renda.

Figura 1 - Plano Brasil Sem Miséria



Fonte: Elaborado pelo autor (BRASIL, 2011).

O BSM foi segmentado em três diferentes eixos, com o intuito de, a partir da resolução de demandas específicas a cada um deles, pudesse se chegar a índices de menor pobreza no seu aspecto econômico e maior acesso das populações à cultura, saúde, educação, formação profissional, etc. Os três eixos são: “inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e da cidade”; “acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias”; e “garantia de renda, para alívio imediato da situação de pobreza” (BRASIL, 2011). Destaca-se, em função do tema abordado nesta pesquisa, o primeiro e o terceiro eixos, nos quais um trata das ações de inclusão produtiva e o outro tem no PBF sua maior representação, respectivamente.

Desdobrando o BSM, se chega ao PBF que é um programa do governo federal que atualmente está regulamentado pela Lei Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, ou seja, não se trata de um programa passageiro ou eleitoreiro, que pode ser modificado ou até mesmo extinto pela decorrência de alternância do poder executivo. O programa é internacionalmente reconhecido por ter tirado o Brasil dos índices que apontam para os países que sofrem com a fome no mundo. Apesar do objetivo principal do PBF ser a complementação de renda das famílias brasileiras, combatendo assim a fome e condições subumanas de vida, ele prevê que as famílias beneficiárias acessem um número mínimo de direitos sociais, haja vista que, por

meio das condicionalidades impostas a essas famílias, elas acabam por perceber uma maior participação em serviços como educação, saúde e assistência social (BRASIL, 2015). Além disso, através do programa, as famílias são aproximadas de outras ações que também fazem parte do BSM, como as ações de inclusão produtiva.

O PBF divide as famílias em situação de vulnerabilidade em duas categorias: pobres e extremamente pobres. Pobres são aquelas famílias que apresentem renda per capita entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00, desde que tenham no quadro familiar gestantes, crianças ou adolescentes. Extremamente pobres são as famílias que mensalmente acumulam até R\$ 85,00 por pessoa. Para participar do PBF e receber o benefício mensal⁵ é obrigatório que a família esteja cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (BRASIL, 2015). No Brasil, em junho de 2016, eram 12.707.404 famílias em situação de extrema pobreza e 4.152.311 em situação de pobreza. Já o estado do RS, em setembro de 2015, contava com 339.496 famílias em situação de pobreza extrema e 190.083 famílias em situação de pobreza (BRASIL, 2015)⁶.

4.2 AS AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Com a criação e implementação do BSM, um novo público passou a ser prioritário à assistência social no Brasil: as mulheres beneficiárias do PBF. Essas mulheres apresentam dificuldades específicas de acesso à qualificação profissional e ao mundo do trabalho devido a condições de vulnerabilidade social: baixa escolaridade, problemas crônicos de saúde, necessidade de prover cuidados domésticos (não atendidos pelos serviços sociais), moradia de risco, dificuldade de mobilidade urbana, etc. Apenas para exemplificar, a qualificação profissional estava dispersa em 18 ministérios, sem chegar a esse público. Foi para suprir essa lacuna que o BSM priorizou como um dos seus três eixos de atuação a inclusão produtiva. A inclusão produtiva pode ser definida como

um processo de fortalecimento de vínculos sociais, acesso a serviços, exercício de cidadania e inclusão em oportunidades mais efetivas de trabalho, com acompanhamento socioeconômico e garantia de renda. Ela envolve processos de informação, encaminhamento e monitoramento de segmentos em situação de pobreza e vulnerabilidade social ao mundo do trabalho, à qualificação profissional e à elevação de escolaridade (FERRARINI; WALLAUER, 2015, p. 30).

⁵ O valor que a família recebe por mês é a soma de vários tipos de benefícios previstos no Programa Bolsa Família. Os tipos e as quantidades de benefícios que cada família recebe dependem da composição (número de pessoas, idades, presença de gestantes etc.) e da renda da família beneficiária.

⁶ Em 29 de junho de 2016 as faixas foram reajustadas a partir de decreto assinado pelo presidente em exercício (naquela data), Michel Temer. Os valores máximos mensais para quem pode receber o PBF foi de R\$ 77 para R\$ 85 (situação de extrema pobreza) e de R\$ 154 para R\$ 170 (situação de pobreza).

Portanto, a inclusão produtiva surge como uma responsabilidade do campo da assistência social para auxiliar as beneficiárias do PBF e promover suas inclusões ao mundo do trabalho. Para ser sustentável, a inclusão produtiva requer um olhar que entenda o indivíduo como um sujeito capaz, portador de habilidades e competências, bem como um olhar para além do individual, incluindo sua família e sua situação social e econômica (PNAS, 2004).

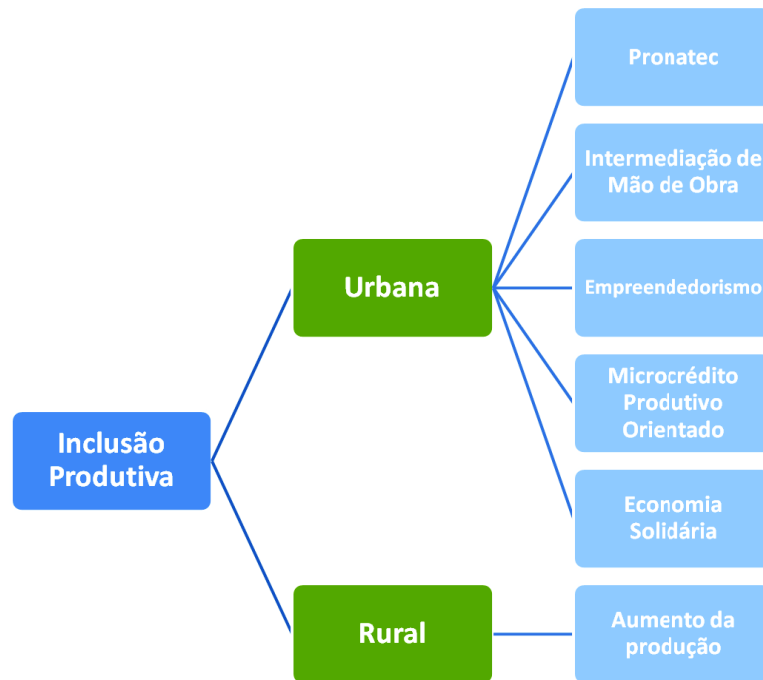
Contudo, a inclusão produtiva não nasce com o BSM, ações que buscavam encaminhar as populações em situação de desemprego às oportunidades de trabalho já existiam. Exemplo disso foi o Programa Próximo Passo, já uma investida do governo federal no sentido de uma aproximação entre o MDS e o MTE, no qual também fazia parte o Ministério do Turismo. Este plano previa a qualificação profissional para beneficiários do PBF na área da construção civil e do turismo, com vistas à demanda causada pelo Programa de Aceleração do Crescimento, do governo federal, e à Copa do Mundo de Futebol 2014 (AMÂNCIO, 2015).

Entretanto, o lançamento e implementação do BSM demarcou um novo ciclo para as ações de inclusão produtiva, caracterizando-as como uma travessia para outras políticas setoriais e meio para o exercício de cidadania. Para que a inclusão produtiva tenha sucesso, pelo menos quatro condições são imprescindíveis: conhecimento da existência das oportunidades que estão disponíveis, com atenção à questão territorial; qualificação profissional adequada, provendo as habilidades necessárias para o aproveitamento das oportunidades, quando estas existirem; eliminação das barreiras artificiais, como discriminação e exclusão social; e a garantia das condições mínimas, como o salário mínimo, transporte e alimentação (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: SAE, 2011).

De acordo com a SAE, a promoção da inclusão produtiva no mundo do trabalho deve ter contribuição do setor público e também do privado. Porém, neste caso, as políticas públicas precisam estar focadas em proporcionar o acesso efetivo dos trabalhadores às oportunidades existentes, oferecendo, por exemplo, cursos profissionalizantes e de qualificação.

Como já citado anteriormente, para que as famílias não simplesmente recebam o benefício mensal sem perspectivas de autonomia, o eixo da inclusão produtiva prevê um conjunto complexo de ações, conforme a Figura 2:

Figura 2 - Eixo da Inclusão Produtiva no BSM



Fonte: Elaborado pelo autor (BRASIL, 2011).

O eixo urbano da inclusão produtiva, mais do que apenas a orientação dos cidadãos que pertencem às populações em situação de pobreza ao mercado de trabalho, compreende ainda formação profissional através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)⁷, fomento do empreendedorismo, incentivo através do microcrédito e orientação e aproximação da economia solidária. Já no eixo rural, a inclusão produtiva busca auxiliar a agricultura familiar, gerando acesso aos meios de produção e proporcionando assistência técnica especializada (BRASIL, 2011).

Em poucos anos, os avanços nas ações de inclusão produtiva foram muitos. No período de três anos, o PRONATEC, sua principal ação, foi implementado em 4.947 prefeituras municipais (adesão de 89% dos municípios brasileiros) e o Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS) recebeu repasses de R\$ 254,4 milhões, totalizando 1.379 municípios em 2014 (MONTAGNER; MULLER, 2015 apud FERRARINI, 2016).

Entretanto, as ações de inclusão produtiva são ações que geram muitas controvérsias desde os intelectuais e pesquisadores, até os profissionais da área da assistência social. Souza (2016, p. 141) contribui para a reflexão no interior desta contradição:

⁷ O Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) é um programa do Ministério da Educação (MEC) que busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiárias de programas de transferência de renda.

Seja no âmbito acadêmico, seja nas esferas governamentais, as análises divergem essencialmente sobre o foco da inclusão produtiva. De um lado, os que a apresentam como “porta de saída”, como caminho para que os usuários deixem de “depende” dos programas sociais, principalmente da transferência de renda, e conquistem a autonomia. De outro, os que apresentam a inclusão produtiva como ação complementar, como mais uma responsabilidade do Estado no conjunto de políticas voltadas para a promoção e emancipação do usuário.

Resultado de muitas lutas da sociedade civil até a consolidação da constituição de 1988, a proteção social é hoje um direito universal de toda a população brasileira e, pertencendo atualmente a este conjunto de direitos garantidos pela assistência social, as ações de inclusão produtiva apresentam, pelo menos, dois diferentes pontos de vista.

De um lado está a ala que entende que a inclusão produtiva não deveria estar alocada na assistência social, que argumenta ser somente através de mudanças profundas de cunho estrutural que as populações vulneráveis que lançam mão do direito à assistência social atingirão as condições necessárias para deste mesmo direito abrir mão, se assim quiserem. A controvérsia central aqui está no fato de que se é um direito, não caberia ao Estado e, especificamente, as políticas de assistência social – o que amplia ainda mais a tensão entre quem defende e quem se coloca contra – “puxar” estas populações através de “portas de saída”.

Empilhar cursos profissionalizantes nos currículos – para os casos de usuários que um currículo formal possuem –, por exemplo, entregaria para o indivíduo a velha ideia de que quem mais se esforça, mais longe vai (SOUZA, 2016). É preciso atentar para o fato de que, muitas vezes, os cursos disponibilizados em um determinado território, em nada condizem com a realidade social e econômica da região. Cabe ainda destacar que os profissionais de assistência social não encontram nos currículos de formação de nível superior orientação e acúmulo de conhecimento e experiência no sentido de ser a assistência social um dos “braços” das políticas de geração de trabalho e renda. Os CRAS também não estariam preparados para receber o acúmulo da inclusão produtiva em suas rotinas diárias de trabalho (ORTH; REIS; GUIMARÃES, 2013).

Do outro lado estão os que percebem na gênese da inclusão produtiva a característica da intersectorialidade, justamente porque ela não depende apenas da geração de oportunidades de trabalho. O acesso integral e efetivo às oportunidades disponíveis se dá quando as demais necessidades, que impedem os cidadãos de ingressar de forma emancipatória no mundo do trabalho, são sanadas. sociais. O público alvo destas políticas tem demanda de diversas áreas, como educação (creches ou aulas de turno integral, por exemplo); habitação (por morar em domicílios precários em locais de alto risco de contaminação ou de enchente) e saúde (na

espera por alguma cirurgia ou dependência de tratamento), além de inúmeras outras. O papel da assistência social seria o de meio do processo, ou seja, ela “não oferta o acesso à inclusão produtiva diretamente, mas possibilita que o usuário da assistência seja encaminhado para tal a partir da intermediação e interação entre diversas políticas sociais.” (AMÂNCIO, 2015, p. 76). Apenas em um esforço conjunto, entre diferentes setores de políticas públicas é que se chegaria a uma inclusão produtiva efetiva. Ou seja, essas ações seriam tanto de responsabilidade da assistência social, como da do desenvolvimento econômico, da saúde, da educação e das demais áreas envolvidas, uma responsabilidade interdisciplinar/intersectorial.

Não se espera aqui defender esta ou aquela posição sobre esta questão e menos ainda se espera ser conclusivo sobre o tema, todavia, “enquanto no âmbito da Secretaria Nacional de Assistência Social discutia-se se era ou não papel da assistência social promover a integração ao mercado de trabalho, nos territórios a proliferação dos projetos com esta finalidade não permitia mais ignorar a questão.” (SOUZA, 2016, p. 143). Desta forma, cabe tanto aos pesquisadores e intelectuais da área, como a gestão pública e profissionais da “ponta”, contribuir pensando em estratégias que façam com que o objetivo fim da inclusão produtiva – em uma ideia de diminuição das desigualdade através da criação de mais oportunidades de trabalho e, sobretudo, oportunidades de trabalho digno – seja alcançado.

Desatar os nós e transformar as contradições percebidas em torno das ações de inclusão produtiva em ações positivas e integradas entre diferentes áreas de políticas públicas pode ser providencial para o sucesso desta demanda. As discussões e diálogos sobre o lugar da inclusão produtiva no cenário institucional brasileiro precisam ser amplamente pluralizados. Pluralizados no sentido de que para além de uma nova cultura organizacional pública, que considere uma visão cooperada e não competitiva entre setores, é preciso que a sociedade civil lute para participar dos governos e que o mercado, na figura das corporações, também se reinvente, dispondo-se a cooperar e a ser sensível no sentido de desfazer as barreiras enfrentadas pelas populações em situação de pobreza para acessar o trabalho e a geração de renda.

Para que não se perca o foco na busca pelo alcance dos objetivos propostos neste estudo, a inclusão produtiva rural não será abordada e, considerando a inclusão produtiva urbana, cabe destacar que a inclusão através do trabalho na economia tradicional, pelo acesso ao mercado de trabalho ou via empreendedorismo, o próprio PRONATEC e o microcrédito, não são foco desta pesquisa, voltando-se, assim, as atenções para a inclusão produtiva através da economia solidária.

Em uma perspectiva conceitual, destaca-se a contribuição de Rodríguez (2005, p. 223), ao apontar que “não basta a assistência econômica por parte do Estado; deve-se promover o desenvolvimento de capacidades que permitam às pessoas gerar rendas por sua própria conta e, desta forma, sair por si mesmas da pobreza.”. Em outras palavras, o autor atenta para que ações paralelas ao PBF, por exemplo, sejam implementadas a fim de produzir alternativas às pessoas em situação de pobreza. As ações de inclusão produtiva aparecem com esse objetivo e a economia solidária se mostra como uma alternativa com capacidade de solucionar o problema da pobreza não só econômica, mas em sua perspectiva multidimensional. A economia em perspectiva plural, que em grande medida é a dimensão conceitual que orienta o fenômeno da economia solidária, é mais compatível com uma superação sustentável e emancipatória da pobreza, porque instaura relações igualitárias sob o ponto de vista material e imaterial.

Entretanto, não se espera que a economia solidária e suas expressões e experiências, sozinha, dê conta de solucionar o problema da pobreza. É preciso se fazer uma análise que compreenda a complexidade do problema da pobreza e as características contextuais que envolvem as mais diversificadas experiências de economia solidária no Brasil e no mundo. São muitas as dificuldades que os EES – e os empreendedores que ali estão – enfrentam para “inovar e empreender contra a correnteza, de cooperar interna e externamente [...] considerando os custos econômicos que isso acarreta, em termos de tempo de envolvimento em processos participativos de toda a ordem e na busca de produção ecológica” (FERRARINI; VERONESE, 2010, p. 137). Por isso, parece essencial que haja um esforço coletivo entre as três formas, já apresentadas, de expressões da economia solidária (práticas de trabalho associativo, movimento social e políticas públicas) para que ela se consolide como uma importante ferramenta para a superação da pobreza.

Portanto, em relação à importância da economia solidária como política pública, Schiochet (2009, p. 268), afirma:

O consenso é que somente como política pública a economia solidária poderá sair do seu confinamento (França Filho et al., 2006) e “experimentalismo social” para se constituir em uma força contra-hegemônica capaz de construir uma “outra economia”, plural para uns, socialista e autogestionária para outros.

O autor chama a atenção para a necessidade de a economia solidária ser fortalecida através de políticas públicas, o que, de forma setorial, já começa a acontecer a partir de 2003 com a criação da SENAES. Entretanto, depois da implementação do BSM, a economia solidária passa a ser preconizada também dentro deste plano. A economia solidária aparece dentro do eixo da inclusão produtiva no BSM.

Coerente com sua missão institucional, no PBSM, as ações da Senaes são orientadas para alcançar três objetivos: i) contribuir com o esforço nacional para a superação da pobreza extrema por meio de iniciativas econômicas solidárias de ocupação e renda; ii) contribuir com a capacidade de auto-organização e autogestão de grupos populacionais e comunidades caracterizadas por vulnerabilidades sociais; e iii) fortalecer e expandir a ES como estratégia emancipatória de desenvolvimento sustentável e solidário (SILVA; SCHIOCHET, 2013, p. 71).

Já apontou-se anteriormente no texto que, mesmo em situações de alta da economia tradicional, não se pode esperar que todos os cidadãos vislumbrem oportunidades de trabalho e perspectivas de superação da pobreza. Desta forma, para Silva (2011, p. 50), “a economia solidária, sob suas múltiplas formas organizativas, pode ser uma das alternativas para desenvolver a estratégia de inclusão produtiva proposta pelo governo federal.”, perspectiva que parece ter sido assumida também pela SENAES. A associação que se faz aqui é que já existe, então, um esforço do Estado, protagonizado pelo MDS, em consolidar a inclusão social através da economia solidária como uma forma de superação da pobreza e redução das desigualdades. Foi com o objetivo de compreender o papel da economia solidária como uma das ações de inclusão produtiva que se realizou a etapa empírica desta pesquisa.

Este capítulo se preocupou em apresentar um olhar conceitual sobre políticas públicas e políticas sociais, em mostrar o histórico das políticas de assistência social no Brasil, em apontar onde está no desenho institucional e em discutir alguns dos dilemas da inclusão produtiva e em focalizar na economia solidária como política de assistência social no Brasil. O próximo capítulo orienta suas atenções à apresentação do campo pesquisado, às opções metodológicas e aos primeiros passos quando da realização da etapa empírica da pesquisa. Além disso, discuti-se os dilemas e possibilidades da relação que há entre as ações de inclusão produtiva e a política e as experiências de economia solidária em nível local.

5 INCLUSÃO PRODUTIVA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: DILEMAS E POSSIBILIDADES

O objetivo deste capítulo é, primeiramente, apresentar os dados gerais que envolvem o universo empírico pesquisado. Inicialmente, destacam-se alguns dados do município de Canoas – RS, descrevendo como foi a chegada do pesquisador na realidade da cidade, sua chegada ao território local, quando houve o contato com as entidades e as mulheres pesquisadas. Serão apresentados também: a questão de pesquisa, os seus objetivos e as opções que foram tomadas durante a pesquisa em relação a metodologia.

Além disso, serão apresentados alguns dos dilemas e também possibilidades da relação que há, desde a implementação do BSM pelo governo federal, em 2011, entre as políticas de enfrentamento à pobreza e a política e as experiências de economia solidária, no âmbito do município de Canoas.

5.1 CONHECENDO O UNIVERSO EMPÍRICO: DADOS GERAIS E METODOLOGIA

Por que esse aprofundamento investigativo na relação que há entre a economia solidária e as políticas de assistência social como estratégia de superação da pobreza? Como apresentado anteriormente, as ações propostas no BSM e controladas pelo SUAS preveem dentro do eixo da inclusão produtiva urbana a economia solidária como uma das ações de inclusão produtiva para as pessoas em situação de pobreza. Entretanto, enquanto as políticas de assistência social fazem parte do leque de políticas do MDS, as de economia solidária estão concentradas no TEM; por isso, entendia-se como importante compreender os diálogos e ações locais pertinentes a essas políticas transversais.

Os primeiros contatos do pesquisador com o município de Canoas se deram desde seu ingresso no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), quando se vinculou a uma pesquisa sobre inclusão produtiva que estava em andamento naquela cidade, o que possibilitou que tivesse um conhecimento prévio do seu campo de pesquisa. A pesquisa citada foi coordenada pela professora Adriane Vieira Ferrarini, do PGGCS da UNISINOS e tinha dois objetivos principais, quais sejam: analisar práticas e conceitos que permeiam o processo de inclusão produtiva de famílias pobres inseridas na política da assistência social, considerando a pluralidade epistemológica de concepções de economia e de desenvolvimento; e identificar as potencialidades de inclusão produtiva dos beneficiários do PBF no município de Canoas.

A partir da participação na pesquisa supracitada, sobre inclusão produtiva, identificaram-se importantes questões em Canoas que contribuiram para o delineamento deste estudo – ainda em sua fase de projeto. Percebeu-se grande desconexão entre as ações protagonizadas pelas diferentes secretarias, mesmo mostrando-se muito próximas em seus objetivos fins. Ações da SMDS como os Pontos Populares de Trabalho (PPTs), nas quais pode-se perceber lógicas de economia solidária, são uma realidade para a assistência social. Contudo, pouco dialogam com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), na qual a política municipal de economia solidária está alocada.

Soma-se a isso os dados do SIES, obtidos através do II Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, que mostram que 51% dos EES contam com uma ou mais sócias que são beneficiárias do PBF e que 23% do total de sócios de EES são beneficiárias do PBF. Ou seja, mais da metade dos EES mapeados contam com uma ou mais sócias que são beneficiárias do PBF e um quarto de todos os sócios de EES do Brasil estão diretamente ligados ao programa. Esse número expressivo de pobres vivendo a realidade da economia solidária foi determinante para a definição do problema e objetivos da pesquisa.

O município de Canoas é costumeiramente lembrado quando comparações acerca do desenvolvimento econômico municipal são realizadas no RS. Basta comparar o Produto Interno Bruto (PIB) municipal dos município do RS para se chegar a essa conclusão. Canoas era, em 2013, de acordo com a Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE/RS), o terceiro maior PIB do estado, ficando atrás apenas de Caxias do Sul e Porto Alegre. Outro dado que chama a atenção para o município é do número de moradores. Também a partir de dados da FEE/RS, mas para 2010, a cidade era a quarta maior do estado em número de habitantes, com 323.827. Além de Caxias do Sul e Porto Alegre, apenas Pelotas está à frente de Canoas neste quesito. Para 2016, segundo dados do IBGE, esse número aumentou para 342.634.

De acordo com o boletim O Brasil sem Miséria no seu Município, do MDS, Canoas contava, em fevereiro de 2016, com 27.845 famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e, destas, 9.809 eram beneficiárias do PBF. De 2011, ano da implementação do BSM, até abril de 2016, houve um aumento de 34,57% no total de famílias beneficiárias do PBF no município. Ainda de acordo com o boletim, estima-se que 86,40% das famílias pobres ou extremamente pobres estejam sendo assistidas pelo BSM e, por sua vez, pelo PBF.

O autor deste trabalho participou de reuniões da pesquisa coordenada pela professora Adriane Vieira Ferrarini, juntamente com outros integrantes de sua equipe vindos da

UNISINOS, com gestores e técnicos ligados à SMDS e à SMDE, nas quais foram planejadas ações para os PPTs – projeto de formação técnica e cidadã e de geração de renda operacionalizado pela SMDS, em grande medida demandado pelo Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). Essa inserção aproximou o pesquisador da SMDS e da SMDE. Se tratava de uma pesquisa intersetorial na modalidade pesquisa-ação participante que apresentou características inovadoras em sua aplicação.

Já a partir de seu ingresso no Grupo ECOSOL⁸, que aconteceu paralelamente a sua chegada no PPGCS, pôde-se aproximar do Fórum Canoense de Economia Popular Solidária, de alguns EES e de mulheres líderes do movimento de economia solidária no município. Canoas foi uma das cidades pesquisadas no Projeto ICSEM. O Projeto ICSEM é uma pesquisa de amplitude internacional que tem por objetivo a criação de conhecimentos sobre modelos emergentes ou bem estabelecidos de EES ou empresas sociais em todo o mundo, a fim de possibilitar uma análise comparativa em nível global. No Brasil, este projeto está sendo implementado pelos professores do Grupo ECOSOL. Através da sua participação neste projeto, o pesquisador contribuiu à aplicação dos questionários investigativos da pesquisa, possibilitando que já pudesse acumular mais informações sobre seu universo empírico.

Após essa exploração prévia do campo, já se sabia que tanto as ações de inclusão produtiva, ligadas à SMDS, como a economia solidária, ligada à SMDE, mereciam destaque naquele município. As políticas de assistência social são executadas pela SMDS e, como mostra Dihl (2015), estão estruturadas através de três diretorias: Diretoria de Proteção Social Básica; Diretoria de Proteção Social Especial; e Diretoria de Segurança Alimentar e Inclusão Produtiva. Os objetivos das políticas executadas por cada diretoria são, respectivamente: prevenir situações de risco e desenvolver potencialidades, fortalecer vínculos familiares e comunitários e ampliar o acesso a direitos; atender as famílias em situação de risco pessoal e social; e garantir à população acesso à alimentação de qualidade, nas quantidades necessárias, com segurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social através de ações de qualificação profissional e geração de renda. Os atendimentos da proteção social básica acontecem nos CRAS, enquanto os da proteção social especial nos Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS).

Para as ações de inclusão produtiva, em específico, conforme mostram Ferrarini e Wallauer (2015), o município tem em funcionamento os seguintes instrumentos de apoio ao atendimento: Banco de Oportunidades, Escritório do Empreendedor, PPTs, Sistema Nacional

⁸ Grupo de pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

de Emprego, CRESCER, Canoas Qualificar, Qualilar e os próprios CRAS. As autoras destacam, ainda, a existência dos dois Centros de Capacitação e Produção em Economia Solidária (CCPES) como canais de acesso ao trabalho à população pobre do município. Entretanto, como mostra Dihl (2015), os projetos já executados pela SMDS como ações de inclusão produtiva são: Frentes Emergenciais de Trabalho; PPTs; Programa Recomeçar; PRONATEC/Brasil Sem Miséria; PRONATEC/Mulheres Mil; e PRONATEC/EJA, este em parceria com o governo federal e o Projeto Cidade da Solda. Ou seja, mesmo tendo a possibilidade de exploração dos CCPES para realização de ações da inclusão produtiva, eles não aparecem no espectro de projetos executados – assim como a economia solidária como um todo também não.

Estes projetos listados por Dihl (2015) são ofertados nas estruturas dos CRAS de cada região. Entretanto, como mostram Orth, Reis e Guimarães (2013), os CRAS encontram uma série de dificuldades para executar as ações de inclusão produtiva, das quais, destacam-se duas: primeiro, se trata de uma limitação de recursos, já que não se percebeu aumento do quadro de trabalhadores dos CRAS após o acúmulo das ações de inclusão produtiva com as demais ações executadas por eles, ligadas à proteção social básica; e, por segundo, uma limitação conceitual, porque os técnicos sociais e estagiários não percebem a oferta de formações sistemáticas sobre o tema e, soma-se a isso, ainda, o fato de que os assistentes sociais não encontram nos currículos acadêmicos dos cursos de serviço social essa temática, o que é natural em alguma medida, pelo pouco tempo de vinculação da inclusão produtiva com a assistência social e pelo caráter inacabado do debate sobre o papel da inclusão produtiva na assistência social.

Se as ações de inclusão produtiva como um todo enfrentam barreiras para compreensão e aplicação nos CRAS, não se espera que partam deles as interlocuções entre assistência social e economia solidária, supõe-se que os protagonistas desse diálogo deveriam localizar-se entre os gestores da Diretoria de Segurança Alimentar e Inclusão Produtiva, pelo lado da SMDS, e da Diretoria de Economia Solidária, pelo lado da SMDE. Contudo, não se pode omitir que esses limites encontrados nas estruturas dos CRAS contribuem para a desconexão que existe entre os setores da gestão pública municipal. Entretanto, o limite conceitual encontrado no CRAS é também um limite percebido na própria Diretoria de Segurança Alimentar e Inclusão Produtiva, já que a pesquisa sobre inclusão produtiva executada pela equipe da UNISINOS constatou que, mesmo entre os gestores dessa diretoria, haviam incompreensões e indefinições sobre a aplicação e sobre o papel da inclusão produtiva na assistência social. Neste contexto de dilemas e indefinições, adiciona-se ainda um outro

ator executor de políticas de assistência social no município: as entidades do Terceiro Setor que executam projetos socioeconômicos conveniadas à SMDS e que recebem orientações desta secretaria para que suas ações estejam alinhadas às diretrizes das políticas de assistência social.

Em relação à economia solidária, o município conta com uma Diretoria de Economia Solidária, ligada à SMDE, com o Fórum Canoense de Economia Popular Solidária – que é um importante espaço de desenvolvimento e fortalecimento do movimento, além de ser o principal canal de interlocução com a gestão pública e com as redes de economia solidária – e com os dois CCPES. Os CCPES têm como objetivo ofertar cursos de formação técnica para o público específico da economia solidária, mas qualquer pessoa que procurar os centros em períodos de inscrições abertas pode inscrever-se e participar dos cursos de forma gratuita. Alguns cursos de formação cidadã e sobre os fundamentos da economia solidária já aconteceram, mas não são comuns. O Fórum Canoense de Economia Popular Solidária realiza suas reuniões mensais nestes centros. A cidade conta com 58 EES, dos quais 41 participam ativamente do Fórum.

Os CCPES acabam estabelecendo contato com o público da assistência social, mas de forma aleatória, sem uma estrutura, um mecanismo que dinamize esta relação. Não há uma ferramenta que conecte a oferta de cursos dos CCPES com a demanda das populações pobres que frequentam os CRAS, por exemplo. Quando acontece de uma beneficiária do PBF participar de um curso ou formação nos CCPES, a rigor, se trata de uma busca por parte da própria beneficiária. Desta forma, considerando que a economia solidária aparece na política nacional de assistência social como uma estratégia de inclusão produtiva, era esperado que uma relação mais orgânica fosse encontrada, mas na prática inexistente.

Nas reuniões em que o pesquisador participou como parte da equipe de pesquisadores da UNISINOS, reuniões que aconteceram a partir de demanda recebida pela Diretoria de Segurança Alimentar e Inclusão Produtiva para produzir um novo plano de trabalho para os PPTs, percebeu-se que ainda pairava uma indefinição sobre a efetivação da economia solidária como uma estratégia de ação da inclusão produtiva. Inicialmente, para a Diretoria de Segurança Alimentar e Inclusão Produtiva, enquanto os PPTs – que na prática reproduzem em grande medida a racionalidade da economia solidária – que sempre estiveram sob responsabilidade da SMDS eram encarados como ação de inclusão produtiva, a economia solidária que aparece também no BSM e que, na prefeitura está ligada à SMDE, não era.

Em tempo, se a SMDS não percebia a economia solidária como uma ação de inclusão produtiva e se não entusiasmava-se para se aproximar da SMDE, o inverso era verdadeiro no

tocante à Diretoria de Economia Solidária. Esta diretoria limitava-se a executar suas ações particulares ligadas à economia solidária, como a gestão dos CCPES e a realização das feiras de economia solidária. Gestores da SMDE participaram das reuniões de planejamento dos PPTs, mas era perceptível uma certa omissão em relação à aproximação necessária entre a Diretoria de Economia Solidária (SMDE) e a Diretoria de Segurança Alimentar e Inclusão Produtiva (SMDS).

Após alguns encontros realizados para produção daquele plano de trabalho e já com uma maior sensibilização sobre as práticas e o potencial da economia solidária, a Diretoria de Segurança Alimentar e Inclusão Produtiva passou a encarar a situação de outra forma, aceitando, inclusive, que os PPTs poderiam assumir uma roupagem de incubadoras públicas de economia solidária, criando uma nova dinâmica que serviria de meio entre as atividades já desenvolvidas pelos PPTs (política de assistência social) e a economia solidária (política de desenvolvimento econômico). Mesmo com esse perceptível avanço no plano das ideias, na prática o desafio ainda era grande. Essa barreira para se avançar nas articulações entre setores não é um elemento novo, já que “a ausência de uma dinâmica pluridimensional significa que os diferentes operadores públicos e associados atuam sobre os serviços que lhes são mais diretamente afetos” (NASCIMENTO, 2010, p. 100). Portanto, entre gestores e pesquisadores as discussões até avançavam para uma proposta de maior interação entre secretarias e diretorias, mas, na prática, esse avanço torna-se bastante complexo, já que envolve um grande número de profissionais operadores das políticas em cada um dos setores.

O pesquisador já tinha conhecimento de que a desconexão entre as ações de inclusão produtiva e a política e as experiências de economia solidária era reconhecida pelos gestores tanto da SMDS como da SMDE. Entretanto, esse diagnóstico se misturava com ações praticadas por ambas as secretarias que geravam dúvidas, conceitualmente e na prática, sobre quem deveria executá-las. Para compreender como se davam no cotidiano as possíveis convergências entre esses dois campos de políticas, ou seja, entre as ações de inclusão produtiva e as de economia solidária no município, optou-se por realizar uma investigação nos bairros Mathias Velho e Guajuviras. Essa determinação começou a ser definida após a participação do autor no Fórum Canoense de Economia Popular Solidária. O Fórum acontece mensalmente, sempre na primeira segunda-feira de cada mês. Eventualmente, em função das feiras realizadas em parceria entre a gestão pública e o movimento, as datas são reagendadas. Os encontros acompanhados aconteceram em 04/03/2016, 01/04/2016 e 29/04/2016. Esta inserção fez com que o autor se aproximasse ainda mais das mulheres líderes do movimento

de economia solidária no município e também proporcionou uma aproximação à SMDE e à Diretoria de Economia Solidária.

As reuniões do Fórum ocorrem, intercaladamente, nos dois CCPES do município, um fica no bairro Mathias Velho e o outro no Guajuviras, essa alternância de local é para que os participantes de cada bairro possam estar mais perto de casa a cada dois meses. A opção por estes dois bairros se deve muito a essa imersão do pesquisador no Fórum, já que as primeiras buscas por mulheres que eram, simultaneamente, beneficiárias do PBF e sócias de EES se deram lá, quando se soube, previamente, através da coordenação do Fórum, que os EES que poderiam contar com sócias beneficiárias do PBF estariam concentrados nestes bairros. Foi em uma das idas do pesquisador às reuniões do Fórum que se teve conhecimento de que em uma das duas entidades do Terceiro Setor que foram pesquisadas – ambas serão apresentadas a seguir – havia um projeto de geração de trabalho e renda que atendia beneficiárias do PBF, reproduzindo práticas de economia solidária. Suspeitava-se, porém, que esse projeto não estava, institucionalmente, ligado nem à economia solidária, nem à inclusão produtiva.

A questão que se buscou compreender é: quais as convergências das ações de inclusão produtiva com as experiências e a política de economia solidária e quais os efeitos da economia solidária na trajetória de vida de mulheres beneficiárias do PBF para a superação da pobreza em perspectiva multidimensional? Considerava-se a hipótese de que a aproximação das populações pobres à economia solidária e sua posterior inclusão nos – ou mesmo a criação de – empreendimentos de “economia solidária podem vir a ser uma forma de enfrentamento da pobreza e exclusão historicamente geradas pelo modo de produção capitalista vigente.” (OLIVEIRA, 2005, p. 7), transformando a trajetória de vida de pessoas em situação de pobreza para além da dimensão econômica, mas também nas dimensões cultural, social e política.

Depois de conhecidas todas essas informações e de definida a questão supracitada, determinou-se o objetivo geral da pesquisa: analisar a economia solidária como possibilidade de superação da pobreza de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, no município de Canoas – RS, considerando os efeitos multidimensionais atividade econômica e as estratégias governamentais acionadas pela política de assistência social. Depois, foram definidos os específicos: explorar o conceito de inclusão produtiva e aprofundar os estudos em economia solidária, desigualdades e pobreza, em perspectiva multidimensional; identificar e conhecer a trajetória de mulheres que simultaneamente são sócias de empreendimentos econômicos solidários e beneficiárias do Programa Bolsa Família; avaliar os efeitos multidimensionais das experiências de economia solidária para a superação da pobreza;

analisar a função e as possíveis convergências entre as ações de inclusão produtiva através da política de assistência social com as experiências e a política de economia solidária; e produzir subsídios para a disseminação de experiências de inclusão produtiva através da economia solidária.

Para tentar responder à pergunta e alcançar os objetivos propostos, optou-se por realizar um estudo de caso com abordagem qualitativa. Para Yin (2010), o estudo de caso é uma maneira de investigar um tópico empírico seguindo um conjunto de procedimentos pré-especificados, no qual se investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real.

Primeiramente, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental e, em seguida, pesquisa de campo/empírica – que será detalhada e analisada mais adiante. Para Demo (1995), a pesquisa bibliográfica amplia o conhecimento em determinada área e utiliza o domínio desse conhecimento como fundamentação teórica para o estudo em questão. Foram pesquisados livros, artigos, dissertações e teses, etc. Os documentos escritos apresentam-se como uma valiosa fonte de coleta de dados nas pesquisas em ciências sociais. Segundo Beuren (2006), a coleta de dados através da pesquisa documental é a que trabalha com informações que não receberam tratamento analítico. Os documentos, neste caso, foram importantes à medida que todo o conteúdo institucional acerca das políticas públicas envolvidas na pesquisa encontram-se disponíveis no formato de documentos.

Por se tratar de uma pesquisa com abordagem qualitativa, as estratégias de coleta de dados utilizadas foram: observação participante e entrevistas semiestruturadas. Prodanov e Freitas (2013) dizem que a coleta de dados através de observação do cotidiano, nada mais é do que o registro dos dados conforme eles acontecem. Os autores deixam explícito que estar no local onde o evento ocorre é a melhor maneira de registro, não deixando assim margens para deturpação das informações. Foote-Whyte (1980, p. 82) destaca a importância da observação aliada às entrevistas: “[...] Na medida em que sentei e ouvi, obtive respostas para perguntas que nem teria feito se tivesse obtendo informações somente através de entrevistas. Naturalmente não abandonei de todo as perguntas.”.

Optou-se pelas entrevistas semiestruturadas porque, de acordo com Beuren (2006), estas permitem maior interação e conhecimento das realidades dos informantes do que a estruturada. Acerca da relação que se constrói entre pesquisador e pesquisado, quando utilizada esta estratégia, Bourdieu (1997, p. 695) alerta que “é o pesquisador que inicia o jogo e que estabelece a regra do jogo, é ele quem, geralmente, atribui à entrevista, de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objetivos e hábitos, as vezes mal determinados, ao

menos para o pesquisado.”. Bourdieu (1997) atenta à importância de o pesquisador conseguir construir uma relação de proximidade e que, além disso, tente desconstruir ao máximo possível as hierarquias e diferenças com o pesquisado, com o objetivo de alcançar o resultado mais real possível.

Já com as pesquisas bibliográfica e documental em fases de finalização e também a partir do que já se sabia do município através da participação nas pesquisas apresentadas de forma breve anteriormente, era preciso afunilar o olhar a fim de se chegar a um universo empírico que equilibrasse as limitações impostas para uma pesquisa de mestrado com o alcance dos objetivos propostos. Inicialmente, se tinha a ideia de aplicar as entrevistas com mulheres simultaneamente sócias de EES e beneficiárias do PBF (entre dez e quinze mulheres) e com gestores públicos das SMDE e SMDS.

Foi depois da segunda participação no Fórum, no início de abril de 2016, que se encaminhou a forma de busca dessas mulheres que seriam entrevistadas. O movimento de economia solidária de Canoas – ou apenas “o Fórum”, como as próprias mulheres participantes preferem denominar, elas tratam como sinônimos “o movimento de economia solidária” e “o Fórum” – possui um estatuto próprio e um cadastro de todos os EES participantes. Em uma reunião com uma das coordenadoras do Fórum, na Loja da Economia Solidária de Canoas, um espaço mantido pela Diretoria de Economia Solidária localizado junto a estação de trem Canoas, se teve acesso ao cadastro dos EES regularmente ativos no Fórum.

Após a estratégia de busca das mulheres começar a ser executada, foram identificados, com auxílio da coordenação do Fórum, 41 EES que estavam participando regularmente das reuniões – o município conta com 58 EES no total (FERRARINI; WALLAUER, 2015). Destes, conforme informação das lideranças do Fórum, 11 eram potenciais grupos compostos por, pelo menos, uma mulher beneficiária do PBF. Os 11 EES indicados contavam com 39 mulheres no total. Entretanto, após o início da busca por essas mulheres, encontrou-se o primeiro grande limite para realizar a fase de campo da pesquisa: poucas eram as mulheres que se enquadravam no perfil procurado. Realizou-se tentativa de contato telefônico com todas as 39 mulheres dos 11 EES indicados e o resultado desta busca foi: 7 delas não foram encontradas, 27 não eram beneficiárias do PBF, sobrando apenas 5 que enquadravam-se no perfil procurado. Esse fato fez com que a estratégia fosse alterada. Essa busca não limitou-se aos bairros Mathias Velho e Guajuviras, mas a tendência indicada pela coordenação do Fórum se confirmou e essas 5 mulheres que apresentavam o perfil procurado eram residentes e de EES destes dois bairros.

Conforme anunciado anteriormente, o pesquisador participou de três reuniões do Fórum Canoense de Economia Popular Solidária e foi nestas participações que se conseguiu encaminhar uma nova estratégia e quando houve as primeiras aproximações com as mulheres que seriam, depois da alteração de planejamento, entrevistadas. Quando o contato não acontecia diretamente com o público procurado, era possível uma aproximação com as lideranças do movimento e dos EES. Foi na primeira reunião do Fórum que o pesquisador participou que, enquanto observava os debates – muitas vezes acalorados –, ainda em março de 2016, descobriu-se, por exemplo, que a Entidade 1 passaria a ser um importante espaço a ser pesquisado.

Os dados que serão apresentados a partir da próxima seção foram analisados através da análise de conteúdo. Gil (1990, p. 163), define a análise de conteúdo como “uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto das comunicações.” Na prática, utilizou-se o passo a passo sugerido por Triviños (1987), que tem como principal referência teórico-metodológica as contribuições de Laurence Bardin. Na fase de *pré-análise*, inicialmente, definiu-se que seriam aplicadas entrevistas semiestruturadas com as mulheres selecionadas e realizada observação participante nas reuniões do Fórum Canoense de Economia Popular Solidária. Quando concluído o processo de criação dos roteiros das entrevistas, percebeu-se que se tratava de uma mescla entre entrevista semiestruturada e questionário. Na etapa da *descrição analítica* foram estudados em profundidade as comunicações obtidas nas entrevistas e as anotações realizadas nas observações. Posteriormente, foram classificadas e categorizadas as informações com base no objetivo e na questão central da pesquisa. Por fim, na etapa de *interpretação referencial*, para interpretação dos dados e reflexões a partir deles, foram realizadas aproximações dos conteúdos obtidos nas comunicações e nas observações, com o referencial teórico utilizado na fundamentação conceitual da pesquisa.

Quadro 3 - Sistematização do universo pesquisado

Entrevistada:	Idade:	Organização/Atividade:	Bairro:
Grupo 1 - Mulheres do PBF e sócias de EES, simultaneamente			
ES 1	43	EES 1 / Alimentação	Mathias Velho
ES 2	41	EES 2 / Alimentação	Guajuviras
ES 3	35	EES 3 / Artesanato	Guajuviras
ES 4	31	EES 3 / Artesanato	Guajuviras
ES 5	65	EES 4 / Artesanato	Mathias Velho
Grupo 2 - Mulheres do PBF não sócias de <u>EESemprendimento econômico solidário</u>			

BF 1	46	Entidade 2 / Terceiro Setor	Guajuviras
BF 2	58	Entidade 1 / Terceiro Setor	Mathias Velho
BF 3	40	Entidade 1 / Terceiro Setor	Mathias Velho
BF 4	60	Entidade 2 / Terceiro Setor	Guajuviras
Grupo 3 - Assistentes Sociais			
AS 1		Entidade 1 / Terceiro Setor	Mathias Velho
AS 2		Entidade 2 / Terceiro Setor	Guajuviras
Grupo 4 - Lideranças do Movimento de Economia Solidária de Canoas			
LES 1		EES 1 / Alimentação	Mathias Velho
LES 2		EES 2 / Alimentação	Guajuviras

Fonte: Elaborado pelo autor.

A nova estratégia utilizada para coleta de dados tornou o universo empírico pesquisado bastante diversificado e, como se pode ver no Quadro 3, chegou-se a um total de 13 mulheres entrevistadas, que foram divididas em quatro grupos. Para manter preservadas as identidades das mulheres entrevistadas, das organizações, dos EES e das entidades do Terceiro Setor envolvidas na pesquisa, utilizou-se uma codificação elaborada pelo pesquisador (Quadro 3).

Grupo 1: este grupo foi composto por cinco mulheres beneficiárias do PBF e sócias de algum EES, simultaneamente, dos bairros Mathias Velho e Guajuviras, vindas de quatro diferentes EES, dois de cada bairro. A estratégia de chegada até elas já foi apresentada.

Grupo 2: o segundo grupo reuniu mulheres beneficiárias do PBF que não integravam EES. Da mesma forma que no Grupo 1, eram todas moradoras dos bairros Mathias Velho e Guajuviras. Optou-se por não simplesmente buscar beneficiárias do PBF aleatoriamente, tratava-se de mulheres que participavam de projetos de geração de trabalho e renda em entidades do Terceiro Setor conveniadas à SMDS. Nestas entidades a escolha se deu de acordo com o desejo das mulheres em contribuir com a pesquisa; neste caso, de forma aleatória. Quatro foram as mulheres entrevistadas neste grupo, duas da Entidade 1, no Mathias Velho, e duas da Entidade 2, no Guajuviras.

A Entidade 1 é uma associação com mais de 30 anos de fundação, que hoje conta com uma horta urbana, criada a partir de uma ocupação de moradores no bairro Mathias Velho. Trata-se de um espaço heterogêneo, por onde transitam moradores da comunidade local, profissionais técnicos da área da agronomia, representantes da prefeitura municipal, profissionais da área da assistência social, educadores voluntários, entre outros. O pesquisador já conhecia a Entidade 1 porque ela fez parte dos EES que foram pesquisados no Projeto

ICSEM e porque, coincidentemente, conheceu sua principal liderança na primeira ida às reuniões do Fórum.

Além de ser uma entidade que presta serviços à prefeitura de Canoas através de convênios com a SMDS, ela faz parte do movimento de economia solidária no município, participando mensalmente das reuniões do Fórum Canoense de Economia Popular Solidária e de todas as feiras promovidas por ele, em parceria com a Diretoria de Economia Solidária. Além disso, esta entidade também aparece no II Mapeamento da Economia Solidária no Brasil. Contudo, não se trata de um EES típico, que tem na produção e comercialização de produtos sua atividade principal, caracterizando-se mais como uma organização do Terceiro Setor, que presta serviços à comunidade local.

A Entidade 2 é uma entidade ligada a Igreja Católica, formalizada como associação no ano de 2001 e que atende aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social, no bairro Guajuviras, a partir de convênios, prioritariamente, com a SMDS. Até a Entidade 2 se chegou através da professora orientadora desta pesquisa que já a conhecia de outras experiências profissionais e acadêmicas e sabia que poderia ser uma entidade que agregaria à pesquisa. Esta entidade é reconhecidamente uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos tradicional da cidade, tendo cumprido o papel que hoje cumprem os CRAS, antes deles serem operacionalizados integralmente pela estrutura estatal, ou seja, há um longo histórico de parceria da entidade com o poder público.

Grupo 3: o terceiro grupo foi composto por duas mulheres, assistentes sociais, contratadas pelas entidades apresentadas acima, uma é contratada da Entidade 1 e a outra da Entidade 2. A ideia aqui era entender melhor a relação das atividades desenvolvidas em cada uma das entidades do Terceiro Setor com as políticas de assistência social e de economia solidária.

Grupo 4: já o quarto e último grupo foi composto por duas mulheres que são lideranças tanto em seus EES como dentro do Fórum. Elas não são beneficiárias do PBF. Uma é sócia no EES 1 e a outra no EES 2. Ambas acumulam uma extensa trajetória dentro do movimento de economia solidária no município e também em níveis regionais e estaduais.

5.2 DILEMAS DA RELAÇÃO INCLUSÃO PRODUTIVA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Muitas vezes esquecidos pelo Estado ou com grandes dificuldades de acessar seus direitos e os serviços públicos que acumulam-se, a rigor, nos grandes centros, os pobres, historicamente, para avançarem sobre essas barreiras, buscam uns nos outros alternativas para

encontrarem condições de vida dignas e decentes (SANTOS, 2002). Contudo, ainda que nem sempre eficaz, faz parte das responsabilidades dos Estados modernos lançar mão de políticas públicas para responder aos dilemas sociais, muitas vezes dilemas ocasionados por suas próprias decisões históricas (SCALON, 2011).

Na realidade brasileira, as ações de inclusão produtiva ganharam notoriedade ao passarem a fazer parte das políticas de assistência social, em 2011, com a implementação do BSM, porque foi naquele momento que se tornou visível o esforço para se engendrar oportunidades aos mais pobres. A economia solidária aparece como uma destas ações ligadas ao encaminhamento das populações usuárias das políticas de assistência social ao trabalho, nas quais ainda aparecem as ações ligadas ao trabalho formal (de carteira assinada) e ao microempreendedorismo individual.

A partir daqui serão apresentados e interpretados os dados coletados a partir das observações nas entidades 1 e 2 e no Fórum e das entrevistas realizadas com as mulheres dos grupos 1, 2, 3 e 4. Primeiro, desde aqui até o final desta seção, serão apresentados os elementos considerados mais importantes das entrevistas realizadas com as mulheres dos grupos 1, 2, 3 e 4 com o objetivo de compreender a relação que há entre as ações de inclusão produtiva, no âmbito do desenvolvimento social, e as experiências de economia solidária, no âmbito do desenvolvimento econômico, verificando se confirma-se a tendência de baixo diálogo e interação entre elas. A partir do próximo capítulo as atenções concentram-se nas entrevistadas dos grupos 1 e 4, já que estes grupos concentram as mulheres que vivem as experiências de economia solidária, porque o objetivo é compreender os efeitos da economia solidária à superação da pobreza multidimensional.

Antes de iniciar com as apresentações dos dados coletados, importa destacar um segundo grande limite encontrado para o alcance dos objetivos desta pesquisa. Das cinco mulheres que eram simultaneamente sócias de EES e beneficiárias do PBF (Grupo 1), apenas uma ingressou na economia solidária após ela passar a fazer parte das políticas de assistência social via inclusão produtiva e BSM. Isso significa que para as outras quatro, mesmo sendo beneficiárias do PBF, pouco poderiam contribuir à investigação que buscava saber se suas chegadas na economia solidária haviam sido influenciadas pelas ações de inclusão produtiva. Enquanto a economia solidária entra na agenda política da assistência social em 2011, ES 1 chegou a economia solidária em 2006 e ES 3, ES 4 e ES 5 em 2008. A única que chegou ao seu EES depois de 2011 foi a ES 2, que chegou em 2015. Sendo a única entrevistada do Grupo 1 a contribuir para a análise da relação entre a inclusão produtiva e a economia solidária, ES 2 confirma a tendência de desconexão entre as políticas, já que chegou até a

economia solidária através de uma amiga e sequer havia ouvido falar do termo “inclusão produtiva”.

Inicia-se, então, com as contribuições das duas mulheres do Grupo 3, assistentes sociais que coordenam projetos de geração de trabalho e renda nas entidades 1 e 2. A AS 1 é ligada a Entidade 1 e a AS 2 a Entidade 2. Seguindo com a apresentação dos dados coletados com as mulheres do Grupo 2, beneficiárias do PBF que participam dos projetos realizados por estas entidades. Em primeiro lugar, destaca-se que, quando perguntadas se já tinham conhecimento sobre as ações de inclusão produtiva, tanto a AS 1 quanto a AS 2 afirmaram que sim, que não se tratava de uma novidade para elas. O objetivo do pesquisador era aferir se a operação estrutural da política de assistência social estava sendo eficiente, se as diretrizes chegam na ponta, em quem executa a política, já que estas profissionais são executoras de políticas de assistência social através de suas entidades.

Em segundo lugar, buscava-se os significados desse termo nos cotidianos das entrevistadas do Grupo 3. AS 1 destacou que não sabia ao certo o sentido do termo e da aplicação das ações de inclusão produtiva, apenas havia ouvido falar, e que estava aguardando para receber mais informações através do CRAS.

Na verdade, eu creio que a inclusão produtiva... Primeiro, ela vai tirar aquele usuário que tá lá na ponta daquela condição não só econômica, mas as vezes é uma pessoa que tem alguma situação de vulnerabilidade social, a gente sabe que são quantas, né?! Eu acho que, a priori, é essa. E eu acho que após é a questão econômica, né?! Até eles poderem se vincular a algum espaço e poder de fato gerar uma renda que possa contribuir pra aquele usuário e pras suas famílias (AS 2).

Já para AS 2, se vê em sua fala que a inclusão produtiva cumpriria o papel de possibilitar aos usuários das políticas de assistência social um caminho para o alcance da autonomia financeira, através do acesso a geração de trabalho e renda, além de, anteriormente, contribuir no sentido de uma afirmação do conceito de pobreza multidimensional, já que ela atenta para o fato de que antes de atender a dimensão econômica da pobreza na vida dos usuários, é preciso atender a vulnerabilidade social em perspectiva ampliada, alinhando-se a visão de Amâncio (2015), que percebe a inclusão produtiva na assistência social como um meio e não como um fim.

AS 2 segue dando algumas pistas de como executar as ações de inclusão produtiva na prática:

Eu acho que se tiver alguém a frente deste trabalho que possa, no caso, formar essas mulheres, ajudar... Porque, na verdade, a gente tinha na prefeitura como antigamente era, assim, tinha um espaço, né?! Não é simplesmente tu ficar lá no espaço fazendo artesanato e vendendo. Eu acho que tem que ter monitoramento, que tenha alguém ali à frente deste trabalho, que conduz esse trabalho, que possa organizar esse trabalho, que traga pra elas capacitações continuadas pra que elas

possam entender como se gera a renda, como tem que ficar o produto final. Por exemplo, o artesanato de outros grupos que nós temos aqui na Entidade 2 é um artesanato que a gente sabe que elas não vão sair daquela condição, que ele vai ficar ali dentro do grupo de serviço de convivência, elas não vão passar daquilo, por causa de algumas situações de vulnerabilidades sociais delas, né?! Mas algumas a gente sabe que conseguem. Principalmente esse público que eu falei, de 18 a 59 anos.

AS 2, como se pode ver, a partir de suas experiências na área do serviço social contribui bastante para as reflexões acerca dos dilemas da implementação das ações de inclusão produtiva, já que indica o que, para ela, poderiam ser caminhos para que essas ações alcançassem êxito. A inclusão produtiva está, atualmente, dentro do BSM, plano que faz parte das políticas operacionalizadas pelo MDS, em nível nacional, e pelas secretarias ligadas a assistência social, nos municípios. Entretanto, as ações ligadas ao trabalho e ao desenvolvimento econômico, e a economia solidária, encontram-se no MTE e nas secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico e ao trabalho, nos níveis nacional e municipal, respectivamente. É aí, neste desenho institucional, de ações que atravessam mais de um ministério e mais de uma secretaria, que encontra-se a inclusão produtiva hoje.

Em meio aos desafios apontados por AS 2 e que se encontram com as contribuições de Nascimento (2010), a vida vai acontecendo nas comunidades e as experiências de economia solidária vão sendo experimentadas diariamente, estejam elas ligadas as ações de inclusão produtiva pela ótica institucional, como prevê a política, ou não. AS 1 relatou que sabia que a economia solidária fazia parte das ações de inclusão produtiva, mas não soube responder o que era economia solidária. Já a AS 2 sequer sabia da alocação da economia solidária nas políticas de assistência social. Esse desconhecimento por parte das entrevistadas aparece apenas como reflexo da falta de diálogo entre a SMDS e a SMDE. A falta de interação entre as duas secretarias reflete na relação entre a SMDS e as entidades do Terceiro Setor. O Quadro 4, abaixo, apresenta um breve perfil das mulheres do Grupo 2, que participam dos projetos realizados pelas entidades 1 e 2.

Quadro 4 - Perfil das entrevistadas do Grupo 2

Entrevistada:	Idade:	Escolaridade:	Tempo de PBF:	Organização:
BF 1	46	5ª série (E.F.)	13 anos	Entidade 2
BF 2	58	4ª série (E.F.)	4 anos	Entidade 1
BF 3	40	8ª série (E.F.)	10 anos	Entidade 1
BF 4	60	4ª série (E.F.)	13 anos	Entidade 2

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os projetos de geração de trabalho e renda são uma realidade nas entidades do Terceiro Setor pesquisadas e as quatro mulheres do Grupo 2 participam destes projetos. Enquanto na Entidade 1 o projeto tem seu foco na produção de alimentos, a Entidade 2 oferece oficinas ligadas ao artesanato. Ambos os projetos proporcionam importante contribuição para a socialização das mulheres, entretanto, não conseguem, sozinhas, cumprir o papel de ponte entre elas e o acesso ao trabalho e a geração de renda dignos. Acaba que essas mulheres participam dos projetos mas não chegam a vislumbrar uma inserção no mundo do trabalho. Sabendo disso, tentou-se compreender o que elas consideravam o maior desafio para conseguir um trabalho.

Quadro 5 - Desafios para conseguir um trabalho

Entrevistada:	O que tu vê como maior desafio para conseguir um trabalho?
BF 1	Eu, no meu caso, como se diz, é não ter uma carteira assinada, porque eles pedem... Eles não vão... Eu chegar e dizer eu tenho experiência, assim e assado, eu sou de confiança, assim, eles não querem saber se tu não tiver na carteira ali, né?! Eu não tenho ficha na... Tirei a coisa na delegacia, assim, de antecedentes criminais e tudo, mas isso aí não adianta, tem que ter na carteira que tu sabe, que tu já trabalhou em várias casas, que é um... As pessoas querem ter confiança, né?! As pessoas não vão botar qualquer pessoa na tua casa, né?!
BF 2	Eu acho que é a idade e a falta de estudo, só isso. Porque a gente sabe que o estudo é tudo na vida de uma pessoa. A idade e o estudo.
BF 3	No momento eu acho que tá muito ruim a situação, a situação, a crise, ninguém mais tá contratando, eles tão demitindo mais que contratando, tipo assim, ó, agora eu to, eu to meio assim porque eu to pegando seguro ainda, né?! Eu to descansada, na verdade, porque eu to pegando seguro, mas a hora que terminar meu seguro, eu já vou ter que correr atrás, vou ter que correr atrás, porque tá difícil. Antes de terminar a última parcela eu já vou começar a largar currículo, né?! Até já larguei uns currículos, só que não me chamaram ainda, já larguei. Se me chamarem, eu vou deixar o seguro e vou ir, né?! Porque o mais importante é eu tá trabalhando, entendeu? E quero ver se eu consigo conciliar de vim aqui [Entidade 1] e trabalhar, porque um tempo eu consegui, né?! Depende o horário do trabalho.
BF 4	Ter estudo, né?! Sem estudo não arruma nada, não adianta. Eu perdi empregos bons, mas eu não estudei porque eu tinha que trabalhar, né?! Daí não me importei de estudar, né?! Aí agora fez falta. Eu já perdi emprego bom

	por causa do estudo. Podia tá bem empregada, mas...
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor.

As mulheres do Grupo 2 apresentam uma série de desafios e barreiras para conseguir um trabalho, mas, mesmo assim, nenhuma delas cita a possibilidade de, ao invés de investir em tentativas no mercado tradicional, aproximar-se da economia solidária – o motivo disso ficará mais claro após a apresentação do Quadro 8. Já se mostrou que a relação entre as secretarias que executam as políticas de inclusão produtiva e de economia solidária é uma relação demasiadamente desconexa e a SMDS caminha a passos lentos no sentido de uma maior aproximação, fator que contribui para o completo desconhecimento das mulheres do Grupo 2 acerca de a economia solidária ser também uma alternativa de trabalho. São quatro mulheres em situação de pobreza e com baixa escolaridade. Kuyven (2016) já sinalizou que mulheres com baixa escolaridade encontram na economia solidária oportunidades de trabalho e geração de renda mais atrativas do que na economia tradicional, o que é uma importante constatação da autora. A renda de mulheres de baixa escolaridade chega a R\$ 900,00 na economia solidária, enquanto na economia tradicional fica em R\$ 590,00 (KUYVEN, 2016), dado que confirma a importância de a economia solidária ser considerada como uma estratégia de geração de trabalho e renda.

Quadro 6 - Significado do PBF para as mulheres entrevistadas

Entrevistada:	O que é o PBF pra ti, o que representa na tua vida?
BF 1	Ele representa assim, que ele é tipo dum auxílio assim que, não vou dizer que como eles falam na televisão que tira a gente da pobreza. Ele não tira, né?! Mas ele é um empurrãozinho pra gente ir melhorando um pouquinho mais, né?! Na alimentação, no estudo ajudando os filhos, né?! É o que tem me ajudado, né?! To pegando isso porque eu to desemprega mesmo, né?!
BF 2	Bá, o PBF representa o que pra mim? Pra mim te dizer eu nem posso contar tanto com ele, porque são 42 reais, mas já faz uma diferença, né!? Já faz uma diferença pra gente pobre.
BF 3	Pra mim é, ajuda muito. E disseram agora que vão tirar, que vão cortar, né?! Tomara que não seja verdade.
BF 4	Ah, muita coisa! Dá muita coisa pra mim e as vezes a gente não tem nenhum, daí pega lá dá pra comprar um gás, assim, ajudar numa conta de luz e água, sabe, pra mim serve! Mas eu não me importo se eles me tirar, sabe?!

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao mesmo tempo que as mulheres destacam como positivo receberem o benefício do PBF, se percebe um caráter de complementaridade, apenas. Para algumas representa mais, para outras menos, mas o caráter complementar é perceptível. Isso permite interpretar que, para todas elas, há sempre alguma outra renda conjunta, vinda das mais variadas origens, o que prova que sempre há algum esforço paralelo ao PBF e que, apesar de parecer representar muito na vida delas, jamais poderá ser considerado, da maneira como o programa está desenhado hoje, uma transferência de renda que atraia mais as famílias ou mulheres do que a possibilidade de um trabalho digno e com boa remuneração.

A questão que se põe neste momento é: essas mulheres, do Grupo 2, consideram insuficiente viver apenas com o benefício que recebem do PBF, mas não encontram fácil acesso à economia tradicional. Sobre a dificuldade de inserção nesta economia, Singer (2002) já anunciara que mesmo em momentos de aquecimento e evolução do capitalismo e dos mercados globais, não existe colocação para todos os cidadãos. O sistema capitalista não foi pensado para integrar todos os trabalhadores e quem paga o preço são os mais pobres.

Entretanto, como mostra Veronese (2009b), as contradições engendradas com a modernidade, ao mesmo tempo que contribuem para o aumento da pobreza e das desigualdades, possibilitam que as populações em situação de pobreza encontrem como respostas viáveis à negação que enfrentam dos mercados tradicionais, o associativismo e o trabalho cooperado: a economia solidária. Este cenário de pobreza e desemprego faz com que os projetos de geração de trabalho e renda como os ofertados pelas duas entidades pesquisadas apareçam como uma oportunidade de experimentação de outras lógicas para seus usuários, como a que sustenta as práticas de economia solidária, por exemplo.

Quadro 7 - Significado dos projetos de geração de trabalho e renda

Entrevistada:	O que é esse projeto pra ti, o que representa na tua vida?
BF 1	Ah, pra mim representa muito, né?! Porque além de me ajudar, é... A gente, como se diz, espairose as ideias, aí não fica só em casa, porque as vezes tu fica deprimida, essas coisas, né?! A gente tem o que fazer em casa, mas todo o dia a mesma coisa e tu não conversa com um, não conversa com outro, então a gente conversa, né?! Troca umas ideias e espairose, né?! Já melhora, né?! Faz amizades, conversa, aí em outro curso que tu vai é a mesma coisa... Mas eu pretendo arrumar um serviço. Com certeza, né?!
BF 2	Muita coisa, tudo de bom! Porque assim, a gente forma uma família, né?! As que vão saindo, muitas a gente já perdeu também né, que já faleceram, então, hoje ainda nós tava comentando, a gente vira uma família unidade

	demais.
BF 3	A gente aprende, aprende, tá todo dia aprendendo, né?! Tipo, eu não sabia plantar, depois que... Agora eu tava com a mão na terra ali, né?! Plantando, a gente gosta de fazer. A gente faz tapete também.
BF 4	Ah, eu gosto muito, eu sempre venho, faz tempo. E aí, as vezes no fim do ano me dá vontade de sair, mas eu não consigo mais sair, sabe?! Um ano eu saí mas aí eu volto. Eu não posso ficar sem vir aqui, aí eu tenho que voltar. Por causa que eu gosto de isso aí, sabe? [...] Eu tenho um pouco de depressão ainda, né?! Aí por isso que eu venho aqui, porque é bom.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando as respostas do Quadro 7, pode-se perceber que as entrevistadas BF 1 e BF 2 destacam o caráter da socialização proporcionada pelos projetos que participam, dando pistas da importância do trabalho e da vida em coletivo como elemento essencial para a vida. Enquanto isso, BF 3 destaca os aprendizados adquiridos no projeto e BF 4 os efeitos positivos para sua saúde, no seu caso, como lugar de escape para a depressão.

Como poderá se perceber muitas aproximações com as respostas das mulheres do Grupo 1 (que serão apresentadas no próximo capítulo), quando perguntadas o que significava a economia solidária para elas. Bastaria também revisitar o conceito de economia solidária no capítulo 3 para evidenciar essas aproximações. As práticas e as experiências vivenciadas pelas mulheres do Grupo 2 nos projetos realizados pelas entidades 1 e 2 demarcam, assim, uma linha muito tênue entre ações de inclusão produtiva – mesmo que as próprias assistentes sociais (Grupo 3) que gerenciam os projetos não tenham claro que se tratam de ações de inclusão produtiva – com as experiências de economia solidária. As lógicas de reprodução das relações e os vínculos sociais são os mesmos nos dois lugares. Se esses projetos não são capazes de gerar renda para as usuárias, eles apresentam uma potencial capacidade de transformação de racionalidade, transcendendo a lógica do *homo economicus* (AVILA, 2014) experimentando o conceito de economia plural (POLANYI, 2000).

Quadro 8 - Concepções sobre a economia solidária (Grupo 2)

Entrevistada:	Tu sabes o que é a economia solidária?
BF 1	Economia solidária? O que seria economia solidária, é... Ajudar um ao outro? [entrevistador explica o conceito] Como aqui, né?!
BF 2	Pois é, eu até já fui em reuniões com a LES 1, né?! Mas se tu me explicar vai ser bem melhor [risos]. [entrevistador explica o conceito] Nós até comentamos semana passada com a LES 1 que nós poderíamos ter aqui, só

	que não se sabe pra onde foi, a gente ganhou uma cozinha, no caso, e desapareceu! Porque nós podíamos fazer isso aqui.
BF 3	Vou falar a verdade, não muito. Pode ser que eu saiba, mas não sei... [entrevistador explica o conceito] É mais ou menos o que eles fazem aqui, né?! Compreendi. Elas vendem o que elas plantam, né?! Daí se ajudam uma a outra. Nós vendemos a nossa, eles vendem a deles e é todo mundo junto, né?! Uns se ajudam...
BF 4	Não.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Mas será que as mulheres do Grupo 2 sabem o que é economia solidária? Será que já foram instruídas sobre as possibilidades existentes nesta outra forma de economia? As respostas apresentadas no Quadro 8 mostram que, com exceção da BF 4 que limitou-se a dizer não, as outras três entrevistas relacionam a concepção de economia solidária apresentada pelo pesquisador com os projetos em que participam. Contudo, importa destacar que nenhuma das delas sequer cogitou que esses projetos poderiam ser projetos voltados à difusão e fortalecimento da economia solidária, ou seja, se percebe a presença do conceito e da lógica, mas também se percebe a desconexão das ações políticas.

Por se imaginar que as mulheres do Grupo 2 desconhecem o termo “economia solidária”, o pesquisador utilizou-se de exemplos práticos para que fosse possível um entendimento mínimo por parte delas. Se sabe que há diferentes níveis de compreensão do conceito de economia solidária entre os próprios trabalhadores que participam dela e que as expressões práticas desses conceitos poderiam ser apreendidas pelos discursos das mulheres do Grupo 2. Mesmo assim, se entendeu como imprescindível utilizar o termo que aparece na política para verificar se havia efetividade em sua aplicação. Para o caso da utilização do termo “inclusão produtiva” por parte do pesquisador durante as entrevistas, considerou-se a mesma lógica.

Como sinalizado anteriormente (a partir do Quadro 3), a Entidade 1 apresenta grande heterogeneidade no que se refere aos atores coletivos e individuais que por lá transitam e acerca das atividades desenvolvidas por ela, já que ao mesmo tempo em que é uma entidade do Terceiro Setor conveniada à SMDS, é também um EES, como mostra o II Mapeamento da Economia Solidária no Brasil e reconhecido pelo Fórum Canoense de Economia Popular Solidária. Contudo, reforça-se que tanto para AS 1 (Grupo 3) como para BF 2 e BF 3 (Grupo 2), que são mulheres que transitam pela Entidade 1, não foi possível encontrar em suas falas

ligação entre o movimento de economia solidária e o projeto lá executado destinado aos usuários da assistência social.

Desta forma, o caso da Entidade 1 é bastante simbólico por dois motivos. Primeiro, porque se trata de um EES que, por seu caráter atípico se comparado com a tendência comum dos EES, torna possível a prestação de serviços, via convênios, para a SMDS, atendendo assim o público da assistência social no que poderia ser um importante caso a ser difundido como experiência modelo da interação entre economia solidária e assistência social, consolidando, mesmo que em um caso isolado, a economia solidária como uma estratégia de enfrentamento à pobreza. Em segundo lugar, é simbólico porque retrata uma contradição do movimento de economia solidária que abriga também entidades tipicamente do Terceiro Setor. Existe uma liderança na Entidade 1 que participa de todas as reuniões do Fórum, de todas as feiras de comercialização, que compreende o caráter político e de transformação social da economia solidária, mas que, no seu cotidiano, não percebe os usuários do projeto conveniado à SMDS como protagonistas de suas próprias trajetórias, tratando-os com tons de assistencialismo, paternalismo e de incapacidade por se tratarem de pessoas pobres.

Quadro 9 - Desafios e possibilidades para a economia solidária nas políticas de enfrentamento à pobreza - Lideranças da Economia Solidária de Canoas

Entrevistada:	O que tu acha que teria que ser feito para a economia solidária se consolidar como uma estratégia de combate à pobreza?
LES 1	Eu acho que nós temos que fazer um trabalho conjunto. Eu estive agora no OP do estado, conversando com o João ⁹ , que é da inclusão produtiva lá da Secretária de Desenvolvimento Social, e nós estávamos defendendo duas demandas, que na verdade poderia ser uma só. Ele defendia a inclusão produtiva do público que é atendido lá, e a gente defendia pontos de comercialização e qualificação para os empreendimentos de Economia Solidária. Na verdade a gente podia estar buscando uma única demanda, mas nós estamos trabalhando separadamente. Eu visitei alguns empreendimentos que estão sendo acompanhados pelo Desenvolvimento Social, e a verdade é que eles são assistencialistas.
LES 2	É, eu acho... Porque, assim, eu acho que nós aqui é uma experiência um pouco diferente, não tem lugar nenhum que vai abrigar esse tipo de pessoas, então eu acho que tem criar um... Tem que discutir isso, porque ninguém consegue entender. Quando eu falo em Porto Alegre as vezes o que acontece aqui, o pessoal fica assim, eu acho que essa aí é louca, né?! Acho que não acreditam que é verdade. Eu digo: eu que vivo na ponta lá, eu sei o que é, eu vivo no meio.

⁹ Nome fictício utilizado para se referir a uma pessoa citada pela LES 1.

	<p>Aqui nós temos de tudo, de tudo que tu imagina e então assim... Eu acho assim, que tem que ter uma rede, criar uma rede, entendeu? Vai nos CRAS, eles encaminham pra cá, só que as pessoas tem que ter acompanhamento, e não é só acompanhamento, vamos dizer assim, tem que ter essa questão de psicólogo, essa questão psicológica, essa questão de estudar, por exemplo, uma pessoa que não sabe ler pra lidar com alimentação? E aqui nós não temos como, porque hoje em dia nem faxina não dá mais sem saber ler, né?! Tu vai usar um produto lá sem saber o que vai usar, né?! Eu acho que é isso, tem que criar essa rede de acompanhamento pra poder a gente ter esse suporte aqui.</p>
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

O último grupo que contribuiu para as reflexões acerca da relação que há entre a economia solidária e a inclusão produtiva foi o Grupo 4, composto por duas mulheres lideranças do movimento de economia solidária de Canoas. As duas entrevistadas contribuem com a tendência de falta de diálogo, de interação entre os setores de políticas para que a economia solidária avance no sentido de consolidar-se como estratégia de ação na inclusão produtiva, já que destacam a necessidade da criação e fortalecimento de redes entre as políticas. Dois pontos chamam a atenção. Primeiro, a LES 1 confirma a suspeita de sinais de assistencialismo em relação a gestão da assistência social no tocante as populações pobres. Essa constatação preocupa, já que as novas diretrizes da PNAS defendem justamente o contrário, o da geração de condições que possibilitem a autonomia e empoderamento do seu público. Em segundo lugar, a LES 2 dá a entender que existe encaminhamento por parte do CRAS para que usuários procurem o seu EES. Entretanto, ela destaca a necessidade de um acompanhamento contínuo para demandas do público da assistência social que envolvem os profissionais desta área, mas também de outras secretarias, como a de saúde e de educação.

A pesquisa demonstrou a falta um elo que conecte as políticas (as ações de inclusão produtiva no âmbito da assistência social) com os conceitos e experiências de economia solidária, faltam instrumentos, recursos e quem sabe até vontade política. Afirma-se isso baseado nas respostas das mulheres do Grupo 2, quando questionadas sobre o que representa em suas vidas os projetos nos quais participam. E também porque, a partir do que se pôde identificar na Entidade 1, todas as características conceituais da economia plural e de práticas da economia solidária são percebidas lá, mas, mesmo assim, a gestão pública e a própria liderança que representa a entidade no Fórum encontram dificuldades para conectar esses elos, tanto é que a pesquisa de Dihl (2015), que aprofunda os estudos sobre inclusão produtiva em Canoas, não encontrou nenhum projeto na assistência social cumprindo esse papel.

É possível que essa dificuldade de diálogo entre as ações de inclusão produtiva na política local e as experiências de economia solidária encontre explicações no lugar que ocupam estas ações, seja no campo ideológico, seja no institucional. Por campo ideológico, entende-se, os pensamentos e ideias que reflitam sobre o papel da inclusão produtiva no todo social. Já por campo institucional, espera-se dizer, o papel das ações de inclusão produtiva dentro da estrutura do Estado brasileiro. Não se tem até hoje um consenso nem sobre o papel das ações de inclusão produtiva em suas razões de existir, nem sobre seu lugar dentro do desenho institucional brasileiro. Isso porque alguns pesquisadores e gestores públicos veem elas por uma perspectiva de retirada de direitos, enquanto outros consideram que é mais um direito a ser garantido pelo Estado (SOUZA, 2016). Se no que tange à inclusão produtiva em si mesma já existem controvérsias e disputas de sentido, o aparecimento da economia solidária neste cenário adiciona outra discussão, sua ativação ou não como uma estratégia à superação da pobreza.

Como mostrou Souza (2016), existem pelo menos duas análises distintas, no âmbito acadêmico, sobre a inclusão produtiva. De um lado os que entendem que a inclusão produtiva ocupa o lugar de “porta de saída” da pobreza, já que tem o objetivo de fazer uma ponte dos usuários das políticas de assistência social com o trabalho. O problema é que junto com essa saída da pobreza, os cidadãos estariam saindo também do espectro de pessoas que utilizam os direitos sociais adquiridos ao longo da história e é aí que aparecem as principais críticas, já que esta ala de acadêmicos entende que se a assistência social precisa garantir o acesso a esses direitos, não se trata de uma questão de dependência, mas de necessidade, para eles.

Do outro lado estão os que defendem a inclusão produtiva como um direito, assim como o direito à transferência de renda, por exemplo. Para estes acadêmicos, faz parte das responsabilidades do Estado essa garantia de acesso ao trabalho, já que o mercado não tem como característica de seu funcionamento a preocupação em proporcionar acesso ao trabalho para os pobres. Se trataria de uma ação complementar que, ao final, contribuiria para a ascensão e emancipação dos usuários. A AS 2, ao responder a um questionamento sobre se caberia à assistência social a execução das ações de inclusão produtiva, emitiu resposta que a aproxima desta linha de pensando: *“Eu acho que sim, eu acho que se tiver alguém junto, assim. Eu acho que não só o profissional assistente social, mas daí pensar em outros profissionais pra ajudar a adequar o espaço.”*

Como mostram Ferrarini e Wallauer (2015, p. 34), para que essas ações que aproximam as populações pobres das oportunidades de trabalho – o que na prática já acontece na Entidade 1 e na Entidade 2 – alcancem voos maiores, é preciso que se considere a “criação

de programa intersetorial de inclusão produtiva, integrando agentes, instrumentos, procedimentos e recursos entre as secretarias diretamente envolvidas no planejamento e execução das ações”. Ou seja, como atentou AS 2, antes de se pensar na colocação das pessoas nas oportunidades de trabalho, o que ajudaria a solucionar a dimensão econômica da pobreza, é preciso que os problemas ligados a educação (vagas de turno integral nas creches, por exemplo), a habitação (precariedade dos domicílios e localização periférica, quando as oportunidades estão sempre nos centros) e a saúde (difícil acesso a algum tratamento que impeça o cidadão de trabalhar, por exemplo) sejam sanados.

Este capítulo apresentou os dados gerais do universo empírico, a questão principal da pesquisa, seus objetivos e metodologia; e discutiu os dilemas enfrentados na gestão pública para a efetivação das ações de inclusão produtiva, considerando a economia solidária como uma dessas ações, em âmbito local. O capítulo seguinte apresentará fragmentos da realidade vivida pelas mulheres que simultaneamente são sócias de EES e beneficiárias do PBF e a contribuição das lideranças da economia solidária para a reflexão sobre os seus efeitos para a superação da pobreza multidimensional em suas vidas.

6 EFEITOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA SOBRE A SUPERAÇÃO DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL

O objetivo deste capítulo é apresentar fragmentos dos dados que foram coletados durante as entrevistas realizadas com as mulheres do Grupo 1 sobre seus cotidianos e experiências com a economia solidária e com as mulheres do Grupo 4 sobre suas percepções a partir do lugar de liderança que ocupam; além de análises, interpretações e reflexões sobre os efeitos das experiências de economia solidária para a superação da pobreza multidimensional na vida dessas mulheres.

6.1 VIVENDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA: TRAJETÓRIAS E SIGNIFICADOS

A partir do enquadramento institucional da pobreza no Brasil, baseando-se nas diretrizes do PBF; e conceitualmente sustentando-se na categorização da pobreza por Hagenaaars e De Vos (1988) e no conceito de pobreza multidimensional de Ferrarini (2011), tentou-se interpretar e compreender a realidade vivida por cinco mulheres em situação de pobreza que experienciam a economia solidária diariamente. Todas as cinco eram beneficiárias do PBF, o que assegurava que encontravam-se em uma ou mais categorias e dimensões da pobreza.

Conforme apresentado no capítulo anterior, apenas a ES 2 iniciou sua trajetória na economia solidária após a implementação do BSM, ou seja, ela é a única entrevistada do Grupo 1 que poderia ter sido afetada pela integração da economia solidária na política de assistência social como uma estratégia de superação da pobreza. Entretanto, não foi o que aconteceu, já que ela chegou até o EES que participa através da orientação de uma amiga. Esse fato é significativo, já que confirma a conclusão que se chegou no capítulo anterior de que as ações locais da política de economia solidária e as de inclusão produtiva enfrentam grandes dificuldades de interação para efetivar as diretrizes do BSM.

A sequência deste capítulo será marcada pela apresentação de informações relacionadas à trajetória das mulheres do Grupo 1, a fim de conhecer seus cotidianos na economia solidária e de compreender se suas experiências no movimento e nos EES que participam contribuem para a superação da pobreza em que se encontram, além de explorar o significado da economia solidária para cada uma delas. Esse diagnóstico importa para que se engendrem subsídios para a gestão pública aprimorar suas táticas e estratégias de interlocução entre a Diretoria de Segurança Alimentar e Inclusão Produtiva e a Diretoria de Economia

Solidária. A parte final do capítulo apresentará uma análise dos efeitos da economia solidária sobre cada uma das quatro dimensões da pobreza encontradas na literatura consultada (FERRARINI, 2011).

A ES 1 é moradora do bairro Mathias Velho, tem 43 anos, compartilha o lar com os filhos e netos e estudou até a 5ª série do ensino fundamental. Ela trabalha no EES 1, uma cooperativa da área da alimentação, formalizada juridicamente, que produz pães, cucas e outros salgados. A produção é realizada em quatro grupos em diferentes locais. O grupo de economia solidária que a ES 1 participa fica no bairro Mathias Velho, no qual ela desempenha atividades produtivas, e conta com quatro sócias. A ES 1 está há mais de 10 anos na economia solidária, tendo chegado até lá através do convite de uma amiga. Este mesmo período de 10 anos é o tempo que a ES 1 recebe o benefício do PBF e ela ficou sabendo da existência desse direito através da escola em que seu filho estudava naquela época. Ela relata ir pouco ao CRAS, basicamente somente para realizar os recadastros do PBF. Sabe que no CRAS outras ações acontecem, mas por ouvir falar, apenas.

Sua renda mensal obtida no empreendimento fica entre 300 e 500 reais. A ES 1 tem experiência como auxiliar de cozinha e em serviços na área da limpeza, funções que exerceu antes de chegar na economia solidária. Mesmo com 10 anos de economia solidária, ES 1 mostra dificuldades de compreensão sobre o significado desse fenômeno: *“É que nem eu digo pra outra que trabalha comigo, eu digo, eu trabalho, eu faço a produção, mas por mais que a LES 1 me explique, eu não consigo pegar o que significa. [...] Por mais que ela tente me explicar, eu não consigo.”*. Sua fala dá pistas da complexidade que envolve a economia solidária que, somada à baixa escolaridade da entrevistada, sua pouca participação no movimento e o desafio de praticar a autogestão, acaba abrindo caminho à reprodução da naturalização da racionalidade do *homo economicus* (POLANYI, 2000; CORREA, 2012), o que reforça a dificuldade de transformação de uma razão que já atravessa, pelo menos, dois séculos como uma razão única.

Já a ES 2 é moradora do bairro Guajuviras, tem 41 anos, reside com três filhos e chegou até a 8ª série do ensino fundamental. É sócia no EES 2, que se trata da mesma cooperativa de trabalho que a ES 1 faz parte. Entretanto, a ES 2 atua no grupo que fica no bairro Guajuviras e que conta com cinco sócias. Este grupo produz, prioritariamente, biscoitos doces e salgados. No empreendimento ela desempenha atividades produtivas e chegou há cerca de 1 ano através de convite de uma amiga. A ES 2 era beneficiária do PBF desde 2004 (na data da entrevista havia perdido o benefício há cerca de três meses, já que seus filhos

havam concluído a etapa escolar), mesmo assim, pouco ia até o CRAS, apesar de saber que cursos e formações eram oferecidos lá.

O rendimento mensal da ES 2 no EES 2 fica em torno de 500 reais. Antes da economia solidária, trabalhou por muitos anos em serviços gerais. Quando perguntada sobre seu entendimento sobre a economia solidária, respondeu com poucas palavras: *“Mais conhecimento, tanto pessoal como profissional.”*. Apesar de uma curta resposta, pode significar que a ES 2 percebe na economia solidária um lugar de oportunidades, em meio a uma dura realidade para os pobres, que são excluídos dos espaços educativos, do acesso a informação, de oportunidades de trabalho digno, etc. (VERONESE, 2009a).

A ES 3 reside no bairro Guajuviras, tem 31 anos de idade, mora com seu companheiro e dois filhos e estudou até o ensino médio, que não concluiu. Faz parte do EES 3, um grupo informal da área do artesanato, localizado também no bairro Guajuviras, que conta ainda com mais três sócias. A ES 3, além de produzir seus próprios produtos, reveza com suas colegas de grupo a tarefa de comercialização quando o grupo participa das feiras de economia solidária. Ela está na economia solidária há 8 anos e, assim como as duas entrevistadas já apresentadas, também conheceu o movimento através de uma amiga. É beneficiária do PBF desde 2012 e ficou sabendo do programa ao participar de um grupo de mães quando estava grávida. Através do CRAS, participou de um curso de solda ofertado pelo PRONATEC, mas não conseguiu trabalho na área.

Sua renda mensal alcançada no EES 3 gira em torno de 500 reais, com alguns picos que podem chegar até 1.500 em meses de feira. Antes da economia solidária já havia trabalhado como operadora de injetora e em serviços gerais. Para a ES 3 a economia solidária *“representa um crescimento até pessoal, né?! Porque ela incentiva tu a ser um microempreendedor, querendo ou não, né?! [...] A gente é autogestor, né?! No caso de não ter patrão, de a gente ter os nossos, fazer os nossos horários, não ter aquela coisa...”*. Ela continua argumentando essa outra concepção sobre o trabalho na economia solidária: *“De não ter aquele trabalho, não digo trabalho escravo, mas aquele trabalho, sabe, de que o patrão sempre ganha mais, né?! E a gente acaba ali ficando por baixo, enfim.”*. Há sinais do potencial emancipatório da economia solidária na fala da ES 3, o que a aproxima de Asseburg e Gaiger (2007), ao apontarem que na economia solidária os trabalhadores são capazes de abrir mão dos patrões, podendo eles mesmos decidir os rumos econômicos de suas vidas e, também, de Singer (2002) e Oliveira (2005), que destacam a autogestão percebida na economia solidária como potencial organizativo para inverter essa lógica de que o patrão sempre ganha mais.

A ES 4 mora também no bairro Guajuviras, tem 35 anos, compartilha o lar com mais duas pessoas e concluiu o ensino médio. Ela faz parte do mesmo grupo que a ES 3, o EES 3, no qual também desempenha a dupla função produção e comercialização. A ES 4 está na economia solidária há oito anos. Antes de entrar para o seu grupo já fazia artesanato mas individualmente, ficou sabendo da economia solidária em uma das vezes que participou de uma feira popular de artesanato no seu bairro e, além disso, já conhecia um dos gestores da Diretoria de Economia Solidária da SMDE, que também a aproximou do movimento. Em relação ao PBF, a ES 4 é beneficiária há dois anos e pouco frequenta o CRAS.

Ela percebe um rendimento mensal de mais ou menos 600 reais e antes da economia solidária e do artesanato, trabalhou durante cinco anos como costureira em confecção de roupas. Para a ES 4 a economia solidária significa um lugar de *“associação de pessoas, que ajuda quem trabalha com esse trabalho informal, seja na confecção, né?! Alimentação... Porque sozinho tu não ia conseguir muita coisa. A economia solidária proporciona isso, né?!”*. Essa faceta associativa e coletiva da economia solidária, apontada pela ES 4, é confirmada por Laville e Gaiger (2009), quando definem que as concepções de economia solidária giram em torno da solidariedade que aparece como antagonismo ao individualismo característico das sociedades de mercado. Se trata de um sentimento coletivo de busca pelo bem comum que está acima da maximização do interesse e do ganho individual como uma virtude norteadora da própria ação coletiva.

Por fim, a ES 5 é residente do bairro Mathias Velho, tem 65 anos e concluiu o ensino fundamental. Integra o EES 4, que assim como o EES 3 é um grupo informal da área do artesanato, mas daí localizado no bairro Mathias Velho, no qual ela divide seu cotidiano com mais duas sócias. Lá, a ES 5 desempenha funções de produção e de comercialização, representando, de forma intercalada com suas colegas, o grupo nas feiras de economia solidária. Está na economia solidária há oito anos e ficou sabendo da existência do movimento em uma ida à cidade de Porto Alegre para fazer a sua carteira de artesã, lá, foi indicada por um amigo para procurar o Fórum Canoense de Economia Popular Solidária. Ela é beneficiária do PBF desde 2015, não vai ao CRAS e ficou sabendo do programa através do Prefeitura na Rua – uma ação implantada em Canoas que leva o Poder Executivo, incluindo o prefeito, a vice, secretários e diretores, para todas as regiões da cidade. São quatro encontros mensais, sempre aos sábados, nos quais os moradores da tem contato direto com seus gestores.

Sua renda mensal fica em torno de 200 reais e antes da economia solidária teve experiência de trabalho como empregada doméstica. Para a ES 5, a economia solidária *“é a minha vida, porque eu gosto, eu faço aquilo que eu gosto e eu gosto de participar e estar*

sempre com minhas colegas, então... É isso aí! Eu gosto é de estar assim no meio do povo pra conversar.”. Mais uma vez aparece o elemento coletividade, aparecem sinais de vínculos fortes, características típicas das experiências de economia solidária e não encontradas na economia de mercado, que privilegia o indivíduo e o ganho particular (FILHO, 2012).

A economia solidária é entendida pelo pesquisador como um campo contraditório, a partir da literatura consultada e também de sua inserção nas experiências cotidianas do movimento e das práticas de trabalho em si. Há uma racionalidade contra-hegemônica como horizonte, mas, se percebe também muitas reproduções das lógicas dominantes do sistema capitalista. No que tange aos destaques feitos sobre as concepções de economia solidária para as mulheres do Grupo 1, são compreensões distintas mas que apresentam alguns aspectos semelhantes. Desta forma, suas falas apontam para consensos, nos quais suas concepções se aproximam bastante e vão desde comparações com as formas tradicionais de economia e trabalho, até a importância da economia solidária como um lugar de afeto, companheirismo e amizade.

Como já sinalizado, essas cinco mulheres, além de fazerem parte do movimento de economia solidária trabalhando em seus empreendimentos, são beneficiárias do PBF e estão há 10, 12, 4, 2 e 1 ano, respectivamente, recebendo o benefício. Desde que passaram a condição de beneficiárias do PBF, além do trabalho na economia solidária, a ES 2 e a ES 3 já acumularam outros trabalhos paralelamente, em restaurantes e como auxiliar de produção, respectivamente. As demais, ES 1, ES 4 e ES 5 limitaram-se aos trabalhos na economia solidária.

São trajetórias de vida que enquadram-se em, pelo menos, duas das três categorias de pobreza de Hagenaars e De Vos (1988). O fato de as mulheres serem beneficiárias do PBF as coloca na condição de pobreza absoluta, já que encontram-se abaixo de uma linha objetivamente definida; e de pobreza relativa, por estarem abaixo do restante da população brasileira que não necessita do benefício do PBF para viver. Além disso, sinais da multidimensionalidade da pobreza (FERRARINI, 2011) são percebidos em, pelo menos, duas dimensões: na dimensão econômica, por apresentarem um rendimento aquém do esperado para uma vida digna e pelo próprio enquadramento no PBF; e na dimensão social, porque mesmo vinculadas aos CRAS pouco conhecem os serviços que lá são oferecidos e pela baixa escolaridade, sinal de difícil acesso à educação. Importa destacar ainda que em relação a dimensão política, as cinco mulheres relataram não ter qualquer envolvimento político ou com ações comunitárias antes de entrar à economia solidária.

6.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA SUPERAR A POBREZA?

Foi possível perceber, a partir do que as mulheres do Grupo 1 relataram gerar de renda mensal nos seus EES, que nenhuma delas alcança, em média, sequer um salário mínimo nacional. Não há como negar a importância do dinheiro para se ter uma vida digna nas sociedades capitalistas e a falta dele contribui em grande medida para que essas mulheres encontrem dificuldades para enfrentar além da dimensão econômica da pobreza, as dimensões social, política e cultural. O agir humano através da racionalidade individualista que busca sempre a maximização dos interesses individuais em detrimento aos coletivos contribui providencialmente para o aumento das desigualdades e da pobreza (AVILA, 2014).

Essa racionalidade que busca acumular e não compartilhar, entre outras tantas causas, contribui para que enquanto poucas pessoas acumulem um expressivo percentual das riquezas do mundo, muitas outras enfrentem verdadeiras batalhas diárias atrás de uma vida digna. Outras lógicas, como as apresentadas no capítulo 3, ainda que operem através de alguma moeda, como nos casos das experiências com moedas sociais, ampliam o nível de percepção e, de prática em prática, de experiência em experiência, mostram que pode estar no apoio mútuo entre indivíduos e coletividades um dos caminhos para o enfrentamento da pobreza.

Já apresentou-se, na seção anterior, os significados da economia solidária para as mulheres do Grupo 1 e se pôde constatar que estão bastante alinhados com a literatura da área. Antes de iniciar com a análise das possibilidades da economia solidária à superação da pobreza multidimensional, o Quadro 10 mostra outras informações apontadas pelas entrevistadas sobre suas rotinas laborais.

Quadro 10 - Cotidiano de trabalho na economia solidária

Entrevistada:	Ocupação principal:	Horas trabalhadas por semana:	Renda média mensal:	Como trabalha:
ES 1	Produção	20 horas	R\$ 400,00	Em equipe
ES 2	Produção	12 horas	R\$ 500,00	Com a família / Em equipe
ES 3	Produção	10 horas	R\$ 500,00	Individualmente
ES 4	Produção	40 horas	R\$ 600,00	Individualmente
ES 5	Produção	30 horas	R\$ 200,00	Individualmente

Fonte: Elaborado pelo autor.

Três pontos chamam a atenção. Primeiro, a flexibilização da carga horária semanal trabalhada se comparado com o padrão da economia tradicional brasileira, que é de 44 horas semanais; e a impossibilidade de associar ao maior número de horas o maior rendimento, já que a ES 3, mesmo trabalhando apenas 10 horas semanais percebe um rendimento muito próximo ao da ES 4, que trabalha 40 horas. Em segundo lugar, a desigualdade que há entre os rendimentos de cada uma das mulheres, na qual os extremos se distanciam em R\$ 400,00. E, terceiro, o que já alertavam Asseburg e Gaiger (2007), em relação a diferença quanto ao grau de socialização entre as diferentes atividades fins de cada EES.

A ES 3, a ES 4 e a ES 5 trabalham individualmente, sendo que as três têm como atividade fim o artesanato. Enquanto a economia solidária preconiza princípios como coletividade, colaboração e solidariedade – que apareceram nas falas das mulheres do Grupo 1 quando perguntadas sobre o significado da economia solidária –, muitos dos trabalhadores do artesanato – se pôde constatar isso também a partir das observações realizadas nas reuniões do Fórum – acabam se juntando apenas para ter acesso as feiras de comercialização. Não há, nestes casos, apoio mútuo para compra coletiva de materiais, para planejamento das ações do EES e para produção dos produtos. Reside aí mais uma controvérsia entre o discurso coletivo do movimento e a prática cotidiana dos trabalhadores.

Quadro 11 - Economia solidária e pobreza - Dimensão Econômica (1)

Entrevistada:	A economia solidária proporciona possibilidade de autonomia financeira?
ES 1	Não, porque a matéria-prima tá muito cara, né?! E daí então, a gente tem mais gasto do que mesmo... E isso aí é uma coisa que se a gente faz hoje, amanhã ou depois, a gente não pode guardar, né?! Então a gente tem muito prejuízo, tem muito gasto, com certeza.
ES 2	Não. Ai, tipo assim, como eu que faço tratamento, venho dois, três, quatro dias na semana, de repente se fosse mais parelho, até, né?! Até de repente daria, depende quantia de pessoas que tem na casa também.
ES 3	Não. Eu acho que ter mais feiras e mais locais de, no caso, locais fixos, sabe? Como tem lá no Trensurb, mas o espaço é muito pequeno. Então, pelo tanto, olha o tanto de pessoas que tem.
ES 4	Sinceramente, não.
ES 5	Olha, não vou dizer que sim, porque as vezes eu vendo bem, que nem no natal e dia das mães, mas nesse local que nós estamos não tem como dizer assim, ai vou viver disso ali, mas ela dá.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pode-se perceber no Quadro 11 que as mulheres demonstram alguma expectativa de ter na economia solidária sua fonte de autonomia financeira. Entretanto, como mostram Asseburg e Gaiger (2007), o fator baixa produtividade, aliado ao fator baixo rendimento e, conseqüentemente, pouco retorno para reinvestimento do EES, faz com que aconteça uma certa estagnação econômica, em uma espécie de movimento de *looping* sem perspectiva de saída para os trabalhadores. A baixa carga horária é uma necessidade para parte das mulheres, para que possam dar conta de outras questões de suas vidas; com isso, o rendimento é pouco e impossibilita, em alguns casos, que sequer o EES tenha alguma sobra ao final dos períodos. Essa negativa quanto à possibilidade de autonomia financeira apresentada pelas mulheres do Grupo 1 é reflexo disso.

Quadro 12 - Economia solidária e pobreza - Dimensão Econômica (2)

Entrevistada:	Após tua entrada na economia solidária, percebeste melhoras financeiras?
ES 1	Não.
ES 2	Sim, imagina?! A gente aprende um monte também.
ES 3	Sim. Dia das mães e natal é as feiras que a gente mais vende, né?! Então, aquela coisa de final de ano de tu comprar roupa, pagar conta, dia das mães também, de tu botar tuas contas em dia, enfim, mais em relação a isso.
ES 4	Com certeza. Tirando esse último ano aí, de 2015, que as feiras enfraqueceram bastante... Numa feira a gente consegue comprar um móvel novo pra dentro de casa, consegue até fazer uma reserva. Porque assim, lá em casa a gente trabalha assim...
ES 5	Sim, eu adquiri algumas coisas, que nem comprar uma máquina de costura, paguei com artesanato. E coisas pra casa, né?! Que eu não dependia de patrão pra me pagar. Isso aí!

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como é possível perceber no Quadro 12, com exceção da ES 1, todas as demais entrevistadas apontam melhorias financeiras depois de entrarem para a economia solidária, mas, ao mesmo tempo, não consideram que ela proporcione autonomia financeira. Por isso, é preciso ter cuidado com esse entusiasmo percebido por vezes em suas falas, já que não se tem conhecimento de seus contextos antes de suas experiências na economia solidária, que poderiam ser de pobreza extrema e condições de profunda vulnerabilidade, nas quais toda melhoria pode representar muito.

A respeito desta possibilidade de incremento financeiro após a entrada das mulheres à economia solidária, é preciso considerar pelo menos duas questões importantes. Primeiro, se trata de uma amostra pequena, na qual o objetivo da pesquisa é captar elementos qualitativos. Contudo, reside aí uma importante limitação: não podem ser feitas constatações ampliadas de tendências. Em segundo lugar e confirmando a precaução sinalizada acima está o fato de que, conforme mostra Kuyven (2016), dados do II Mapeamento da Economia Solidária no Brasil apontam que as mulheres de baixa escolaridade, em geral o caso das mulheres do Grupo 1, que declaram como principal atividade econômica o trabalho exercido nos EES em que participam, geram uma renda mensal média de 900 reais, renda maior que a de todas as mulheres desse grupo. Sendo assim, importa destacar, mais uma vez, o caráter qualitativo da análise aqui realizada.

Quadro 13 - Economia solidária e pobreza - Dimensão Social

Entrevistada:	Após tua entrada na economia solidária, percebeste melhoras em tuas relações interpessoais (família/amigos/vizinhança)?
ES 1	Tô mais distante deles, né?! Eu sou só visita. Porque eu trabalho na segunda na produção, né?! Vou pra lá de manhã, volto de noite. Aí na terça, às vezes, eu trabalho na terça, porque tem produção lá pra Porto Alegre. Aí é muito difícil, né?!
ES 2	Sim, bem mais amizade, mais...
ES 3	Não.
ES 4	Ah, eu acredito que sim, a gente se entrosa mais, tu acaba vendo que aqui um precisa do outro, né?! Se tu botar uma banca sozinha no centro dificilmente tu vai vender o que tu venderia com toda feira, né?! É um conjunto, uma colaboração.
ES 5	Sim, porque eu conheço muitas pessoas e eu me dou muito bem com todas, nunca tive problema nenhum com ninguém. Graças a Deus me relaciono bem.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A dimensão social da pobreza caracteriza-se pela falta de acesso às políticas e serviços e à fragilização de laços sociais e de pertencimento (FERRARINI, 2011). Apenas a ES 1 e a ES 4 apontam que depois de entrarem na economia solidária tiveram acesso a mais serviços públicos e informações sobre direitos sociais, ao participarem do projeto Prefeitura na Rua. Se trata de um importante avanço no sentido de um maior acesso a informações sobre serviços e direitos e, além disso, se trata também de um primeiro contato com a ideia de participação social para essas mulheres, já que o Prefeitura da Rua é um projeto que coloca lado a lado os

maiores representantes do nível municipal (prefeito e vice) com a população em geral e tudo isso acontece nas próprias comunidades. Não há como inferir a eficiência dessa participação, mas ela acontece, já que a sociedade civil consegue expressar suas demandas de forma direta ao poder executivo.

Quanto aos laços sociais e possibilidade de ampliação e fortalecimento deles, as cinco mulheres do Grupo 1 dividiram suas opiniões. Por um lado, a ES 1 e a ES 3 acreditam que não houve avanço algum nesta dimensão e, inclusive, a ES 1 expõe que houve retrocesso, já que em função do trabalho na economia solidária ela acaba estando mais longe da família. Importa destacar que ES 1 revelou trabalhar 20 horas semanais no seu EES, logo, se ela trabalhasse na economia tradicional, com carteira assinada em uma empresa privada, por exemplo, esse problema do afastamento da família seria ampliado, já que, em geral, a carga horária dos contratos de trabalho na economia tradicional é de 44 horas semanais. Por outro, a ES 2, a ES 4 e a ES 5 pensam de forma distinta, para elas, houve avanços significativos nesta dimensão. Destaca-se os avanços relacionados à coletividade e à importância das relações sociais nas falas destas três entrevistadas, características presentes no conceito de economia solidária (GAIGER; LAVILLE, 2009).

Quadro 14 - Economia solidária e pobreza - Dimensão Política

Entrevistada:	Após tua entrada na economia solidária houve ampliação da tua atuação política (envolvimento com causas da comunidade/participação em movimentos sociais/contato com políticas públicas)?
ES 1	Não.
ES 2	Não.
ES 3	Sim, eu tô no conselho regional. É que como eu to iniciando essa caminhada aí, né?! Então, pra mim é tudo novo e eu tenho que...
ES 4	Não.
ES 5	Não, continuou sempre na mesma.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A dimensão política ficou bastante marcada pela distância do que se viu durante as idas ao Fórum Canoense de Economia Popular Solidária e as respostas das mulheres do Grupo 1. Há uma certa naturalidade nessa distância percebida por dois motivos. Primeiro, porque nenhuma das cinco entrevistadas ocupa cargos de liderança nem nos seus EES, nem na coordenação do Fórum. E, segundo, porque “a desigualdade do poder em nossa sociedade manifesta-se nas instâncias da vida cotidiana e nas diferenças de reconhecimento e efetivação de direitos e participação cidadã” (ASSEBURG; GAIGER, 2007), estando as experiências de

economia solidária no bojo dessas instâncias da vida cotidiana, para as mulheres do Grupo 1, que, então, estão sujeitas as barreiras que impedem a ascendência política dos sujeitos.

A única entrevistada que apresentou qualquer alteração na dimensão política foi a ES 3 que, antes de entrar na economia solidária não havia vivenciado nenhum envolvimento político – nem em movimento sociais e comunitários – e na economia solidária (na data da entrevista) era representante do eixo artesanato no Fórum Regional de Economia Solidária e suplente no Conselho Estadual de Economia Solidária. Foram avanços importantes para ela.

O trabalho de observação durante as reuniões do Fórum Canoense de Economia Popular Solidária foram importantes por dois motivos. Primeiro, porque pôde-se dividir os esforços com outro pesquisador, Eduardo Enrique Aguilar. Foram momentos de grande crescimento e que possibilitaram reflexões, certamente, mais profundas por terem sido construídas “a quatro mãos”. Em segundo lugar, porque Aguilar (2016) sistematizou grande parte dos dados coletados conjuntamente nas reuniões do Fórum e, a partir de suas contribuições e das análises dos dados coletados através das observações feitas pelo autor deste estudo, considera-se o Fórum como um importante espaço de crescimento (pessoal e coletivo) no campo político. O Fórum apresenta, pelo menos, cinco dimensões que se relacionam com a pobreza em sua perspectiva política.

Em síntese, o Fórum é atualmente um espaço multi-função no campo político: (i) é um espaço organizacional do movimento, onde são produzidas desde regras a planejamentos futuros; (ii) é um lugar de tomada de decisão, pois as decisões são tomadas de acordo com as demandas apresentadas; (iii) é um espaço para a educação informal, porque elas estão reproduzindo discursos e práticas no âmbito dos princípios da economia solidária; (iv) as reuniões do Fórum são também momentos de contato com os gestores públicos da prefeitura; (v) e o Fórum é um espaço em disputa entre as diferentes correntes locais do movimento de economia solidária (AGUILAR, 2016).

Considerando a contribuição de Ferrarini (2011) em relação à dimensão política da pobreza, que estaria ligada a: desconhecimento dos direitos; limitação de exercício do poder; falta de articulação / mobilização de forças populares; tutela / dependência do Estado; *déficit* de participação cidadã, pode-se dizer que, em alguma medida, o Fórum contribui se apresentando como espaço de promoção de todas elas. A grande questão está no fato de que as mulheres que não ocupam cargos de liderança em seus EES acabam não participando das reuniões do Fórum, o que causa uma grande distância entre quem frequenta e quem não frequenta aquele espaço.

Há uma tendência patente de que as mulheres que não apresentam a característica liderança, ou que não são estimuladas a desenvolvê-la, acabam não participando das reuniões do Fórum e, desta forma, não avançam em um sentido de maior participação política dentro do próprio movimento de que fazem parte. Ou seja, se, por um lado, o movimento de economia solidária é um movimento amplamente politizado em suas várias instâncias e que conseguiu se utilizar da abertura do Estado brasileiro à participação da sociedade civil nos últimos 13 anos (OLIVEIRA, *no prelo*), do outro lado, internamente, esta controvérsia é real. Mesmo tratando-se de uma amostra pequena, essa tendência precisa ser considerada pela importância que se dá no próprio movimento para a participação democrática, mas que, como se percebe, não acontece em nível de igualdade. As mulheres entrevistadas, beneficiárias do PBF, não participam politicamente como as que frequentam o Fórum.

Há outro elemento importante a ser considerado como causa da baixa participação e crescimento político das mulheres entrevistadas, que é a urgência que elas apresentam para manter suas subsistências. É difícil imaginar que com todos os desafios encontrados por elas para garantir suas necessidades básicas, como a própria alimentação, por exemplo, elas encontrem forças e motivação para participar ativamente das reuniões do Fórum e do envolvimento político proporcionado por ele.

Quadro 15 - Economia solidária e pobreza - Dimensão Cultural

Entrevistada:	Após a entrada na ES, houve mudanças em tua vida, do ponto de vista cultural (resgate de origens e história/envolvimento ou apoio com produção de cultura local/consumo de cinema-teatro-shows musicais)?
ES 1	Não.
ES 2	Não.
ES 3	Não.
ES 4	Não.
ES 5	Não.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para a dimensão cultural da pobreza, as mulheres do Grupo 1 não consideram que a economia solidária proporcione qualquer tipo de avanço. Como se vê no Quadro 15, nenhuma das entrevistadas responde de forma positiva, para todas elas, nada se alterou neste campo. As entrevistadas sequer deixaram margens para qualquer aprofundamento nesta questão.

Em um balanço do que representa a economia solidária e sua potencial contribuição ao enfrentamento e superação da pobreza a partir do que disseram as mulheres entrevistadas do

Grupo 1, pode-se dizer que seu papel acaba sendo o de um coadjuvante. Não há consenso nas falas das mulheres em nenhuma das dimensões da pobreza, das quais a que mais apresentou perspectivas de avanço de uma condição de pobreza para uma vida digna foi a dimensão econômica. Entende-se isso como natural, já que a dimensão econômica é a mais fácil de se medir e de se incluir socialmente, considerando a racionalidade dominante da economia de mercado. Souza (2009), ao falar do imbricamento das desigualdades material e imaterial, deixa claro que uma influencia na outra aumentando ou reduzindo o quadro geral. Com a pobreza não é diferente, ou seja, qualquer avanço em uma das dimensões acaba refletindo nas demais e a economia solidária, por estar fundamentalmente apoiada em valores econômicos contra-hegemônicos, se mostra como um lugar propício para se alcançar esses avanços. Entretanto, é preciso ainda muito se avançar.

Até aqui as atenções estavam orientadas para a tentativa de compreensão dos efeitos da economia solidária na trajetória de enfrentando da pobreza multidimensional das cinco mulheres do Grupo 1. Perguntou-se, ainda neste esforço, se elas consideravam a economia solidária um espaço que tem por característica o acolhimento aos pobres. Todas as cinco entrevistadas do Grupo 1 foram objetivas ao dizer que sim e duas comentaram suas respostas. ES 2: *“Eu acho que sim. Sim, imagina?! A minha filha... O marido dela é desempregado, no caso não tinha tarefa pra ele, mas teve pra ela.”*; ES 5: *“Sim, porque geralmente a pessoa quando não tem, vem procurar uma ajuda, se pode participar, né?! A gente podendo acolher, né?! A gente manda elas irem na reunião, ver se são aceitas pra participar. A gente incentiva as pessoas a fazer novos grupos, né?!”*.

Kuyven (2016), em pesquisa que buscou compreender os efeitos da economia solidária sobre a redução da pobreza no Brasil, descobriu que quanto maior o grau de vulnerabilidade social de um sujeito, maior é a possibilidade de ele encontrar na economia solidária uma alternativa de trabalho e geração de renda, se comparada à economia solidária com a economia tradicional, de mercado. É difícil de relacionar sua descoberta com as visões das mulheres entrevistadas sobre essa questão, são constatações paralelas, mas que, apesar disso, se complementam.

6.2.1 E o que dizem as lideranças

Como já antecipado no Quadro 3 e na abertura desta seção, foram entrevistas também duas lideranças do movimento de economia solidária de Canoas, a LES 1 e a LES 2. As duas são militantes do movimento e são sócias de EES, o EES 1 e o EES 2, respectivamente.

Ambas ocupam cargos de liderança dentro de seus EES e já estiveram à frente da coordenação do Fórum, assim como representando o movimento de economia solidária de Canoas em instâncias regional, estadual e nacional. Apresentar-se-ão suas visões sobre o sentido da economia solidária em relação ao acolhimento de pessoas em situação de pobreza.

Quadro 16 - Economia solidária e pobreza - Lideranças da Economia Solidária de Canoas

Entrevistada:	Como tu percebe a relação economia solidária e pobreza, acha que a economia solidária é um espaço capaz de acolher os pobres?
LES 1	<p>As pessoas que não tem realmente aquela identidade, elas não conseguem enxergar isso [a economia solidária fazendo parte das políticas de assistência social], ou até elas enxergam assim: ah, a economia solidária não é lugar pra pobre! Eu já cansei de ver isso. Ela não veio dos pobres, mas na verdade ela vem resgatar, quando ela começa, ela vem exatamente dos excluídos, mas já tem pessoas que não acham. É que a gente não pode olhar isso assim [a economia solidária ser ou não ser lugar de pobres], a gente tem que olhar esse caso, o processo produtivo, como algo que não... Ele é a favor, ele apoia aquelas pessoas, mas ele não diz que elas precisam ser tratadas como coitadinhas, que não tem capacidade. Ao contrário, a economia solidária vai mostrar que ele tem, sim, capacidade. Então, eu acho que as duas ideias se encaixam, tanto a do desenvolvimento social que hoje tem toda uma mudança, né?! Porque antes era totalmente assistencialista, né?! Hoje tem toda uma mudança lá e se encaixa muito nas ideias que a gente quer trabalhar, então, de forma conjunta eu acho que a economia solidária poderia avançar ainda mais.</p>
LES 2	<p>Sim. Eu acho que a única que tem... A única que tem essa capacidade de organização de fazer sair [da pobreza], é a economia solidária. Porque nós aqui, nós começamos nisso aqui sem nenhum centavo, eu nunca botei um centavo meu, é claro, botei meu trabalho, né?! Mas vamos dizer assim, eu não tinha um grande capital... É como todo mundo fala: eu tenho que ter um capital grande pra montar uma loja, pra montar qualquer coisa, né?! Vai dizer que não é assim? Nós ali em um dia montamos uma loja, porque cada um leva um produto e bota ali junto e sai vendendo. Nós não precisamos de nenhum centavo, se derem um espaço pra nós ali no centro, em um dia nós montamos a loja, cada um traz um produto, que nem nós aqui em Canoas temos quarenta grupos, cada um leva um pouquinho... É a organização, nós começamos com nada, mas aí começamos a fazer projetos, que nem, nós temos tudo isso aqui só de projetos, né?! Aí hoje tu coloca nesses espaços... Nós aqui teríamos uma capacidade muito maior de</p>

	produção, só que não tem gente. Por exemplo, essa outra cozinha tá parada porque não tem gente.
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como se pode perceber analisando as respostas das duas lideranças do movimento de economia solidária de Canoas, ambas concordam que suas experiências de trabalho poderiam acolher pessoas em situação de pobreza, se apresentando como uma alternativa de geração de renda para elas. Esta perspectiva das entrevistadas não é uma simples tendência, basta analisar os dados do II Mapeamento da Economia Solidária no Brasil que mostra que 51% dos EES contam com uma ou mais sócias que são beneficiárias do PBF e também, em caráter mais conceitual, com as contribuições de Veronese (2009b), Santos (2002) e Asseburg e Gaiger (2007), que apontam para a mesma constatação. A LES 1 ainda expõe o fato de que algumas pessoas (ela não especifica quem) podem entender que a economia solidária não seria lugar para os pobres, mas ela discorda e resgata as origens do movimento, lembrando que se trata de um movimento que surgiu dos pobres, dos excluídos.

A economia solidária não é um projeto pronto, como nenhum projeto político ou de sociedade se mostrou ser até hoje, portanto, é encarada aqui como um campo com muitas contradições. Enquanto uns preferem destacar o caráter emancipatório da economia solidária, que poderia ser encarada como um projeto político que busca a organização necessária para alcançar a emancipação social ou o socialismo (OLIVEIRA, 2005; SINGER, 2002), outros destacam que a economia solidária pode ser um projeto a operar paralelamente ao sistema capitalista contribuindo para o combate à pobreza (SANTOS, 2002; VERONESE, 2009b; ASSEBURG; GAIGER, 2007), como destacam as mulheres entrevistadas do Grupo 1 e as do Grupo 4. Em meio a essas duas visões que, em verdade, não deixam de se complementar, a realidade mostra que a economia solidária acontece de fato e diariamente cidadãos são expostos às experiências reais desta outra forma de economia.

Se é um projeto político, acabaria por acolher todas as pessoas interessadas em fortalecer esse projeto, sejam elas pobres ou não. Se é um lugar que contribui para a superação da pobreza, da mesma maneira acabaria por acolher os pobres que, a rigor, não encontram encaixe no sistema capitalista. Essas teses se confirmam já que, não é demais reforçar, 51% dos EES contam com uma ou mais sócias que são beneficiárias do PBF e que 23% do total de sócios de EES são atingidos direta ou indiretamente pelo PBF no Brasil.

Por fim, destaca-se que por mais que os efeitos da economia solidária para a superação da pobreza na vida das mulheres do Grupo 1 não sejam efeitos de larga escala, é perceptível

que essas mulheres vivem e reproduzem em seus cotidianos uma outra racionalidade em relação a ação humana em sua dimensão econômica. Se os efeitos reais encontrados à superação da pobreza multidimensional não merecem grande destaque, essa experimentação de uma outra racionalidade econômica, que transcende da razão do *homo economicus* para uma razão econômica plural, precisa ser considerada como um efeito que acaba por influenciar indiretamente nas quatro dimensões da pobreza. Não se supera a pobreza em perspectiva multidimensional com a racionalidade da economia formal e as experiências de economia solidária comprovam, na prática, que essa transformação é possível, seja para os pobres, como é o foco aqui, seja para os não pobres.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo que norteou as ações desta pesquisa foi o de analisar a economia solidária como possibilidade de superação da pobreza de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, no município de Canoas – RS, considerando os efeitos multidimensionais da atividade econômica e as estratégias governamentais acionadas pela política de assistência social. Para se alcançar tal objetivo, perguntou-se: quais as convergências das ações de inclusão produtiva com as experiências e a política de economia solidária e qual a função das ações de inclusão produtiva através da economia solidária na trajetória de vida de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família para a superação da pobreza em perspectiva multidimensional?

A etapa exploratória da pesquisa, que contou com pesquisas bibliográfica e documental, foi determinante para que pudessem ser definidas e compreendidas as categorias necessárias para se ter solidez no posterior tratamento e interpretação dos dados coletados na fase de campo. Remontar o histórico do desenvolvimento do capitalismo também foi uma necessidade, porque para compreender as consequências desse sistema econômico e social, é preciso, antes, compreender como ele se constituiu, quais são as visões filosóficas relacionadas a racionalidade humana e de concepção de mundo que o sustentam.

Pôde-se identificar que o capitalismo é um sistema que produz, historicamente, desigualdades, pobreza e destruição ambiental. Com o passar dos anos e o desenvolvimento deste sistema, desde sua fase mercantil até a atual pós-industrial, muitas transformações aconteceram no mundo, nas quais, mesmo causando consequências destrutivas à humanidade e à natureza, ia se consolidando, no campo da economia formal e para o senso comum, a visão de que essas consequências estavam imbricadas com uma naturalidade humana: o agir orientado pelo conceito de *homo economicus*. Aliado a isso estava o avanço dos mercados, potencializado pela globalização que fortalecia a perspectiva de uma única racionalidade possível em relação às trocas econômicas e essa racionalidade era a da economia de mercado.

Contudo, como se pôde constatar, outras formas de se relacionar na economia existem, mas elas são invisibilizadas pela hegemonia do conceito de *homo economicus* e pelas práticas da economia de mercado. É neste contexto que aparece a economia solidária como um fenômeno que expressa essa outra forma de economia possível. Enquanto o *homo economicus* é um ser totalmente racional, que maximiza sempre o interesse individual através do cálculo menor esforço *versus* maior benefício e enquanto na economia de mercado não há confiança e não se percebem vínculos sociais fortes, na economia solidária o interesse privilegiado é o

coletivo e qualquer troca econômica é, antes de mais nada, uma troca que considera os vínculos sociais e o respeito à natureza. Enquanto na visão hegemônica a dimensão econômica da vida humana está totalmente fragmentada das relações sociais e da relação com a natureza, na economia solidária se percebe uma espécie de religamento, de reconexão da vida humana nestas três dimensões.

Optou-se por utilizar o conceito de pobreza multidimensional por, justamente, se entender que se há outras dimensões que se imbricam na econômica no que tange a vida humana em sua integralidade, a pobreza também não pode ser compreendida e medida apenas pela sua dimensão econômica. Aceita-se que há consenso do determinismo do agir econômico de mercado sobre os demais, assim como há um determinismo da dimensão econômica da pobreza sobre os demais. Contudo, não se trata, na verdade, de um consenso construído, mas sim, um consenso instituído. Primeiro, porque os teóricos da economia formal, sustentados pelos conceitos do *homo economicus* e da economia de mercado, sequer reconhecem as outras formas de agir econômico e a obra de Karl Polanyi.

Por segundo, assim como a economia está para além da visão determinista e reducionista de ser economia somente o que se vê e faz no mercado, a pobreza está para além da perspectiva econômica, expressando-se também na dimensões política, cultural e social. A compreensão reducionista da pobreza como um problema unicamente econômico, um determinismo economicista, só faz ampliar cada vez mais as dificuldades e as barreiras impostas às famílias pobres. Por mais lento e gradual que sejam os avanços nos campos político, social e cultural – no campo econômico também se tratam de avanços lentos – no horizonte da superação da pobreza, eles precisam ser encarados de frente, já que o imbricamento de uma dimensão nas outras maximiza o problema. Negar a existência de tal multidimensionalidade, então, exclui qualquer expectativa de solução.

O que essas visões sobre a vida humana e seus desdobramentos não reconhecem, também, é que as outras formas de agir na economia têm efeitos muito próximos aos do comportamento econômico do mercado quando a questão posta é o enfrentamento da pobreza multidimensional. É claro que, para enfrentar a pobreza em perspectiva única, a econômica, os resultados do agir econômico de mercado – causados pela maximização do interesse individual tendo como meio a acumulação de capital – dariam conta de contribuir positivamente, mas é quando se aceita que a pobreza não é somente econômica que a economia de mercado encontra seu limite, já que ela não contribui para qualquer avanço que esteja para além do aspecto financeiro.

Neste longo contexto, o Estado brasileiro passa, a partir de 2011 com o BSM, a considerar a economia solidária nas suas estratégias de enfrentamento à pobreza. O BSM foi dividido em três eixos, nos quais um se preocupa com a garantia de renda básica, outro com o acesso à serviços e o outro com a inclusão produtiva. Dentro do eixo da inclusão produtiva, entre outras ações, aparece a economia solidária como uma possibilidade de inclusão das populações pobres e sem emprego no mundo do trabalho. O BSM é um plano do MDS e no nível municipal, em Canoas, é operacionalizado pela SMDS. No que se refere as ações de inclusão produtiva dentro do BSM, o acesso aos usuários da assistência social se dá através do ACESSUAS e dos diferentes projetos realizados pela SMDS. Para se chegar aos resultados já apresentados, o autor precisou se deslocar do nível bibliográfico/documental para adentrar no universo empírico da pesquisa.

Um importante passo dado para responder a questão de pesquisa e para se alcançar o objetivo proposto neste estudo, foi a inserção prévia do pesquisador no campo pesquisado. Essa inserção foi possibilitada pela sua vinculação na pesquisa sobre inclusão produtiva coordenada pela professora e pesquisadora Adriane Vieira Ferrarini, da UNISINOS; e pela sua vinculação no grupo ECOSOL, que permitiu a ele participar da aplicação da pesquisa do Projeto ICSEM, coordenada pelos professores do Grupo ECOSOL. Tais inserções contribuíram desde o projeto de pesquisa até a sua conclusão.

Essa inserção prévia foi seguida por diversas idas ao campo com o pressuposto específico de alcançar o objetivo proposto e de responder a questão de pesquisa. Importa retomar os limites encontrados durante a inserção no campo. O fato de apenas cinco mulheres simultaneamente sócias de EES e beneficiárias do PBF fizeram com que a estratégia de coleta de dados se alterasse. Entende-se que mesmo se tratando de um limite imprevisto, a mudança de estratégia foi positiva, já que possibilitou uma ampla diversificação do universo empírico. Além disso, o fato de dessas cinco mulheres apenas uma ter chegado à economia solidária após sua alocação nas políticas de assistência social também foi considerada como um limite encontrado. Contudo, as observações e entrevistas realizadas com os quatro grupos de mulheres, a posterior sistematização dos dados coletados e a apresentação e interpretação deles possibilitam algumas conclusões acerca do objetivo e da questão de pesquisa, quais sejam:

- A gestão pública enfrenta sérias dificuldades para se articular entre secretarias e, conseqüentemente, entre as políticas de assistência social e as políticas e experiências de economia solidária. Ficou claro na fala das assistentes sociais, na condição de “braço” do Estado, que, mesmo estando na política nacional de assistência social

desde 2011, a interação entre a proteção básica e a economia solidária simplesmente não acontece. Faltam tanto diálogos entre as gestões da SMDS e da SMDE, como formações para os profissionais das entidades do Terceiro Setor sobre os objetivos e diretrizes da inclusão produtiva. Sem um grande salto no sentido de uma transformação das ações de inclusão produtiva em ações intersetoriais de fato, que agreguem desde as diferentes secretarias municipais envolvidas com a promoção das pessoas em situação de vulnerabilidade social, que passe pelas organizações da sociedade civil que prestam serviços socioeconômicos para a prefeitura, chegando até os usuários das políticas de assistência social, dificilmente haverá avanços nessa demanda;

- No contexto da conclusão anterior, a economia solidária encontra grandes barreiras para se consolidar como uma alternativa para o enfrentamento da pobreza. As mulheres entrevistadas que participam dos projetos de geração de trabalho e renda, por exemplo, desconhecem a economia solidária, não recebem qualquer tipo de orientação sobre esta possibilidade de inserção no trabalho. Falta um elo que conecte conceitos, práticas e políticas. Não há nenhuma ação da SMDS – o ACESSUAS, por exemplo, não apresenta nenhum dispositivo que encaminhe as beneficiárias do PBF à economia solidária – nem da SMDE que ligue essas duas realidades;
- O conceito de economia solidária é experienciado na prática pelas mulheres que participam desses projetos, mas não é absorvido. Não é culpa delas essa não absorção, mas do conjunto de causas como se está apresentando. Para o caso da Entidade 1, por exemplo, existe todo um leque de práticas que acontecem sustentadas pela racionalidade econômica plural. Entretanto, não há sensibilização e incentivo para que as mulheres ascendam da condição de usuárias do projeto de geração de trabalho e renda para a realidade de sócia de um EES. Isso se comprova tanto pela fala da AS 2 sobre essa questão, como pela fala das lideranças da economia solidária, quanto pela literatura de inclusão produtiva acessada: falta uma rede que ligue os pontos, que seja dialógica e intersetorial;
- A economia solidária se expressa, na prática, de forma muito aproximada com o que se encontra na literatura sobre o tema. Ficou perceptível nas falas das mulheres que suas trajetórias na economia solidária são marcadas por solidariedade, companheirismo, coletividade e cooperação. Entretanto, se perceberam importantes variações de concepções sobre os significados da economia solidária e sobre a possibilidade de ela contribuir para a superação da pobreza. Essa variação ficou

marcada pelas diferentes formas de ver a economia solidária encontradas nas falas das lideranças do movimento, de um lado, e das trabalhadoras, do outro;

- A economia solidária aparece com uma função complementar no desafio da superação da pobreza multidimensional na trajetória de vida das mulheres entrevistadas. São poucos os avanços percebidos para as quatro dimensões da pobreza investigadas. Assim como na conclusão anterior, aqui também foram encontradas diferenças nas respostas das mulheres. Contudo, não se percebeu na fala de nenhuma delas melhoras significativas quando a questão girava em torno das diferenças percebidas nas dimensões econômica, social, política e cultural para o antes e o depois de suas entradas na economia solidária. Destaca-se que, se houvesse interação e avanços intersetoriais entre as políticas de assistência social e as experiências de economia solidária, no nível local, a tendência de os efeitos serem maximizados seria patente, porque poderiam ser implementadas ações desde a criação de incubadoras públicas que fizessem a ligação entre o público da assistência social e a realidade dos EES, além do próprio fortalecimento destes;

- Das quatro dimensões, apesar de, em geral, os rendimentos mensais alcançados pelas mulheres estarem muito abaixo do considerado ideal no Brasil, a que merece maior atenção é a econômica. Contudo, antes de aprofundar-se nesta dimensão, importa dizer que foi comum as mulheres sinalizarem avanços ligados a socialização, auto-estima, melhoras na saúde, entre outros aspectos, depois de ingressarem na economia solidária. Já para o caso da dimensão econômica, em específico, mesmo as mulheres não considerando que a economia solidária proporciona autonomia financeira, a ampla maioria conseguiu apontar melhoras após a entrada no movimento. Atribui-se esse destaque à dimensão econômica, além da perspectiva prática – as mulheres realmente perceberam suas rendas aumentarem – ao determinismo do agir econômico de mercado e a racionalidade do *homo economicus* como conceitos naturalizados e hegemônicos. Como a economia solidária opera de forma paralela ao capitalismo, reintegrar as dimensões da vida humana, ampliando as formas de se ver a economia e a pobreza é um grande desafio, mesmo para quem vive esta realidade contra-hegemônica cotidianamente.

Por fim, considera-se importante se posicionar sobre dois debates discutidos ao longo deste trabalho. Primeiro, considera-se que a inclusão produtiva deva ser encarada pela assistência social como mais um direito que possam lançar mão as populações pobres. Não se trata de empurrar os usuários para fora da assistência social, de orientá-los a deixar de utilizar

um direito conquistado, mas de compreender a complexidade e interdisciplinaridade do problema da pobreza. Enxergar a inclusão produtiva como um meio para uma vida digna e decente como fim, não parece uma tentativa de retirada de direitos. É claro, problemas complexos merecem soluções igualmente complexas e uma série de ações e de mudanças de pensar e agir aparecem no pano de fundo desse argumento.

Por segundo, entende-se que a economia solidária precisa ser, em curto prazo, encarada com seriedade como uma estratégia para superação da pobreza. Não se pode abrir mão do idealismo que esse movimento carrega como um projeto de uma outra sociedade possível. Contudo, como mostra sua história, as raízes da economia solidária encontram-se nos primeiros movimentos dos trabalhadores excluídos e explorados e, ao longo dos anos, ela sempre se reafirmou nesta condição. É preciso um equilíbrio entre o real e o ideal na atualidade, desta forma, entende-se que a economia solidária encontra uma dupla função social: uma estratégia de superação da pobreza, como meio; e um projeto de superação do capitalismo que busca uma sociedade mais justa e igual, como fim.

REFERÊNCIAS

- ABEP (2014). **Critérios de classificação econômica Brasil 2014**. Disponível em: < <http://www.abep.org/codigosConduatas.aspx>>. Acesso em: 21 abr. 2015.
- ACOSTA, Alberto (2012). **O Buen Vivir: Uma oportunidade de imaginar outro mundo**. In: STIFTUNG, Heinrich Böll. Um Campeão Visto de Perto: Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. Disponível em: < https://br.boell.org/sites/default/files/democracia_inside_a_champion_port_final.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.
- AGUILAR, E. (2016). **Producción social del territorio bajo la lógica económica solidaria: El caso del barrio de Guajuviras en Canoas, Rio Grande Del Sur, Brasil**. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. Tesis de Maestría. Disponível em: < <http://www.eco.buap.mx/aportes/tesis/mdeci/2016/aguilareduardo.pdf>>. Acesso em: 03 nov, 2016.
- AMÂNCIO, Júlia Moretto (2015). **Inclusão produtiva e assistência social: desafios da implementação a partir das experiências recentes do PRONATEC/BSM e do ACESSUAS/ Trabalho**. In: MONTAGNER, Paula; MULLER, Luis Herberto. Inclusão produtiva urbana: o que fez o PRONATEC/bolsa formação entre 2011 e 2014. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – N. 24. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.
- ASSEBURG, Hans Benno; GAIGER, Luiz Inácio (2007). **A Economia Solidária diante das Desigualdades**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, nº 3, p.499 a 533.
- ASSEBURG, Hans Benno; OGANDO, C. B. (2006). **A Economia Solidária no Rio Grande do Sul: resultados do primeiro mapeamento nacional. A perspectiva dos direitos humanos**. San José, UNESCO, 82p.
- AVILA, Róber Iturriet (2014). **Construção do *homo economicus* e a sua necessária desconstrução**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 309-336, dez. Disponível em: < <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2614>>. Acesso em: 18 out. 2016.
- BAUMAN, Zygmunt (2013). **Danos colaterais: Desigualdades sociais numa era global**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BEUREN, Ilse Maria (2006). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- BOURDIEU, Pierre (1997). **Compreender**. In: BOURDIEU, P. (org.). A miséria do mundo. Petrópolis-RJ: Vozes. p. 693-732.
- BRASIL (1993). Presidência da República. **Lei Orgânica de Assistência Social LOAS, 1993**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em: 07 dez. 2015.

_____ (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS**. Disponível em: <
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2015.

_____ (2005). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Sistema Único de Assistência Social SUAS**. Disponível em: <
<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/suas-sistema-unico-assistencia-social/suas-institucional>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

_____ (2011). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Brasil Sem Miséria BSM**. Disponível em: <
<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/o-que-e>>. Acesso em: 09 dez. 2015.

_____ (2015). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Programa Bolsa Família PBF**. Disponível em: <
<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 09 dez. 2015.

CAPELLA, Ana Cláudia N. (2007). **Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de Políticas Públicas**. In: Gilberto Hochman; Marta Arretche; Eduardo Marques. (Org.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

CATTANI, Antonio David; OLIVEIRA, Marcelo Ramos (orgs.) (2012). **A sociedade justa e seus inimigos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 184p.

CEPAL (2015). **Panorama Social da América Latina 2015**. Disponível em: <
<https://nacoesunidas.org/cepal-pobreza-teria-aumentado-na-america-latina-atingindo-175-milhoes-de-pessoas-em-2015/>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

CORAGGIO, J. L. (2002). **La Economía Social como vía para outro desarrollo social**. Disponível em: <
www.urbared.unqs.edu.ar>. Acesso em: 15 dez. 2015.

CORREA, Lara Cruz (2012). **Utilitarismo e moralidade**. Considerações sobre o indivíduo e o Estado. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 27 N° 79.

DEMO, Pedro (1995). **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas.

DIHL, Estelamaris de Barros (2015). **O Programa Bolsa Família como dispositivo para a inclusão produtiva: possibilidades e limites**. 111 p. Dissertação de mestrado apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

DOWBOR, Ladislau (2012). **Democracia econômica: alternativas de gestão social**. Disponível em: <
<http://dowbor.org/principais-livros/>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

FEE/RS (2013). **Censos Demográficos**. Disponível em: <
<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/populacao/censos-demograficos/>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

_____ (2015). **Em 2013, os municípios que mais cresceram foram impulsionados pela recuperação da seca e pelos bons preços da agropecuária.** Disponível em: < <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/destaques/>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

FERRARINI, Adriane Vieira (2008). **Pobreza:** possibilidades de construção de políticas emancipatórias. São Leopoldo: Oikos.

_____ (2011). **Multidimensionalidade da pobreza e a Integração de políticas:** concepções e metodologias para o desenvolvimento social. Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, v.12, n.101, p.48-72, ago/dez.

_____ (2013). **O ethos da inovação social no ambiente das lutas populares e da economia solidária.** Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 10 a 13 de setembro de 2013, Salvador (BA). Disponível em: < http://www.automacaodeeventos.com.br/sigeventos/sbs2013/inscricao/resumos/0001/PDF_tra_b-aceito-2531-1.pdf>. Acesso em 18 jan. 2016.

_____ (2016). **Inclusão produtiva na política de assistência social: *workfare* à brasileira ou ampliação de direitos?** Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs. Disponível em: < <http://www.anpocs.org/index.php/papers-40-encontro/st-10/st24-5/10388-inclusao-produtiva-na-politica-de-assistencia-social-workfare-a-brasileira-ou-ampliacao-de-direitos/file>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

FERRARINI, Adriane; VERONESE, Marília (2010). **Piracema:** uma metáfora para o microempreendedorismo associativo no Brasil. Outra Economia - Volumen IV - Nº 7 – 2º semestre, ISSN 1851-4715.

FERRARINI, Adriane; WALLAUER, Jéssica (2015). **Cartilha da Inclusão Produtiva em Canoas:** Acesso ao Trabalho, Emprego e Economia Solidária. São Leopoldo: Oikos.

FILHO, Paulo Roberto Araujo Cruz (2012). **As formas de comercialização na economia social e solidária e os princípios de comportamento econômico de Polanyi.** Outra Economia, 6(10):79-97, enero-junio 2012 by Unisinos - doi: 10.4013/otra.2012.610.07.

FOOTE-WHYTE, William (1980). **Treinando a observação participante.** In: GUIMARÃES, A. Z. Desvendando Mascaras Sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 45-66.

FUSCALDO, Bruna Muriel Huertas; URQUIDI, Vivian (2015). **O Buen Vivire os saberes ancestrais frente ao neo-extratativismo do século XXI.** POLIS – Revista Latinoamericana. Disponível em: < <https://polis.revues.org/10643>>. Acesso em: 10 out. 2016.

G1, Portal de Notícias (2014). **Diferenças entre definições de classes sociais no Brasil.** Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2013/08/veja-diferencas-entre-conceitos-que-definem-classes-sociais-no-brasil.html>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

GAIGER, Luiz Inácio (2003). **Empreendimentos Econômicos Solidários.** In: CATTANI, A. D. (org.). A Outra Economia. Porto Alegre, Veraz editores, p.135-143.

GAIGER, Luiz Inácio (coord.) (2014). **A Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos.

GAIGER, Luiz Inácio; LAVILLE, J.-L. (2009). **Economia Solidária**. In: CATTANI, A. D. (org.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra, Almedina/CES, p.162-168.

GIDDENS, Anthony (1991). **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP.

GIL, Antonio Carlos (1990). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas.

_____. (2002). **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas.

GODBOUT, Jacques (1998). **Introdução à dádiva**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 38, São Paulo, Out. 1998. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 25 mai. 2016.

_____. (1999). **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

HAGENAARS, A.; DE VOS, K. (1988). **The definition and measurement of poverty**. *The Journal of Human Resources*, v. 23, n. 2, p. 211-221, Spring.

HOBSBAWN, E. (1977). **A revolução Industrial**. In: *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 43-69.

IANNI, Octavio (1998). **As ciências sociais na época da globalização**. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. vol. 13 n. 37. São Paulo, Junho. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200002>. Acesso em: 10 fev. 2016.

IBGE (2016). **Rio Grande do Sul: Canoas**. Disponível em: <

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430460&search=rio-grande-do-sul>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

INSTITUTO CANOAS XXI (2011). **Informativo nº 3**. Disponível em: <

http://www.canoas.rs.gov.br/uploads/paginadinamica/18866/Informativo_Canoas_em_Dados_n3.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2016.

_____. (2012). **Canoas em Dados - 2ª Edição**. Disponível em: <

http://www.canoas.rs.gov.br/uploads/paginadinamica/15857/Canoas_em_Dados2012.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2016.

_____. (2014). **Canoas em Dados - 3ª Edição**. Disponível em: <

http://www.canoas.rs.gov.br/uploads/paginadinamica/378747/CANOAS_EM_DADOS_3.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2016.

IPEA (2013). **Comunicados do Ipea: Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE**. Nº 159. Disponível em: <

http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicado159.pdf
f>. Acesso em: 10 out. 2016.

KUYVEN, Patrícia Sorgatto (2016). **Efeitos da economia solidária sobre a geração de renda e a redução da pobreza: um estudo de dados nacionais**. 249 p. Tese de doutorado apresentada ao Doutorado em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

LAVILLE, J.-L.; GAIGER, Luiz Inácio (2009). **Economia Solidária**. In: CATTANI, A. D. (org.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina, p. 162-168.

LATOUCHE, Serje (2006). **O decrescimento como condição de uma sociedade convivial**. Cadernos IHU Idéias, Instituto Humanitas Unisinos, Ano 4 – Nº 56.

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso (2012). **Karl Polanyi e o “Grande Debate” entre substantivistas e formalistas na antropologia econômica**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 1 (44), p. 165-195, abr. Disponível em: <
<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642298/9772>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

MARX, Karl; ANGELS, F. (2003). **O manifesto comunista**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann.

MAUSS, Marcel (2003). **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify.

MDS (2016). **O Brasil sem Miséria no seu Município**. Disponível em: <
<http://brasilemmiseria.gov.br/municipios>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. F.; CASTRO, Fabio Avila (2014). **O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012**. (August 14). Available at SSRN:
<http://ssrn.com/abstract=2479685>.

MENDONÇA, Luiz Jorge V. Pessoa de (2009). **América Latina: da desigualdade social à desigualdade econômica**. *Argumentum*, Vitória, v. 1, n. 1, p. 78-91, jul./dez. Disponível em: <
<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/14/16>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

MONTAGNER, Paula; MULLER, Luiz Herberto (2015). **Inclusão produtiva urbana: o que fez o Pronatec / Bolsa Formação entre 2011 e 2014**. *Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate* 24.

NASCIMENTO, Sueli de (2010). **Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282010000100006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 nov. 2016.

OCDE (2014). **Série Melhores Políticas: fomentando o crescimento inclusivo da produtividade na América Latina**. Disponível em: <
<http://www.oecd.org/economy/fomentando-o-crescimento-inclusivo-da-produtividade-na-america-latina.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

OLIVEIRA, Gustavo Moura de (*no prelo*). **Entre o Estado e a sociedade civil: as instituições participativas e o movimento de economia solidária.** Cooperativismo y Desarrollo, Universidad Cooperativa de Colombia. ISSN 0120-7180/2382-4220.

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto (2005). **A economia social e solidária como alternativa de enfrentamento à pobreza.** II Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís-MA. Disponível em: < http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Luciana_Vargas_Netto_Oliveira294.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

ONU (2016). **1º Relatório de acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/onu-divulga-1o-relatorio-de-acompanhamento-dos-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

ORTH, Thiana; REIS, Patrícia L. A.; GUIMARÃES, Gleny T. D. (2013). **Inclusão Produtiva: um desafio à política de assistência social.** Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. Disponível em: < <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo10-desafiosedimensoescontemporaneasdodesenvolvimentoepoliticaspUBLICAS/inclusaoprodutivau mdesafioapoliticadeassistenciasocial.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

OWEN, Robert (1976). **Uma nova concepção de sociedade.** Braga/PT: Publicada pela Faculdade de Filosofia de Braga – Textos Filosóficos. (Introdução e Caracterização da época, p. 5-63).

PEREIRA, Potyara A. P (2016). **Política Social.** In: FERNANDES, Rosa M. C.; HELLMANN, Aline (orgs.). Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 320 p.

POLANYI, Karl (1978). **A nossa obsoleta mentalidade mercantil.** Revista trimestral de Histórias e Idéias, Aprontamento.

_____ (2000 [1944]). **A grande transformação.** As origens da nossa época. 2ª edição. Rio de Janeiro: Campus.

PNAS (2004). **Política Nacional de Assistência Social.** Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

PFREFEITURA DE CANOAS (2014). **Estado da Cidade: um retrato de Canoas.** Disponível em: < <http://www.youblisher.com/p/1312951-Estado-da-Cidade-2014/>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: SAE (2011). **Portas de saída, inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza no Brasil.** Disponível em: < <http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/Portas-de-erradica%C3%A7%C3%A3o-da-extrema-pobreza.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. de Freitas (2013). **Metodologia do Trabalho Científico [recurso eletrônico]: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo – RS: Feevale.

QUIJANO, Anibal (2005). **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro. pp.227-278. Disponível em World Wide Web:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

RODRÍGUEZ, Carlos (2005). **Sete Grandes Debates sobre Desigualdade Social**. In A. D. Cattani e L. Mota (orgs.), *Desigualdades na América Latina; Novas Perspectivas Analíticas*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p. 207-233.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2002). **Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção Não-Capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SCALON, Celi (2011). **Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate**. Contemporânea: Dossiê Diferenças e (Des) Igualdades. ISSN: 2236-532X n. 1 p. 49-68 Jan.-Jun.

SCHIOCHET, Walmor (2009). **Políticas Públicas**. In: CATTANI, A. D. (org.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina, p. 268-272.

SIES (2015). **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da (2015). **Origem e desenvolvimento do Welfare State**. Revista Políticas Públicas (UFMA). Disponível em: <http://www.revistapoliticaspublicas.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=32>. Acesso em: 08 nov. 2016.

SILVA, Roberto Marinho Alves da; SCHIOCHET, Valmor (2013). **Economia solidária no Plano Brasil sem Miséria: a construção de estratégias emancipatórias para a superação da pobreza extrema**. IPEA – Mercado de Trabalho 54. Disponível em: <http://reciprocamente.eurosocial-ii.eu/assets/schiochet_brasil_economia_solidaria_e_plano_brasil_sem_miseria.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2016.

SILVA, Sandro Pereira (2011). **A economia solidária na estratégia de erradicação da pobreza extrema no Brasil: uma contribuição para o debate**. IPEA – Mercado de Trabalho 47. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3966/1/bmt_47_economia.pdf> Acesso em: 18 jan. 2016.

SILVEIRA, Manuela Monarcha Murad da (2011). **Desenvolvimento x Buen Vivir: concepções de natureza e tensões territoriais no Equador plurinacional**. Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica, II Semestre, pp. 1-17. Disponível em: <

<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/2676/2558>>. Acesso em: 10 out. 2016.

SINGER, Paul (2002). **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo.

SOUZA, Celina (2006). **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias n.16 Porto Alegre jul./dez. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

SOUZA, Fátima V. F. (2016). **Inclusão Produtiva**. In: FERNANDES, Rosa M. C.; HELLMANN, Aline (orgs.). Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 320 p.

SOUZA, Jessé (2009). **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

TRE-RS, Tribunal Regional Eleitoral do RS (2016). **Eleitores Aptos no RS por município**. Disponível em: < http://www.tre-rs.gov.br/apps/estatisticas/index.php?acao=busca_dados&tipo=1&formato_apresentacao=0&critério_ordenacao=0&tipo_ordenacao=1&minimo_eleitores=&maximo_eleitores=&x=54&y=11>. Acesso em: 03 nov. 2016.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. (1987). **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas.

VERONESE, Marília Veríssimo (2009a). **Economia solidária e desigualdades imateriais**. 33º Encontro anual da ANPOCS. Disponível em:<http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=1909&Itemid=229>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____ (2009b). **Subjetividade, trabalho e economia solidária**. Revista Crítica de Ciências Sociais: Os desafios da economia solidária, 84, p. 153 a 167. Disponível em:<<http://rccs.revues.org/416>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

YIN, Robert (2010). **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4.ed. Porto Alegre: Bookman.

APÊNDICE A - ROTEIRO ENTREVISTAS COM MULHERES DO PBF E SÓCIAS DE EES, SIMULTANEAMENTE

Identificação do Empreendimento Econômico Solidário (EES)

- 1 – Código identificação do empreendimento:
- 2 – Segmento (produção/comercialização) e tipo (artesanato/alimentação):
- 3 – ISIC:
- 4 – Formal ou informal? Se formal, figura jurídica:
- 5 – N° de sócias:
- 6 – Quantas possuem o PBF?

Identificação da entrevistada

- 7 – Código de identificação da entrevistada:
- 8 – Contato:
- 9 – Idade:
- 10 – Até que série estudou:
- 11 – Quantas pessoas residem na sua casa:
- 12 – Atividades desenvolvidas no EES:

Trajetória

Assistência Social

- 13 – Como ficaste sabendo da existência do PBF?
- 14 – Desde quando recebes o benefício do PBF?
- 15 – O que é o PBF para ti? O que representa na sua vida? [SIGNIFICADOS]
- 16 – Já ouvistes falar da Inclusão Produtiva na assistência social? Se sim, o que é a inclusão produtiva, na tua opinião?
- 17 – Sabias que a assistência social, além da proteção básica, tem o objetivo de contribuir para a qualificação profissional e para o encaminhamento a alternativas de trabalho?
- 18 – Já participastes de alguma dessas ações (Pronatec/PPTs/Oficinas nos CRAS)? Se sim, como ficastes sabendo e como foi tua participação?
- 19 – Sabias que a ES é um dos três eixos das ações de inclusão produtiva da assistência social? Se sim, como ficastes sabendo?
- 20 – Já ouvistes falar da possibilidade de desligamento voluntário do PBF quando a beneficiária consegue obter renda satisfatória? Concordas com isso?

21 – Conheces alguém que devolveu o cartão do PBF?

Economia Solidária

22 – Como ficastes sabendo da ES?

23 – Há quanto tempo estás na ES?

24 – Em quais atividades trabalhastes anteriormente e por quanto tempo?

25 – Desde que ingressastes no PBF, já trabalhastes com carteira assinada ou como micro empreendedora (MEI) ou somente na economia solidária? No quê?

Efeitos da Economia Solidária

Econômicos

26 – Achas que a ES oferece a possibilidade de autossustentação (obtenção da renda principal)? Se não, o que precisaria ser feito pra que isso fosse possível?

27 – Após tua entrada na ES, percebeste melhoras econômicas (aquisição de bens/reformas na casa, etc.) em tua vida?

28 – Qual é a tua principal ocupação remunerada no empreendimento?

29 – Essa ocupação ocorre de forma:

- Permanente/regular
- Temporária/sazonal
- Eventual/irregular

30 – Normalmente, quantas horas por semana trabalhas nessa ocupação? (considerar média ou situação predominante caso haja variação).

31 – Normalmente, como és remunerado(a) por esse trabalho? (resposta única).

- Remuneração fixa
- Remuneração por horas trabalhadas
- Remuneração por peça ou tarefa
- Remuneração de acordo com o saldo financeiro ou a sobra obtida pelo EES
- Os critérios variam de acordo com as circunstâncias
- Ainda não está sendo remunerada
- Outra forma. Especifique:

32 – Qual foi o valor total da tua remuneração no último mês?

Remuneração em dinheiro: R\$

Remuneração em produtos, mercadorias ou serviços: R\$

33 – Além da remuneração, quais os benefícios, garantias e direitos sociais que o empreendimento oferece pelo trabalho? (resposta múltipla).

- Descanso remunerado (incluindo férias)
- Licença-maternidade
- Creche ou auxílio-creche
- Qualificação social e profissional
- Equipamentos de segurança
- Comissão de prevenção de acidentes no trabalho
- Previdência social
- Plano de saúde ou odontológico
- Auxílio-educação
- Auxílio-transporte
- Seguro de vida ou contra acidentes
- Nenhum desses

34 – Além do trabalho remunerado, quais os outros serviços, oportunidades ou vantagens que o EES oferece no plano econômico? (resposta múltipla).

- Troca de produtos ou serviços
- Comercialização ou contatos com compradores
- Poupança ou crédito
- Consumo de bens ou serviços
- Uso de infra-estrutura ou equipamentos
- Aquisição (compra ou coleta) de matéria-prima ou insumos
- Obtenção de clientes ou de serviços
- Capacitação ou assessoria vinculada à minha atividade econômica
- Outra. Especifique:
- Nenhum

35 – Além do trabalho remunerado, de que forma(s) contribuis economicamente para o empreendimento? (resposta múltipla).

- Pagamento de taxa ou contribuição financeira
- Oferta de produtos ou bens
- Cessão ou empréstimo de infraestrutura, equipamentos ou utensílios
- Trabalho voluntário
- Outra. Especifique:
- Nenhuma

Sociais

36 – Normalmente, trabalhas nessa ocupação:

- Individualmente
- Com a família
- Em equipes ou grupos
- Coletivamente, com os demais integrantes do EES

37 – Após a entrada na ES, percebeste mudanças nos relacionamentos interpessoais (família/amigos/vizinhança)?

38 – Após a entrada na ES, conhecestes ou acessastes novos serviços públicos ou direitos? Quais?

Políticos

39 – Antes de ingressares no EES, que formas de participação política já tinhas exercido? (resposta múltipla).

- Em fóruns ou redes de representação e articulação
- Em movimentos sociais, populares ou sindicais
- Em ações sociais ou comunitárias
- Outras. Especifique:
- Nenhuma [Pular para questão 41]

40 – Antes de ingressares no EES, que cargo(s) assumistes nessas formas de participação? (resposta múltipla).

- Cargos dentro da organização ou do movimento local
- Cargos municipais
- Cargos regionais ou estaduais
- Cargos nacionais
- Outros. Especifique:
- Nenhum

41 – Após a entrada na ES, houve ampliação da tua participação política (envolvimento com causas da comunidade/participação em movimentos sociais/contato com políticas públicas)? Se sim, de que forma?

42 – Dentro do EES em que participas atualmente, já assumistes cargos? (resposta múltipla).

- Na coordenação de setores, grupos ou comissões
- Na direção do EES
- Como representante do EES em atividades externas
- Outros. Especifique:
- Nenhum

43 – Assumistes cargos na economia solidária, externamente ao EES? (resposta múltipla).

- Em organizações ou representações locais
- Em organizações ou representações regionais ou estaduais
- Em organizações ou representações nacionais ou internacionais
- Outros. Especifique:
- Nenhum

44 – Que outras formas de participação política exercestes após ingressar no EES? (resposta múltipla).

- Em fóruns ou redes de representação e articulação
- Em movimentos sociais, populares ou sindicais
- Em ações sociais ou comunitárias
- Outras. Especifique:
- Nenhuma

45 – Atualmente, és filiada/o a algum sindicato ou órgãos de classe?

- Sim
- Não

Culturais

46 – Após a entrada na ES, houve mudanças em tua vida, do ponto de vista cultural (resgate de origens e história/envolvimento ou apoio com produção de cultura local/consumo de cinema-teatro-shows musicais)? Se sim, quais?

Significados

47 – O que é a ES para ti? O que representa na sua vida?

48 – Na tua opinião, existe alguma relação entre o PBF e a economia solidária? Qual seria?

49 – Achas que a ES é um espaço para acolhimento de pessoas em situação de pobreza?

50 – Achas que a ES auxilia na superação da pobreza? Se sim, de que forma?

APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTAS COM MULHERES DO PBF NÃO SÓCIAS DE EES

Identificação da entrevistada

- 1 – Código de identificação da entrevistada:
- 2 – Contato:
- 3 – Idade:
- 4 – Até que série estudou:
- 5 – Quantas pessoas residem na sua casa:

Trajetória

- 6 – Como ficaste sabendo da existência do PBF?
- 7 – Desde quando recebes o benefício do PBF?
- 8 – O que é o PBF para ti? O que representa na sua vida? [SIGNIFICADOS]
- 9 – Já ouvistes falar da Inclusão Produtiva na assistência social? Se sim, o que é a inclusão produtiva, na tua opinião?
- 10 – Sabias que a assistência social, além da proteção básica, tem o objetivo de contribuir para a qualificação profissional e para o encaminhamento a alternativas de trabalho?
- 11 – Já participastes de alguma dessas ações (Pronatec/PPTs/Oficinas nos CRAS)? Se sim, como ficastes sabendo e como foi tua participação?
- 12 – Além do valor recebido pelo PBF, essa ação/projeto gera uma renda extra?
- 13 – O que essa ação/projeto representa na tua vida? [SIGNIFICADOS]
- 14 – Sabe o que é a ES? [SIGNIFICADOS]
- 15 – Sabias que a ES é um dos três eixos das ações de inclusão produtiva da assistência social? Se sim, como ficastes sabendo?
- 16 – Na tua opinião, existe alguma relação entre o PBF e a ES? [SIGNIFICADOS]
Qual seria?
- 17 – Quais foram tuas experiências de trabalho até aqui?
- 18 – O que tu vê como maior desafio para conseguir um trabalho?
- 19 – Já ouvistes falar da possibilidade de desligamento voluntário do PBF quando a beneficiária consegue obter renda satisfatória? Concordas com isso?
- 20 – Conheces alguém que devolveu o cartão do PBF?

APÊNDICE C - ROTEIRO ENTREVISTAS COM ASSISTENTES SOCIAIS

Identificação da entrevistada

- 1 – Código de identificação da entrevistada:
- 2 – Código identificação da entidade e contato:

Assistência Social (visão geral)

- 3 – Nome do projeto:
- 4 – Dentro das políticas de assistência, como/onde tu vê este projeto?
- 5 – Na tua opinião, o que esse projeto representa na vida das mulheres que participam?
[SIGNIFICADOS]
- 6 – Para ti, qual a relação do PBF com este projeto?

- 7 – Além do valor recebido pelo PBF, essa ação/projeto gera uma renda extra para as mulheres que participam?

Plano Brasil sem Miséria (Inclusão Produtiva)

- 8 – Já ouvistes falar da Inclusão Produtiva na assistência social? Se sim, o que é a inclusão produtiva, na tua opinião?
- 9 – Sabias que a assistência social, além da proteção básica, tem o objetivo de contribuir para a qualificação profissional e para o encaminhamento a alternativas de trabalho?
- 10 – Sabias que a ES é um dos três eixos das ações de inclusão produtiva da assistência social? Se sim, como ficastes sabendo?
- 11 – Sabe o que é a ES? [Se não souber, pular para questão 13] - [SIGNIFICADOS]
- 12 – Na tua opinião, existe alguma relação entre o PBF e a ES? [SIGNIFICADOS]
Qual seria?
- 13 – Alguma participante aqui do projeto já devolveu o cartão do PBF?
- 14 – Na tua opinião, qual o maior desafio da assistência social para conseguir, além de proporcionar a proteção básica, incluir seu público no trabalho (Ex.: carteira assinada, economia solidária, etc.)?